

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**VIDA E MORTE DA VILA OPERADORA PAI JOAQUIM: A
CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS ENERGÉTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO
DO TRIÂNGULO MINEIRO – MINAS GERAIS.**

THIAGO RESENDE CUNHA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**VIDA E MORTE DA VILA OPERADORA PAI JOAQUIM: A
CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS ENERGÉTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO
DO TRIÂNGULO MINEIRO – MINAS GERAIS.**

THIAGO RESENDE CUNHA
Sob a orientação da professora

Annelise Caetano Fraga Fernandez

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica – RJ

Março de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C972v

Cunha, Thiago Resende, 1988-

VIDA E MORTE DA VILA OPERADORA PAI JOAQUIM: A
CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO CONTEXTO DAS
POLÍTICAS ENERGÉTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO DO
TRIÂNGULO MINEIRO - MINAS GERAIS. / Thiago Resende
Cunha. - 2018.

131 f.: il.

Orientadora: Annelise Caetano Fraga Fernandez.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em
Ciências Sociais, 2018.

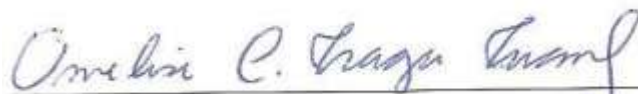
1. Desenvolvimento. 2. Energia. 3. Usina
Hidrelétrica. 4. Vila Operadora. 5. "Pai Joaquim". I.
Fernandez, Annelise Caetano Fraga, 1967-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

THIAGO RESENDE CUNHA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM, 27/03/2018.



Annelise Caetano Fraga Fernandez Professora Dra. UFRRJ
(Orientadora)



Miriam Santos Professora Dra. UFRRJ



Maria Eliza Alves Guerra Professora Dra. UFU

*A todos os trabalhadores e
trabalhadoras do campo e da cidade
que lutam por uma sociedade justa e
fraterna.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por toda a graça que me concede diariamente.

À minha família, em especial ao meu Pai Miguel e à minha Mãe Marcia, por todo o amor, paciência e exemplo que moldaram o ser humano que sou. Aos meus irmãos pelo companheirismo e carinho.

À minha namorada Natália Ribeiro Lemos, grande incentivadora para que eu prestasse o processo seletivo de Mestrado da UFRRJ e que me acompanhou durante estes dois anos de pesquisa. Sem dúvidas esta conquista é sua também.

Aos meus amigos e amigas de mestrado. Obrigado por todos os momentos que passamos, pelas trocas e pelo aprendizado diário. De modo especial, ao Fabrício Antônio, a Juliana Marques, a Juliana Borges, Felipe Belido, Damaris de Oliveira, Aline Cardoso e Jamile Narciso. Dividir as alegrias e sofrimento com vocês amenizou a pressão do que é fazer o Mestrado.

Agradeço de modo especial a Emília Fernandes, ao Pedro e ao Lucas Darci pelo acolhimento em Queimados e em Seropédica. Vocês fazem muita diferença na minha vida. São amigadas que levo por toda a minha existência.

Agradeço também à minha orientadora Annelise Caetano Fraga Fernandez pelos dois anos em que podemos realizar a pesquisa e por todo o processo de aprendizagem. Seu acompanhamento foi fundamental no processo árduo que é tornar-se um professor e pesquisador no Brasil.

Ao professor Vicente de Paulo da Silva, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, por me apresentar a temática desta dissertação. As trocas e conversas foram de suma importância para o pesquisador que estou me tornando.

Ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Acadêmico, de modo especial às professoras Miriam Santos, Naara Luna, Carly Machado e Flavia Braga por todos os momentos de aprendizagem.

A todos que contribuíram para a concretização desta dissertação. De modo especial a Janaína Jacomé, que com todo carinho e disposição me ajudou e deu forças para concluir este trabalho. Minha eterna gratidão.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Por fim, não poderia deixar de agradecer a todos os moradores e moradoras da comunidade Pai Joaquim. Sem a permissão, a disposição, e a alegria de vocês em dividir os momentos vividos na comunidade não seria possível realizar esta pesquisa.

RESUMO

CUNHA, Thiago Resende. **Vida e morte da vila operadora Pai Joaquim:** a construção de usinas hidrelétricas no contexto das políticas energéticas na região do Triângulo Mineiro – Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, PPGCS/UFRRJ, 2018.

Esta dissertação descreve o ciclo de construção, funcionamento e desativação da Usina Hidrelétrica Pai Joaquim e de sua Vila Operadora, ambas localizadas no município de Sacramento, região do Triângulo Mineiro – MG. Estes processos se deram no bojo das políticas nacionais de desenvolvimento postas em prática durante 50 anos, entre 1930-1980. À medida que o Estado brasileiro foi se modernizando, houve a necessidade de aumentar a produção energética. A opção lógica fora a energia hidrelétrica, pois os recursos hídricos nacionais são abundantes. Dado que as hidrelétricas foram edificadas em rios com alto potencial energético, e, portanto, algumas afastadas de cidades, houve a necessidade criar núcleos urbanos para abrigar os trabalhadores das usinas. Neste sentido apesar de possuírem elementos de uma cidade elas apresentam diferenças. As vilas operadoras das quais Pai Joaquim faz parte, são permeadas por processos de transformações da organização industrial. Mais que uma extensão da usina, elas são locais de trabalho e também de moradia e apresentam todas as contradições imbuídas neste processo, o que as tornam parte importante das dinâmicas socioespaciais das regiões onde foram constituídas. Três acontecimentos marcam a história de Pai Joaquim: a inauguração no ano de 1941, a desativação em 1993, através da inundação da casa de força em função da construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, e por fim, a construção de uma nova usina hidrelétrica localizada na mesma região, porém pertencente ao município de Santa Juliana – MG em 2002. Para compreender a história deste empreendimento, foram realizadas entrevistas com os antigos operadores e moradores da vila Pai Joaquim, com o intuito de: conhecer suas histórias e as sociabilidades criadas pela relação empresa-trabalho-moradia e pelas relações entre os próprios moradores. Afim de tomar conhecimento da importância da usina para os municípios da região foram coletadas reportagens em Jornais de grande circulação no período de existência do empreendimento. A importância deste estudo é avançar na discussão de casos onde a busca pelo “desenvolvimento” e pelo “progresso” ocasionam na destruição de comunidades constituídas que outrora foram importantes no cenário regional. Pai Joaquim faz parte do processo de descaracterização e descarte do modo de vida, da solidariedade e do ordenamento comunitário dos trabalhadores que atuam na produção energética brasileira. Estes processos são marcados pelo conflito latente entre empresa e trabalhadores que são despossuídos da decisão sobre os rumos e possibilidades da matriz energética seu discurso de progresso e expansão.

Palavras – chave: Desenvolvimento, Energia, Usina Hidrelétrica, Vila Operadora, “Pai Joaquim”.

ABSTRACT

CUNHA, Thiago Resende. **Life and Death of Pai Joaquim's Workers Village**: The construction of hydroelectric plants in the context of developmentalism in Triângulo Mineiro Region - Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, PPGCS/UFRRJ, 2018.

This dissertation describes the cycle of construction, functioning and deactivation of “Pai Joaquim’s” hydro electrical plant and it’s workers village, localized in Sacramento – Minas Gerais. This processes happened within Brazil’s national-developmental policies between 1930 and 1980. With the modernization of the Brazilian State, there was a need for increasing the energy production. The obvious choice was for hydro electrical power, since Brazil has large hydric reserves. Considering that the plants are constructed on rivers with high energetical capacity that are located in areas far from cities, there was a demand of creating urban villages to house the plant workers. Although they have some city elements, these villages exhibit some differences. After all, the workers villages are permeated by the industrial transformations. The villages are more than a plant extension, they’re places of work and house that presents all the contradiction of this process, that which makes them a important part of the socio spatial dynamics that constitutes the regions where they were build. Three events mark the history of Pai Joaquim: the inauguration on 1941; it’s deactivation in 1993 by inundating the power-house in detriment of Nova Ponte hydro electrical plant; and the construction of a new plant in the region, located in Santa Juliana – MG. To understand the history of this entrepreneurship there were realized interviews with the operators and the residents of “Pai Joaquim’s” workers village. These interviews tried to understand the stories and the sociability’s created by: the enterprise-work-housing relation and by the residents. There were collected articles and reports from newspapers of the plant epoch. The importance of this study is to advance in the discussion of cases where the search for “development” and “progress” destroy local communities that were once important for the localities. Pai Joaquim is a part of the decharacterization and discard of the way of life and solidarity produced by workers that acted on brazil’s energy production. This processes are marked by the latent conflict between enterprises and workers that are disposed of the decision of the courses and possibilities involved in the energy matrix decisions in detriment of a” progress” and “expansion” discourse.

Keywords: Development, Energy, Hydro Electrical, Workers Village, “Pai Joaquim”

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização das sub-bacias pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Araguari. Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, 2014.....	59
Figura 2: Mapa de localização da Usina Pai Joaquim	60
Figura 3: Placa de inauguração da Usina Pai Joaquim – maio de 1941. Fonte: Acervo CEMIG (2017).	61
Figura 4: Reportagem da Revista Alterosa a respeito da inauguração e atuação da CEMIG no ano de 1951.....	62
Figura 5: Reportagem da Revista Alterosa a respeito da inauguração e atuação da CEMIG no ano de 1951.Continuação da figura 4.	63
Figura 6: Associação Comercial e Industrial de Uberaba cobra solução para a crise energética no município. Fonte: Jornal Lavoura e Comércio de 1954. Adaptado: Cunha. T. R (2017) ...	66
Figura 7: Triângulo Mineiro e Auto Paranaíba interligados pelo sistema CEMIG. Fonte: Folha de Ituiutaba de 1963. Adaptado: Cunha, T.R. (2017).....	69
Figura 8: Vista da cachoeira Pai Joaquim. Fonte: Acervo do entrevistado (2016)	79
Figura 9: Vista área da Comunidade Pai Joaquim em 1958. Fonte: acervo dos entrevistados (2017) Adaptado: CUNHA, T.R, 2017)	81
Figura 10: Vista aérea da Vila Operadora Pai Joaquim em 1988. Fonte: Acervo do entrevistado (2017).....	82
Figura 11: Construção do Galpão da Vila Operadora Pai Joaquim. Fonte: Acervo do Entrevistado (2016)	83
Figura 12: Limpeza da área externa da casa de Máquinas. Fonte: acervo do entrevistado (2016).	91
Figura 13: Data da inclusão do “Grupo Escolar Pai Joaquim” no sistema de ensino Estadual de Minas Gerais. Fonte: Secretaria de Ensino Estadual – Uberaba (2017).....	93
Figura 14 : Mapa dos municípios atingidos e as usinas hidrelétricas. Fonte: Vitor de Oliveira Santos (2017).....	104
Figura 15: Estrutura da Casa do Sr. G. J. B.....	109
Figura 16: Igreja São Pedro e São Joaquim.....	109
Figura 17: Coreto.....	109
Figura 18: Armazém.....	110
Figura 19: Merceria	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico da Usina Pai Joaquim- Sacramento- MG.....	17
Quadro 2: Descrição da UHE Nova Ponte.....	103
Quadro 3: UHE's do rio Araguari.....	104
Quadro 4: PCH Pai Joaquim	106

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIU	Associação Comercial e Industrial de Uberaba
AMFORP	American and Foreign Power Company
ANAEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AP	Alto Paranaíba
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMIG	Companhia Agrícola de Minas Gerais
CCBE	Consórcio Capim Branco de Energia
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CESP	Centrais Elétricas de São Paulo
CET	Centrais Elétricas do Triângulo
CETEC	Centro Tecnológico de Minas Gerais
CFLCL	Companhia de Força e Luz de Cataguases-Leopoldina
CFLMG	Companhia Força e Luz de Minas Gerais
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIME	Comissão da Indústria de Material Elétrico
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CME	Companhia Mineira de Eletricidade
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CSME	Companhia Sul Mineira de Eletricidade
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DAE-M G	Departamento de Água e Energia de Minas Gerais
DME	Departamento Municipal de Energia Elétrica de Poços de Caldas
DNER	Departamento Nacional de Estrada e Rodagem
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EBASCO	Electric Bond and Share Company
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras
FFE	Fundo Federal de Eletrificação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GASMIG	Companhia de Gás de Minas Gerais
GPIs	Grandes Projetos de Desenvolvimento
GW	Gigawatt
IEF	Instituto Estadual de Floresta
IUEE	Imposto Único sobre Energia Elétrica
JK	Juscelino Kubitschek
KW	Kilowatt
MA	Maranhão
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MW	Megawatt
OLADE	Organização Latino-americana de Desenvolvimento e Energia
ONU	Organizações das Nações Unidas
PA	Pará

PAC	Plano de Aceleração de Crescimento
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Programa Nacional de Desestatização
PPPs	Lei das Parcerias Público-Privada
PR	Paraná
PT	Partido dos Trabalhadores
RECAP	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas
REPES	Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RJ	Rio de Janeiro
RO	Rondônia
SALTE	Plano de Saúde, Transporte e Energia
SFLA	Serviço Força e Luz e Águas de Uberaba
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
TM	Triângulo Mineiro
UHE	Usinas Hidrelétricas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I.....	25
1.1 A relação entre duas matrizes de desenvolvimento: a ótica estatal x ótica do mercado no caso brasileiro e latinoamericano	25
1.2 Breve histórico das sistema hidrelétrico brasileiro e as constantes mudanças estratégicas do setor.	31
1.2.1 O primeiro ciclo de Usinas Hidrelétricas – de 1883 a 1930.....	32
1.2.2 Segundo ciclo: as usinas hidrelétricas no período de 1930 a 1950	33
1.2.3 Os anos dourados das políticas energéticas brasileira: de 1960 A 1980.....	36
1.2.4 A crise econômica e a adoção do modelo neoliberal no Brasil.....	39
1.2.5 O governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e os novos planos de desenvolvimento nacional.....	42
1.3 O Estado de Minas Gerais e a demanda energética para o desenvolvimento regional ...	44
1.4 A região do Triângulo Mineiro e Auto Paranaíba e a alternativa para o desenvolvimento regional.	51
1.4.1 O município de Araxá	52
1.4.2 O município de Uberaba no contexto das políticas de desenvolvimento do Triângulo Mineiro	54
1.4.3 Em busca do Progresso: a construção da Usina Pai Joaquim no Triângulo Mineiro.....	56
CAPÍTULO II.....	72
1.5 A relação entre trabalho e moradia: a constituição das vilas operárias no Brasil	72
1.5.1 Do engenho colonial às vilas operárias do século XX.....	72
1.5.2 As vilas operárias de Usinas Hidrelétricas	76
1.6 A vila operadora Pai Joaquim	78
1.6.1 Os anos iniciais- de 1940 a 1960.....	80
1.6.2 Os anos 1960: entrada da CEMIG e a ampliação da comunidade Pai Joaquim.....	82
1.6.3 A relação entre trabalho e família: Uma situação tênue e vigiada	84

1.6.4 Funções operacionais dos os encarregados, dos operadores e dos auxiliares de operação da Usina Pai Joaquim	88
1.6.5 A escola de Pai Joaquim e a contribuição para o trabalho na usina.	92
1.6.6 A comunidade em Festa: os santos de junho e a convivência com a vizinhança.....	95
1.6.7 Outros espaços de sociabilização: o cinema, o futebol, os bailes e a rotina das crianças. 96	
1.6.8 A imagem da CEMIG na concepção dos moradores da vila operadora Pai Joaquim	98
CAPÍTULO III	100
1.7 A sobreposição da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e a reconfiguração do espaço...	100
1.7.1 Um Rio barrado: os projetos das outras UHEs são postos em prática	103
1.8 Uma história interrompida: a desativação da Usina Pai Joaquim e a destituição da comunidade.....	107
1.8.1 A voz da comunidade: relatos sobre a desativação da Usina Pai Joaquim	111
1.9 A desterritorialização e a reterritorialização da comunidade Pai Joaquim	118
Considerações	124
Referências	126

INTRODUÇÃO

A produção energética é assunto relevante e pauta política entre os países capitalistas centrais desde a intensificação e ramificação da Revolução Industrial e se apresenta como elemento primordial para se alcançar o desenvolvimento, uma vez que,

[...] a energia, nas suas mais diversas formas, é indispensável à sobrevivência da espécie humana. E mais do que sobreviver, o homem procurou sempre evoluir, descobrindo fontes e formas alternativas de adaptação ao ambiente em que vive e de atendimento às suas necessidades. Dessa forma, a exaustão, escassez ou inconveniência de um dado recurso tende a ser compensadas pelo surgimento de outro (s). Em termos de suprimento energético, a eletricidade se tornou uma das formas mais versáteis e convenientes de energia, passando a ser recurso indispensável e estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de muitos países e regiões. (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2002).

A evolução tecnológica levou os Estados à descoberta da energia elétrica no século XIX e à exploração de petróleo. Ainda na segunda metade do mesmo século iniciou-se a produção de energia aproveitando os recursos hídricos.

A América do Sul é rica em diversas matrizes energéticas. Na exploração de petróleo os principais produtores são a Venezuela, o Brasil e o Equador. No gás natural estão a Venezuela, a Bolívia, Argentina e Peru. Nas carboníferas se destaca a Colômbia e as fontes de energia renováveis desenvolvidas são encabeçadas pelo Brasil. Verifica-se que 22% das reservas de petróleo do planeta, 4% da de gás natural, e 1,46% da de carvão mineral, sendo que sua matriz energética ainda é bastante concentrada em combustíveis de origem fóssil, se encontram no Cone Sul. Na energia hidroelétrica se destacam o Brasil, a Venezuela e o Paraguai, sendo que o Brasil é o maior produtor de energia hidroelétrica, com 56% do total, seguido de Venezuela e Paraguai, que respondem por 10% da produção cada um (OLADE, 2012 *apud* SANTOS, 2013).

No que tange o Brasil, a primeira experiência de utilizar a hidroeletricidade data do final do século XIX, se tornando a principal matriz energética nacional no século XX. Contudo, esta concepção de hidrelétricas trouxe consigo grandes perdas sociais e ambientais de proporções irreversíveis.

Verifica-se que cerca de 3,4 milhões de hectares de terras produtivas foram inundadas para a implantação destas usinas, ou seja, para a formação de reservatórios. Cerca de um milhão de famílias ribeirinhas foram expulsas ou “deslocadas compulsoriamente” (ZHOURI e

OLIVEIRA, 2007). Como justificativa para este ato, as empresas e os Estados, declaram que as áreas a serem inundadas são de “utilidade pública” (VAINNER, 2007). Observa-se como resultado deste movimento de expulsão e deslocamento das famílias e comunidades ribeirinhas o desmantelamento (mesmo que seja provisório) das condições materiais e culturais de existência. Atrelado a isso, as empresas e os governos pagam compensações financeiras que julgam serem devidas, ou que são impostas, mas não suprem os meios para a manutenção das condições de vida existentes até então. (BERMANN, 2007).

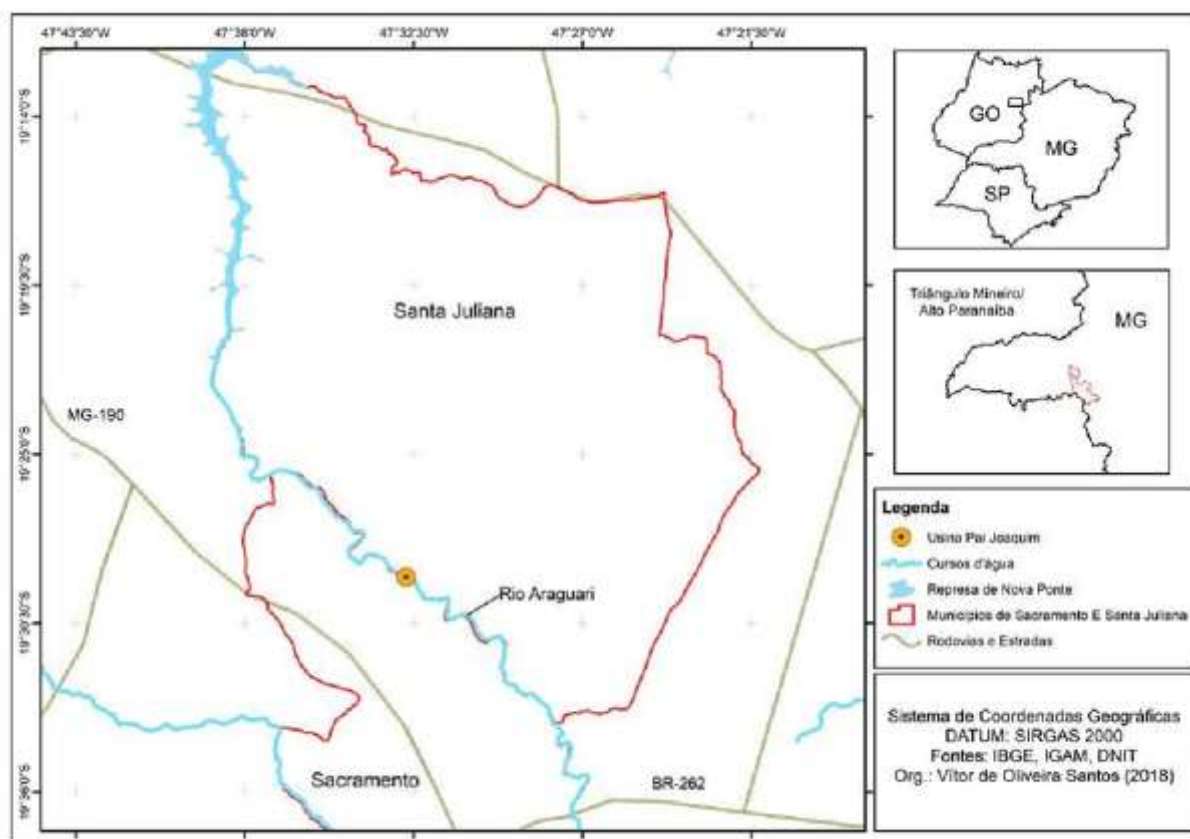
Diante deste cenário, inicia-se um processo conflituoso, em que o Estado ora se faz presente como implementador de políticas autocráticas que acirram conflitos ambientais, ou atua como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

A tensão se explicita mediante duas formas distintas de se olhar o espaço geográfico: os responsáveis pela construção de empreendimentos hidrelétricos seja o Estado, seja empresa privada apropriada do espaço geográfico como uma mercadoria específica para a geração de energia hidrelétrica; e para a população atingida, o espaço geográfico se caracteriza como uso social, de reprodução sociocultural, como meio de vida (BERMANN, 2007).

Mediante o exposto, esta dissertação aborda sobre a primeira Usina Hidrelétrica Pai Joaquim situada na região do Triângulo Mineiro – MG, e a vila operadora¹ que se formou em função da Usina. Ela compõe a dinâmica da geração elétrica por meio da utilização da matriz hídrica diversa e abundante em todo território nacional e participa de toda uma estrutura que identifica na hidroeletricidade uma matriz limpa e que causa menos custo social e ambiental e é mais econômica do que outras matrizes energéticas.

¹Trabalho com a definição que a Arquiteta Maria Eliza Guerra, professora Doutora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia – MG utiliza na tese de doutorado intitulada: Vilas Operadoras de FURNAS nas Bacias dos Rios GRANDE e PARANAÍBA – da concepção à realidade, cuja discussão será realizada durante esta dissertação.

Figura 1: Localização da Usina Pai Joaquim



Esta dissertação está fundamentada através dos estudos de memória e da história de vida dos antigos moradores com base em entrevistas, análise de documentos e de jornais locais com o intuito de conhecer a realidade que compõe a Usina e a Vila Pai Joaquim, isto é, como era o território, o lugar, o ambiente de trabalho e o cotidiano durante os anos de operação da Usina.

A relevância em estudar a comunidade Pai Joaquim se dá por ela apresentar singularidades frente aos estudos da constituição de vilas operadoras. Há também pouco conhecimento a respeito do tema na área de sociologia do trabalho que discute vilas operárias de usinas hidrelétricas. Atualmente a temática em questão é debatida nas áreas de Arquitetura e Urbanismo cujo referenciais teóricos serão percorridos ao longo do texto. Também chama atenção a carência de estudos e pesquisa sobre a Usina uma vez que ela foi responsável por contribuir de modo significativo para o desenvolvimento regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG.

A motivação pelo estudo de hidrelétricas e dos impactos socioambientais decorrentes destes empreendimentos se deram a partir de um caso particular. Minha família materna e paterna é natural da cidade de Nova Ponte – MG. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte (UHE Nova Ponte), ocorreu a inundação da antiga cidade e a constru o de um

novo núcleo urbano e rural, ou seja, uma nova cidade, que fica localizada ao entorno do represamento. Na época da inundação apenas um tio materno² morava na cidade na casa que pertencia aos meus bisavôs. Esta casa inclusive foi uma das últimas a serem demolidas, pois, era também um centro comercial de relevância. Os impactos deste empreendimento hidrelétrico no município, visto que ele reestruturou toda uma dinâmica de vida existente, me levou a pesquisar o modelo de desenvolvimento empregado no Brasil. Motivado então pela busca desta temática de estudo, tive um contato com o professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia Vicente de Paulo da Silva que também é cidadão Novapotense. Após externar a vontade de pesquisar um empreendimento hidrelétrico, ele me apresenta o caso da Usina Pai Joaquim, apontando-me que já havia orientado uma monografia produzida por Isabelle Damasceno no ano de 2011 sobre esta usina, porém, visto que a pesquisa acadêmica não se esgota, havia outras perspectivas de análise. O caso de estudo me chamou a atenção, pois, também foi impactada pela UHE Nova Ponte. A leitura do trabalho dela foi fundamental para o direcionamento desta dissertação, pois trabalhou a temática dentro o viés geográfico.

Damasceno (2011) verificou em seu trabalho que juntamente com a usina foi criado um povoado aos arredores do empreendimento. A história da Usina Pai Joaquim e do povoado que se formou que permaneceu junto durante 52 anos desde a inauguração da Usina em 1941 até a sua desativação em 1993 devido ao enchimento da represa da UHE Nova Ponte que inundou a casa de força de Pai Joaquim.

Enquadrando a Usina Pai Joaquim dentro das categorias de grandes empreendimentos, pois levou em consideração as demais usinas hidrelétricas que existem no rio Araguari desta região, a monografia realizou uma análise sobre o modelo de desenvolvimento partindo do projeto “Minas PCH” e também sobre os empreendimentos que afetaram a área de estudo com o objetivo de buscar uma avaliação e reflexão sobre o efeito que o empreendimento gerou na região. O trabalho apresentou como era a paisagem que existia enquanto a Usina Pai Joaquim estava ativa trazendo elementos da comunidade que ali existiu e que foram retirados sem que houvesse uma preocupação com a identidade local. (DAMASCENO, 2011). Ressalto este trabalho contribuiu para que eu tivesse contato com a população que morou em Pai Joaquim.

Através desta monografia passei a refletir sobre o processo de construção da Usina Pai Joaquim, a quais interesses econômicos ela atendia, como se deu a dinâmica de criação da

² Este familiar reside atualmente na atual cidade de Nova Ponte, na residência, que remete à casa em que meus avós maternos moravam na cidade velha.

comunidade, quais as relações de sociabilidade que foram construídas entre os moradores da localidade, as relações entre os trabalhadores e a CEMIG e como foi o processo de desmonte deste empreendimento e o destino dos moradores que viveram durante 52 anos e que criaram raízes nesta região.

Quadro 1: Histórico da Usina Pai Joaquim-- Sacramento – MG.

Ano	Acontecimento
1904-1908	A empresa Ferreira Caldeira & Cia. adquire terrenos, porém a localidade não é conhecida (futura localidade de Pai Joaquim).
1935	Encampação do Estado e inícios das tratativas para a construção de uma usina hidrelétrica na região.
1939	Construção da Usina
1941	Início da Operação da Usina Pai Joaquim
1954	Primeira ampliação da Usina Pai Joaquim
1958	Segunda ampliação da Usina Pai Joaquim
1960 – 1961	CEMIG passa a gerenciar a operação da usina
1987	CEMIG começa a construir a Usina Hidrelétrica de Nova Ponte – MG
1993	Último ano de operação da Usina Pai Joaquim.
1994	Desativação da Usina Pai Joaquim. Início da operação da Usina Hidrelétrica Nova Ponte.
2002	Construção da PCH Pai Joaquim

Fonte: Registro de Cartório de Uberaba, CEMIG (2006).

Embora a dimensão da desterritorialização causada pela inundação da cidade tenha sido um ponto de partida importante de minhas primeiras questões, à medida que avançava no meu trabalho de investigação, tomava consciência das peculiaridades do meu caso. Diferentemente de abordagens “clássicas” nas quais as barragens são implantadas em territórios previamente ocupados, aqui tratava-se de uma comunidade cuja existência esteve condicionada ao ciclo de funcionamento da hidrelétrica. Assim, mais do que apenas pensá-la como uma comunidade em sua relação com o empreendimento, como me informava a bibliografia sobre atingidos, tratava-se aqui de uma comunidade cuja existência esteve

condicionada a relações específicas de trabalho com a empresa geradora de energia e administradora da hidrelétrica.

Portanto, pensar a Comunidade Pai Joaquim como uma vila operadora, (nome atribuído às vilas operárias de hidrelétricas), foi um divisor de águas, pois foi possível constatar que as características da constituição de cidades-empresa nos centros urbanos guardam semelhanças nos núcleos rurais, o que acarretou o acesso a outra bibliografia, ou seja, inserimos na análise deste objeto o debate sobre as vilas operárias.

Ainda assim, é inevitável constatar que mesmo falando de trabalhadores, estamos também falando de uma comunidade que sofreu um processo de remoção/desterritorialização e que assim como nos demais casos de remoção de populações, eles não participaram do processo decisório acerca da implantação das usinas hidrelétricas e tiveram pouco poder de negociação sobre seus destinos. Tal como constam na literatura clássica dos atingidos por barragens, as populações de Pai Joaquim foram chamadas tardiamente para a roda de negociações. Após ser confirmada a construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, ou seja, quando já estava tudo definido entre o governo e a empresa responsável ocorreu a desativação da Usina Pai Joaquim. Estes procedimentos, de um lado, confirmam a lógica de mercado adotada por ambos e, de outro, revela a omissão dos direitos e deveres para com as famílias e comunidades atingidas, confirmando, portanto, o fenômeno da invisibilidade ribeirinha (BERMANN, 2007).

Deste modo, a problemática desta pesquisa se faz diante da produção de lugares estéreis, que atuam no esvaziamento da experiência da classe trabalhadora na produção de suas vidas, de suas trajetórias, de suas comunidades e suas memórias. A usina de Pai Joaquim e sua vila operadora são partes sintomáticas do processo de descaracterização e descarte do modo de vida, da solidariedade e do ordenamento comunitário dos trabalhadores que atuam na produção energética brasileira. Estes processos são marcados pelo conflito latente entre empresa e trabalhadores que são despossuídos da decisão sobre os rumos e possibilidades da matriz energética seu discurso de progresso e expansão.

Tais questões e fragmentos dessa história são o ponto de partida para a investigação desta dissertação. Da mesma forma que a usina e a vila operadora foram construídas para o desenvolvimento regional, a desativação da usina e a destituição da comunidade se deu pelo mesmo motivo, afinal, o argumento utilizado para a construção da UHE Nova Ponte foi em ampliar o parque energético da CEMIG, além de servir como reguladora das demais usinas que seriam construídas na década de 1990 na região.

O objetivo desta dissertação, portanto, é descrever o processo de formação e destruição da Vila Operadora Pai Joaquim, como expressão da dinâmica e das contradições do processo de desenvolvimento regional do Triângulo Mineiro.

Afim de compreender as relações tênues existentes entre a figura do Estado no bojo das políticas energéticas e a comunidade, a dissertação se propôs a discorrer sobre:

- O sentido das políticas energéticas nacionais e as ações estatais no Triângulo Mineiro –MG, na agenda desenvolvimentista nos anos de 1940 a 2004;
- A história da Comunidade Pai Joaquim, reconstituindo o processo de ocupação do território (territorialização), a remoção da população (desterritorialização) que ali habitava e, posteriormente, a nova ocupação– construção de uma nova PCH (reterritorialização) sem a presença humana aos arredores do empreendimento; e, por conseguinte, como a população atingida se (re)organizou nos novos espaços de sociabilidades (reterritorialização);
- As relações de trabalho entre a CEMIG e os trabalhadores (encarregados, operadores e serviços gerais), bem como o restante da população que ali habitava;
- A despeito do silêncio, investigar a possível dimensão do conflito que envolveu a desapropriação da comunidade, caso ele tenha ocorrido, como este se configurou;
- Verificar junto com os moradores, qual a relação com a nova usina construída no ano de 2003 e que recebeu o mesmo nome da usina dos anos 1940, ou seja, Usina Pai Joaquim.

Inicialmente o intuito da construção da Usina Pai Joaquim foi de atender os municípios de Uberaba e de Araxá, localizadas na região do Triângulo Mineiro. Apesar de não ser o objeto desta dissertação a utilização da imprensa regional se deu com o objetivo de contextualizar a emergência da construção de uma usina hidrelétrica na região para fomenta o desenvolvimento regional.

Foi realizada uma pesquisa na Hemaroteca Digital da Biblioteca Nacional Online durante os meses de março e abril de 2017. A escolha destes jornais se deu por serem da região, tais como, o “Lavoura e Comércio³” de Uberaba (1934-1959), “Correio” (1943-1953) e “O Repórter” (1955-1961) de Uberlândia, “A Gazeta⁴” (1956) e “O Botija Parda” (1978), de

³ Fundado no ano de 1.899 em Uberaba, o jornal Lavoura e Comércio teve sua primeira edição impressa em 06 de julho de 1899; criado por um grupo de produtores rurais insatisfeitos com a política fiscal do estado perdurou até 27 de outubro de 2.003 quando foi impressa sua última edição. Disponível em <<http://www.codiub.com.br/lavouraecomercio/pages/main.xhtml>> Acesso em: 10 de abril de 2017

⁴ O Jornal Gazeta de Araguari foi fundado em 7 de março de 1937, completando no ano de 2018 oitenta e um anos de circulação.

Araguari, na região do Triângulo Mineiro, “Folha de Ituiutaba⁵” (1963), de Ituiutaba, região do Pontal do Triângulo, por jornais da região metropolitana de Belo Horizonte cidade Capital de Minas Gerais como a Revista “Alterosa⁶” (1951-1961) e Folha Mineira (1952) e o Jornal “Panorama” (1978) de Conselheiro Lafaiete.

Fez-se uso de reportagens de quatro jornais: “Lavoura e Comércio”, a Revista “Alterosa”, o “Jornal Gazeta” e a “Folha de Ituiutaba”, nos quais foram encontradas reportagens que descreviam as etapas do processo de construção da Usina, desde suas primeiras idealizações, assim como as reivindicações e desejos da população local a respeito da geração de energia.

Por sua vez, para compreender o que representou a Usina no contexto do desenvolvimento local e regional e vila operadora Pai Joaquim para a população que ali habitou, foram coletadas entrevistas com estes atores durante os dois anos de mestrado – 2016-2018. Os períodos cobertos pelos relatos cobriram toda a história de Pai Joaquim, desde fundação da usina em 1941 até a desativação em 1993 – ou seja, 52 anos de ocupação do território.

A partir da monografia de Damasceno (2011), conheci um antigo operador residente na cidade de Santa Juliana – MG. A partir desta pessoa, tive conhecimento do Sindicato dos Aposentados da CEMIG – AEA situado na cidade de Uberaba – MG. O contato com o sindicato me forneceu informação de dois operadores que moravam no mesmo município. Por sua vez, estes dois antigos operadores me forneceram informações da família Paroneto, já que dois de seus membros haviam trabalhado como operadores da usina. Portanto, as entrevistas foram realizadas de acordo com a indicação destas pessoas.

As entrevistas foram semi-direcionadas, afim de dar vazão a memória de cada pessoa e foram realizadas nas residências de cada entrevistado, não interferindo na dinâmica de vida de cada um. Dois grupos foram contemplados: os operadores da usina, e os familiares destes trabalhadores somando-se ao todo quinze entrevistas sendo quatro operadores, onze familiares. Destes familiares foram entrevistadas três esposas⁷, seis filhos (as), sendo quatro mulheres e dois homens, uma professora, um fazendeiro⁸, e um filho de um fazendeiro que

⁵ Não foi possível encontrar informações deste jornal.

⁶ Durante as quase três décadas em que circulou (1939-1964), a revista construiu formas de representar o universo regional (mineiro), inserindo-o em uma “nacionalidade” e em uma “internacionalidade”, ambas enredadas por um público imaginado específico, “familiar”, cujas tradições e hábitos abordados criavam e fomentavam um circuito editorial delimitado (TAVARES, et al, 2015, p.01).

⁷ Duas dessas esposas viveram em Pai Joaquim desde o nascimento. Os pais foram operadores da Usina e após aposentadoria os cargos foram repassados para os esposos que foram também entrevistados.

⁸ Foi bem-feitor da Igreja São Pedro e São Joaquim contribuindo para a construção da mesma.

viveu durante dezessete anos na comunidade. A fim de preservar a identidade de cada entrevistado serão utilizadas abreviaturas dos nomes nas transcrições das falas descritas.

A realização de entrevistas com os operadores da Usina foram momentos ricos de resgate das experiências e percepções de atores importantes embora invisíveis, no processo de desenvolvimento regional do Triângulo Mineiro. O resgate das memórias dos operadores, neste sentido, foi importante para resgatar a história pouco conhecida dos trabalhadores do setor hidrelétrico.

Por sua vez, ao entrevistar atores com diferentes papéis sociais, funções na empresa ou posições na estrutura familiar tivemos a oportunidade de captar diferentes percepções sobre a vida e o cotidiano. As memórias destas pessoas deram ênfase a diferentes aspectos da vida diária: os momentos na escola, os momentos culturais através do cinema, as festas católicas, os forrós, e a importância da localidade como entreposto para região Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais, e, para a região Centro-Oeste do Estado brasileiro onde se localiza Brasília – Capital Federal.

Pelos fatos narrados pelos entrevistados podemos observar que a memória individual é permeada pela memória coletiva por serem fatos que se transformam em domínio comum da comunidade. Sempre que necessário requeremos à memória do outro para relembrar acontecimentos passados (HALBWACHS, 1990) “O dever da memória é tornar o indivíduo um historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p.17). Neste sentido os entrevistados ao narrarem a história da usina e da comunidade reforçam a sua identidade e dão visibilidade a uma população que foi elemento fundamental para a consolidação do desenvolvimento regional no período de 1941 a 1993, e que em função da busca pelo este mesmo desenvolvimento fora colocada a margem processo.

Como já apontado, o intuito das entrevistas foi elucidar os efeitos que a busca pelo desenvolvimento regional acarretou na população da vila operadora Pai Joaquim. Através das entrevistas também foi possível ter acesso aos objetos pessoais de cada entrevistado, tais como fotografias, placas de comemoração sobre os serviços prestados para a CEMIG, quadro com fotografia panorâmica que cobre toda a área da Usina e da comunidade.

Foram realizadas duas visitas à localidade da Usina Pai Joaquim. A primeira em agosto de 2016 se deu um período de estiagem de chuva. Podemos constatar que os prédios públicos tais como a Igreja, o Coreto, a Escola, o espaço do “Centro Recreativo Pai Joaquim”, e umas vendas de fato foram preservadas. (DAMASCENO, 2011). Devido ao período foi possível ter acesso ao local onde ficavam as casas dos moradores da comunidade. Já em

fevereiro de 2018, no período chuvoso, encontramos também os espaços de sociabilidades descritos, porém, a área onde ficaram as casas estava coberta pela vegetação, o que impediu o acesso a esta localidade. Ter acesso a este local possibilitou compreender o espaço vivido pela comunidade que ali viveu e que expressou usos e modos de vida e que, por sua vez, moldou toda a dinâmica de trabalho. A vida pública e a vida privada se misturavam no contexto de trabalho na usina uma vez que os operadores eram todos parentes. Mesmo com esta particularidade do parentesco havia uma hierarquia que se radiava nas relações sociais da comunidade.

Para que se possa atingir os objetivos propostos à dissertação foi estruturada em três capítulos.

O primeiro Capítulo versa sobre os aspectos do desenvolvimento econômico e social e sua relação estreita com a geração de energia elétrica. Inicia com uma descrição geral sobre como se dava a polarização entre duas iniciativas distintas para o controle dos meios de produção na América Latina. Estado e Mercado, uma disputa que se alastra desde os primórdios do capitalismo, na América Latina e no Brasil de modo geral, verificou-se que o Estado formula políticas para o fortalecimento das empresas nacionais e internacionais, pois no que concerne a necessidade de infraestrutura para o “progresso” o Estado assume a responsabilidade; fornecendo capital para a construção de usinas hidrelétricas, termoeletricas, rodovias, siderurgias, portos e aeroportos bem como financiamentos para a produção agrícola e pecuária.

Realizou-se um breve histórico sobre a história do setor hidrelétrico brasileiro explicitando a atuação de três correntes de pensamento – o liberalismo econômico pautado na ação dos investimentos de empresas privadas, as políticas estatais de desenvolvimento pautado na atuação do Estado no gerenciamento da economia que perdurou de maneira incisiva até a década de 1980, e por fim, após a crise deste modelo estatal, as ideias neoliberais ganharam força no cenário econômico nacional e são postas em prática desde a década de 1980 e que perdura até os dias atuais. O modelo neoliberal prega uma retomada do setor privado no gerenciamento da economia nacional (DONATO, 2009).

Dedicou-se também uma parte do capítulo para o Estado de Minas Gerais, pela sua centralidade no projeto nacional de geração de energia, o qual é também pioneiro na produção hidrelétrica do país. Minas Gerais ao presenciar uma desvantagem econômica frente os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro adotou uma política estatizante na geração de energia,

assumindo o controle das siderurgias do Vale do Rio Doce, e incentivando, portanto, as economias regionais.

Por fim, o Capítulo aborda a história da Usina Hidrelétrica Pai Joaquim. Ela se configura como um dos primeiros grandes empreendimentos no interior do país, e o primeiro localizado na região do Triângulo Mineiro – MG. Contribuiu para a consolidação de uma elite agrária e fomentou indústrias a se instalarem nos municípios que mais se destacavam na região tais como: Uberlândia, Uberaba, Araguari e Araxá que demandavam energia elétrica. A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que já tinham uma economia voltada para a agropecuária passou a cobrar mais incentivos para a produção. Ao mesmo tempo enfrentava a falta de energia elétrica tal como o restante das outras regiões. A pressão da elite agrária, sofreu efeito e forçou o governo de Benedito Valadares a assumir a empresa municipal de Uberaba de energia elétrica denominada Ferreira e Caldeira & Cia., construindo assim uma usina hidrelétrica na cachoeira conhecida como Pai Joaquim que se encontra na divisa entre os municípios de Sacramento e Santa Juliana.

O Segundo Capítulo trabalha com a literatura que versa sobre a constituição das vilas operárias e como estas vilas são conhecidas nos empreendimentos hidrelétricos. Aborda também a história da comunidade com base na literatura de memória e história de vida através das entrevistas com os antigos moradores com o intuito de conhecer a rotina da comunidade, as relações de trabalho na usina, a relação dos trabalhadores com o Departamento de Águas e Energia de Minas Gerais e posteriormente com a CEMIG. O capítulo versará também sobre os elementos que marcam a identidade da comunidade através dos elementos de sociabilidade por meio do culto religioso através da participação das missas e das festas de São Pedro, os forrós, o meio educacional através do Grupo Escolar Pai Joaquim e, posteriormente, após o Estado assumir o Colégio, passou a se denominar Escola Estadual Ernesto de Paula Pena. Em suma, o capítulo relata o cotidiano da comunidade Pai Joaquim e as relações de trabalho na Usina.

Por sua vez, o terceiro Capítulo apresenta a atual configuração do Rio Araguari na região do Triângulo Mineiro após a construção de quatro usinas hidrelétricas ao longo da década de 1990 e da construção de uma PCH que recebeu o nome de Pai Joaquim, por ser construída na margem oposta da primeira usina no perímetro da cidade de Santa Juliana – MG. Discorre também sobre a desativação da Usina Pai Joaquim após a inundação da casa de força da Usina Pai Joaquim em função da barragem de Nova Ponte, acarretando a remoção da população que ali viveu durante 52 anos. O capítulo procura mostrar como a mudança de

política energética afetou a localidade e ao mesmo tempo externar qual a relação dos antigos moradores frente à construção da PCH nas terras de Pai Joaquim e as formas de reterritorialização construídas pelos ex-moradores de Pai Joaquim.

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTO E ENERGIA: A RELAÇÃO ENTRE O INVESTIMENTO PRIVADO E PÚBLICO NA POLÍTICA ENERGÉTICA BRASILEIRA

O primeiro capítulo da dissertação aborda dois modelos de gestão do Estado: uma que valoriza a intervenção estatal de modo amplo, valorizando as empresas estatais de infraestrutura e uma versão liberal que aposta nas empresas privadas como principal agente de desenvolvimento nacional. O capítulo apresenta o histórico das políticas energéticas nacionais desde o final do século XIX quando se verifica a primeira usina hidrelétrica nacional sediada no Estado de Minas Gerais sob responsabilidade da empresa privada, uma vez que neste período não havia um plano nacional de produção e distribuição de energia, cabendo a cada empresa criar a infraestrutura do seu negócio.

Posteriormente verificamos que na década de 1930 começa a ser gestado um esforço para que se criem condições para o desenvolvimento nacional. O Estado brasileiro começou a fornecer os meios financeiros para a industrialização criando um código de águas e passando a atuar de modo sistemático na produção de energia, elemento fundamental para a industrialização.

Portanto, este capítulo realiza uma revisão bibliográfica acerca da temática entre as atuações entre Estado e Mercado na economia e como estas atuações influenciaram na política energética nacional e estadual.

1.1 A relação entre duas matrizes de desenvolvimento: a ótica estatal x ótica do mercado no caso brasileiro e latinoamericano

Os Estados da América Latina, em função da forma como se constituíram pós processo de independência, se organizaram de forma que as elites permanecessem no comando da sociedade. Avessas a mudanças, toda e qualquer revolta popular ou todo e qualquer movimento reformista era sufocado. Em diversas ocasiões a saída das elites para frear um movimento popular se deu por meio dos golpes de Estado encabeçados em sua grande maioria pelas forças armadas e com apoio da sociedade civil.

No caso brasileiro em particular, até a década de 1930, o Estado brasileiro era gerido majoritariamente pelas oligarquias paulistas e mineiras, e marcado economicamente pelos produtos primários de exportação, tendo a cafeicultura como carro-chefe.

Com a tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930, o governo, preocupado em superar a crise econômica mundial desencadeada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, passa a pensar na modernização da economia. Governando o país em dois momentos distintos; 1930-1945 e 1950-1954, ambos períodos são marcados pela valorização da economia nacional em face à estrangeira, (mesmo com participação destas empresas na importação de tecnologia) promovendo a criação de empresas nacionais como a Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, incentivando a indústria de base e a Petrobrás, inaugurada em 1953.

Outro ponto de apoio ao governo Varguista foi a população. Havia uma grande preocupação do Estado em manter a classe trabalhadora sob controle. Ressalta-se que o movimento sindical brasileiro foi marcado no início do século XX pela forte atuação dos operários anarquistas. Na década de 1930 o Partido Comunista passa a ganhar adeptos e até vislumbra uma tentativa de tomada de poder por meio da Intentona Comunista de 1935. Neste sentido, em 1943 Vargas promulgou a Consolidação das Leis Trabalhistas, fruto de acúmulos do movimento operário.

A realidade que se apresentou no caso brasileiro também foi verificada em países tais como o México, com o governo de Lázaro Cardenas, e na Argentina, com Juan Domingos Perón.

[...] nos três casos, chega-se, por caminhos diferentes, a resultados que possuem fortes similaridades. Foram estabelecidos sistemas corporativistas de relações de trabalho, marcados pela combinação entre, de um lado, o reconhecimento, ou até mesmo a oficialização, do movimento sindical e, de outro, o estabelecimento de arranjos institucionais orientados pela intenção de subordinar essas organizações de trabalhadores ao aparelho partidário e estatal, entendidos como depositários de interesses nacionais superiores aos de classe. Esses sistemas, ademais, revelaram-se extremamente duradouros, seja na forma da sobrevivência das leis que os regulamentavam às transformações do cenário político que marcaram as décadas posteriores (como no Brasil)⁹ou da vinculação de uma central sindical hegemônica ao partido governante ou majoritário (como no México e na Argentina) (FORTES, 2007, p.66).

⁹ Como destaca Michael Hall: “Em nenhum outro lugar um sistema corporativista completo sobreviveu à ditadura que o impôs”. Michael Hall, “Corporativismo e Fascismo. In: *Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, org. Ângela Araújo (São Paulo: Boitempo, 2002), 13-28. p. 26, *apud* FORTES. A. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007. <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/45.pdf>.

O interesse por traz da “concessão” às classes populares é a temente amplitude que as ideias comunistas chegavam aos trabalhadores urbanos. A disputa ideológica não coibia alianças pragmáticas, e o fato de estabelecerem estas alianças por sua vez não diminuía a perseguição que o partido comunista e anarquista sofreu durante o governo Vargas. Em certa medida,

[...] os mecanismos de oficialização sindical estabeleceram, explicitamente, formas de exclusão da esquerda, perpetuando o controle político de peronistas, varguistas e militantes do PRI sobre os sindicatos, como o imposto sindical e os atestados ideológicos no Brasil, ou a "cláusula de exclusão de separação" mexicana, que estabelecia que o militante expulso do sindicato seria automaticamente demitido também do seu emprego¹⁰ (FORTES, 2007, p.68).

Em função disso, inaugurou-se um movimento político-ideológico-econômico conhecido como populismo¹¹ que perdurou até o golpe de estado civil-militar em 1964.

Com relação aos investimentos em energia elétrica no governo Vargas, seguindo o projeto nacional de desenvolvimento, o período é marcado entre o impasse entre a iniciativa privada e a iniciativa estatal. A crise do setor levou o governo a criar empresas federais e estaduais para a produção de energia elétrica. Este impasse seria resolvido somente na década de 1950 especificamente no governo de Juscelino Kubitschek.

Os anos 1950, portanto, apesar de ser uma década em que a ordem democrática estava ameaçada muito em função da Guerra Fria que se instalou no mundo em função da busca pela hegemonia mundial entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, o Estado Brasileiro, dando sequência à valorização nacional, investe na criação da Petrobras, empresa de petróleo, inicia-se a construção dos Grandes Projetos de Investimento principalmente na criação de hidrelétricas.

No governo nacional, JK colocou em prática uma política desafiadora do plano de metas guiado por cinco vertentes principais: energia, transporte, industriais de base, alimentos e educação. Apesar destes cinco principais pontos, os que mais receberam recursos disponibilizados pelo então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e por empresas

¹⁰ Kevin J. Middlebrook, *The paradox of revolution: labor, the state, e authoritarianism in Mexico* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995). P. 96, *apud* FORTES. A. *O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano* revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007. <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/45.pdf>.

¹¹ O populismo começa no ponto em que os elementos popular-democráticos se apresentam como opção antagônica face à ideologia do bloco dominante (LACLAU, 1979, p. 179).

multinacionais foram os setores de energia, transporte e indústrias de base, pois o objetivo principal de JK foi desenvolver o interior do país. Houve uma reconciliação entre a iniciativa privada e estatal neste período.

À medida que a produção industrial se concentra da região Sudeste, com peso maior em São Paulo, se aprofunda o desenvolvimento regional desigual. Vários governos desde JK procuraram criar mecanismos para desenvolver as demais regiões do país. Neste sentido em 1959 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE,¹² em 1967 foram criadas as Superintendências do Desenvolvimento Regional do Centro Oeste – SUDECO e a Superintendência Regional da região Sul – SUDESUL e por fim, no ano de 1968 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento Regional da Amazônia — SUDAM. Contudo, apesar dos projetos de desenvolvimento verifica-se na atualidade que eles não surtiram o efeito proposto. O que se verificou foi uma total subordinação destas regiões à região Sudeste tal como nos descreve Vainer e Araujo (1992), ao falar sobre o caso da região nordeste e da SUDENE.

[...] agora, em vez da simples e tradicional captura de excedentes pela troca desigual, abria-se a era da penetração do capital do Sudeste nos circuitos produtivos regionais. A intervenção (salvadora) do Estado, clamada pelas classes dominantes nordestinas pela reforma agrária resultava em novos e mais aperfeiçoados mecanismos de exploração e de tutela da região. (VAINER, 1992, p 24.)

Dadas as condições expostas, as fronteiras Amazônicas da região Norte e Centro-Oeste seriam alvo posteriores para a construção de hidrelétricas. Durante o regime militar foram realizados estudos¹³ para o aproveitamento do Rio Amazonas com a construção de Usinas hidrelétricas no Estado do Pará e Mato Grosso. Ressalta-se que estes projetos foram implementados no governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2015) e serão explorados ao longo do capítulo.

A América Latina de um modo geral é marcada pela alternância entre regimes políticos democráticos e ditatoriais.

Em meados dos anos 1970, muito se discutia a relação entre democracia, desenvolvimento, política e economia. Lechner (1993), propõe discutir essas variáveis no âmbito latino-americano, cujos países, propõem harmonizar democracia política com

¹² Sobre as Superintendências, verificar no site da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-do-nordeste-sudene>

¹³ Estes estudos podem ser verificados no livro Centro de Memórias da Eletricidade publicado no ano de 2009.

crescimento econômico e equidade social, se configurando como um novo desafio a ser enfrentado por estes.

Aprofundando o debate, o que estava em jogo neste período era a relação entre os blocos de poder existentes na guerra fria instaurada pós a segunda guerra mundial findada em 1945. Lechner (1992) aponta que o desenvolvimento econômico e, concretamente, o mercado já não pode ser considerado "pré-requisito" da democracia. De um lado verifica-se que no Leste Europeu a economia de mercado converteu-se em objeto da democratização política, e, por sua vez, a democracia política não garante o desenvolvimento econômico.

No âmbito latino-americano, o debate que se instaura no continente é a relação entre Estado e Mercado, ou seja, se questiona como compatibilizar democracia com desenvolvimento.

Lechner (1993) aponta também que na América Latina, o processo de construção de uma sociedade capitalista não se deu nos moldes europeus de séculos anteriores ao século XIX. O capitalismo por si só não depende da regulação estatal para atuar e se desenvolver, porém no caso específico da América Latina, coube ao Estado a tarefa de implementar a modernização da sociedade, visto que as forças produtivas ainda estavam em "processo de emancipação" das condições de escravidão aos quais eram submetidas. Salienta-se que a intervenção do Estado na constituição de uma sociedade moderna não se configura como um "corretivo" para o mercado a fim de promover o desenvolvimento econômico e social, e no caso de estudo em questão, a economia de mercado depende da iniciativa estatal e guarda uma estreita relação com a "razão de Estado" (questão nacional e questão social).

Neste sentido, na América Latina o tipo de desenvolvimento que se instaurou foi o modelo de "desenvolvimento para dentro", cabendo ao Estado o papel de agente das mudanças sociais a fim de satisfazer as demandas das classes médias emergentes, uma vez que os mercados internos estavam em ascensão.

Faletto (2014), também discute a relação entre Estado e Mercado na América Latina, e suas atuações no modelo desenvolvimentista implementado na região. Especifica a disputa de hegemonia que se instaurou no período entre o final do século XIX e o início dos anos 1970. Compreende-se tal como Lechner (1993), que devido ao caráter de dependência, os países latino-americanos se inseriram tardiamente no processo de modernização, e que, portanto, caberia ao Estado o papel de formular políticas que incentivassem o desenvolvimento nacional inclusive como fonte de financiamento das empresas privadas para atuarem no mercado.

Há um embate entre dois setores do mercado quanto à atuação do Estado: setores que preferem se associar ao o desenvolvimento do capitalismo internacional ao invés de buscar independência, e, setores que favorecem o desenvolvimento de uma burguesia nacional a fim de buscar autonomia política nacional (LECHNER, 1993).

Como já abordado nas linhas acima, a partir dos anos de 1970, um novo modelo de desenvolvimento é instaurado na América Latina, a partir da experiência neoliberal iniciada no Chile. Este modelo, segundo Lecnher (1993), em vez de privilegiar as demandas sociais, dá ênfase para a oferta produtiva e ocasiona um rearranjo da economia e do mercado de trabalho. O autor aponta uma antinomia entre Estado e o modelo desenvolvimentista e o Mercado com seu modelo Neoliberal, e ambos devem ser analisados em relação ao contexto e não em função de discursos ideológicos.

Lechner (1993) argumenta que no embate do desenvolvimento entre a iniciativa estatal e a iniciativa mercadológica, ambos Estado e Mercado, dependem um do outro, uma vez que nem o Mercado, nem o Estado são capazes por si só de compatibilizar as exigências do desenvolvimento socioeconômico, e possuem condição para a consolidação democrática. Outro apontamento do autor é que tampouco existe uma divisão de funções que atribua ao Estado a integração nacional e ao Mercado a inserção internacional.

O período descrito foi ancorado no tripé do nacionalismo, do populismo e de políticas nacionais de desenvolvimento e teve como objetivo tirar o país de um modelo econômico agroexportador e dependente, e é neste sentido que na década de 1970, período em que se verifica o aprofundamento da ditadura civil-militar, busca-se erguer grandes empreendimentos em prol do desenvolvimento nacional¹⁴.

No Brasil inaugura-se neste período, a era dos Grandes Projetos de Investimentos (GPIs), se caracterizam por serem,

[...] empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais e exógenos aos das populações regionais das proximidades dos empreendimentos. (VAINER, 1992, p 34.)

¹⁴Podemos afirmar que na década de 1970 em âmbito nacional vivencia uma segunda onda desenvolvimentista. A primeira é marcada a partir da década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas, e é marcada pela valorização da indústria nacional. Na década de 1950, Vargas retoma o governo sendo eleito agora democraticamente e continua no mesmo viés. Essa primeira onda nacional desenvolvimentista é aprofundada com o presidente Juscelino Kubitschek através do plano de metas. O tripé desta política será apresentado nos tópicos ao longo deste capítulo.

Diante do exposto, e dado a necessidade de criar infraestrutura para se alcançar o desenvolvimento, o Estado colocou em prática a construção de hidrelétricas, inicialmente nas regiões Sul e Sudeste e posteriormente alcançando as demais regiões do país. É necessário, portanto, realizar uma breve descrição sobre como se configurou o setor hidrelétrico no Brasil mediante a relação entre o público e o privado na produção hidrelétrica, e como que até os dias atuais ele mantém como principal produtor de energia do país.

1.2 Breve histórico das sistema hidrelétrico brasileiro¹⁵ e as constantes mudanças estratégicas do setor.

Aproveitando dos grandes recursos hídricos no território nacional, os governos brasileiros, tanto da esfera Federal, Estadual e Municipal, optam pela construção de Usina Hidrelétrica (UHE)¹⁶, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), para a geração de energia, com a justificativa de alavancar o chamado “progresso econômico” do país. Um progresso questionável, que se dá à custa de muitos conflitos de ordem econômica e social, uma vez que a noção estritamente vinculada à economia, ao capital e ao seu crescimento, é frequentemente abreviada para a simples palavra genérica progresso, e é quase sempre tornada equivalente à noção de desenvolvimento (SEVÁ FILHO, 2004).

Ao se falar em matriz energética provinda de recursos hídricos no território nacional, é necessário remeter ao Estado de Minas Gerais, região que abrigou as primeiras usinas do país e seguia as experiências desta matriz que já estavam sendo utilizadas nos países europeus e os Estados Unidos (CEMIG, 2006). Podemos notar que a história das hidrelétricas brasileiras é dividida em cinco fases, e elas acompanham as etapas em que se desenvolveram políticas nacionais de desenvolvimento que o Estado brasileiro adotou durante o século XX e que após serem interrompidas na década de 1990, são retomadas nesta segunda década do século XXI.

¹⁵ Sobre o histórico do sistema elétrico brasileiro, muito já se produziu a respeito. Seja na academia, ou nos órgãos estatais, como por exemplo: USINAS DA CEMIG: 1952-2005. / Coordenação Paulo Brandi de Barros Cachapuz. – Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. 304p.

CORRÊA, M. L. O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de águas e Energia Elétrica (1939-1954). Tese (Doutoramento em História Social). Departamento de História – Universidade Federal Fluminense, Niterói- RJ, 2003.

O meio ambiente e o setor de energia elétrica brasileiro/ [coordenação] Lúcia Maria Martins Cabral – Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2009. 328p.

Nesta dissertação o objeto não se configura em estudar este histórico e sim em recapitular os principais acontecimentos, inserindo a Usina de Pai Joaquim no bojo das políticas energéticas de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

¹⁶ É toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 50 MW (cinquenta megawatts), que possua reservatório maior que 13 Km² (1.300 há). (ANEEL, 2002)

1.2.1 O primeiro ciclo de Usinas Hidrelétricas – de 1883 a 1930

As primeiras iniciativas para a produção de hidrelétrica partiram do setor privado no ano de 1883, com a construção da Usina Hidrelétrica Ribeirão do Inferno afluente do rio Jequitinhonha localizada do município de Diamantina – então na província de Minas Gerais, sob responsabilidade da mineração Santa Maria. A energia gerada servia para a extração de carvão da mina por uma linha de transmissão que tinha dois quilômetros de extensão. Em 1885, inaugura a segunda usina localizada em Viçosa. A empresa responsável era a Companhia de Tecidos São Silvestre, e a energia gerada servia para abastecer a fábrica. A *Compagnie Minas d'Or Du Faria*, no ano de 1887, inaugurou sua usina para atender sua atividade de extração de ouro da mina de Faria e para iluminar as casas dos trabalhadores e funcionários da empresa (CEMIG, 2006).

Posteriormente, em 1889, foi inaugurada a primeira Usina para serviço de utilidade pública com a construção da Usina de Marmelos-Zero com 250 kW de energia, e que pertencia a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), fundada pelo empresário do ramo têxtil Bernardo Mascarenhas com o objetivo de fornecer energia elétrica para Juiz de Fora-MG. Essa usina é pioneira na América Latina por ser a primeira a fornecer energia elétrica tanto para a esfera pública, quanto para a esfera privada. Esse empreendimento atraiu também muitas fabricas de tecidos motivados (as) pela possibilidade de obtenção de energia. Em 1896 foi inaugurada pela mesma companhia a Usina Marmelos I com capacidade de 600 kW de energia (CEMIG, 2006) (MIELNIK e NEVES, 1988).

Em paralelo ao Estado de Minas Gerais, foram construídas usinas hidrelétricas em São Paulo e na capital federal no Rio de Janeiro. O grupo canadense *Light* começou a investir no país a partir do ano de 1899. A primeira concessão para a exploração e distribuição foi concedida pelo município de São Paulo, onde foi inaugurada a usina hidrelétrica de Parnaíba (SP), no rio Tietê, com a capacidade de gerar 2 Megawatts de potência. Em 1912, a capacidade passou para 12 megawatts. A atuação da *Light* chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1904. O ribeirão das Lages foi o rio que abrigou a primeira usina hidrelétrica do estado do Rio de Janeiro e contava com uma geração de 24 megawatts. Caracteriza-se por ser a maior usina do país e uma das maiores do mundo, sendo ampliada sua capacidade para 49 Megawatts em 1913 (CABRAL, 2009).

Já entrando no final da década de 1920, mais precisamente no ano de 1927, outra empresa estrangeira de energia elétrica entra no cenário nacional. Entre os anos de 1927 a

1930, a *American and Foreign Power Company (Amforp)* que era controlada pela empresa norte americana *Electric Bond and Share Company* – (EBASCO) adquire diversas usinas de pequeno porte da época (MIELNIK e NEVES, 1988).

A característica deste período é o controle das atividades do setor elétrico nas mãos da iniciativa privada, sendo controlado majoritariamente pela *Light* e pela EBASCO, que via neste setor um mercado compensador, apesar de não se satisfazer totalmente em função do baixo valor das tarifas de energia elétrica. Na década seguinte, este raio de ação da iniciativa privada no controle da distribuição de energia começou a sofrer as primeiras intervenções da ação estatal, gerando um conflito que perdura até a década de 1950, quando se encontra uma solução para o impasse (MIELNIK e NEVES, 1988).

1.2.2 Segundo ciclo: as usinas hidrelétricas no período de 1930 a 1950

A década de 1930 inaugura a “onda” de governos nacionais populistas na América Latina. Em âmbito nacional, a grande jogada de Vargas se deu em valorizar a economia nacional, criando indústrias nacionais de produtos de base, tais como, a siderurgia, (Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, inaugurada em 1943) a geração de energia elétrica, e a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT (1943), conquistadas pelos trabalhadores após anos de perseguição e repressão no período da primeira república.

A primeira medida adotada pelo novo governo foi criar em 1933 o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão esse ligado ao Ministério da Agricultura. Este departamento era responsável por gerir o Serviço de Água, inclusive a exploração hidráulica para a geração de eletricidade. No ano seguinte, em 1934, ano da Constituinte, o governo Vargas promulgou o decreto nº 26.234 que dizia respeito ao Código de Águas que regulou todo o seguimento durante o século XX. Em linhas gerais, a lei estabelecia que todas as fontes de energia hidráulica eram de propriedade da União, cabendo a esta autorizar o uso e explorar o recurso hídrico. A concessão tinha uma validade de 30 anos.

Em tese, o Código de Águas deu início ao monopólio do poder de concessão do aproveitamento hidrelétrico em território nacional e encontrou resistência por parte da Amforp e da *Light*, pois estas empresas que gerenciavam o setor hidrelétrico brasileiro não concordavam com a regra que calculava as tarifas com base nos serviços prestados com base no preço de custo, e o capital das empresas era avaliado pelo custo histórico, ou seja, valor original das instalações, descontada a depreciação. A proposta das empresas privadas era

utilizar o custo de reprodução que correspondia ao valor das instalações se estas fossem montadas no momento da avaliação. Devido ao impasse e apoiada por *lobby* políticos e por ações judiciais o código de águas não foi totalmente implementado, mais despertou nas empresas uma desconfiança com relação ao investimento no país (CEMIG, 2006).

A fim de sanar a crise instalada em 1939 o governo federal cria o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e sua principal função é encaminhar e regular o setor. Este conselho é a primeira ação para a interligação de usinas e sistemas elétricos assumindo o controle das concessionárias com a imposição de tarifas regulando-as ao Código de Águas (VIANNA, 2006).

Na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, o governo investiu em indústrias de Base, porém, encontrou desafios na manutenção destas empresas, pois, a energia gerada no país não conseguia atender a demanda simultânea destas empresas e ao mesmo tempo a população. Ao mesmo tempo, entre 1940 a 1948 houve um aumento no consumo de energia elétrica, chegando a patamares de 179%, porém verifica-se também que a capacidade instalada aumentou somente 18% no período. Um dos motivos que podem justificar o baixo investimento na produção energética foi o congelamento das tarifas até o final da Segunda Guerra Mundial no ano de 1945, sendo posteriormente autorizado um reajuste de apenas 10%. Ainda em função da Guerra, houve uma ruptura nas importações de material elétrico impedindo qualquer grande investimento neste setor.

Acirrou-se neste período o conflito entre as empresas privadas do setor energético e a atuação estatal no segmento. Uma tentativa de solução do impasse entre a iniciativa privada e pública no setor hidrelétrico foi à criação da Comissão da Indústria de Material Elétrico – CIME, existente entre os anos de 1944 a 1946. No relatório havia uma recomendação para a implantação de uma indústria de equipamento elétrico que contava com a participação das empresas Westinghouse e S. Morgan Smith. Contudo o relatório foi arquivado e o impasse persistiu (CEMIG, 2006, e MIELNIK e NEVES, 1988). No ano de 1948, ainda durante o governo de Emilio Gaspar Dutra, foi implementado o Plano Salte, que se constituía especificamente em três linhas de ação: Saúde, Transporte e Energia. Vianna (2006) ressalta que o plano serviu apenas para diagnosticar os problemas estruturais da economia brasileira e para buscar um novo acordo.

Em suma, verificou-se que entre os anos 1930 a 1950 houve uma grande disputa entre o governo federal que procurava implementar um projeto nacionalista de Estado. Isto gerou uma intensa disputa entre as empresas estrangeiras que obtinham o monopólio energético e o

governo federal que tentava obter o controle da política energética nacional. Neste sentido, o governo federal procurava afirmar seu poder perante os poderes locais e regionais. O desgaste gerado entre estas duas iniciativas minou a tentativa do governo federal em implementar de fato um projeto nacional de industrialização (CORRÊA, 2003).

Nos anos 1950 o impasse começa a ser solucionado, instaurando-se um novo modelo para gerenciar a questão elétrica no sistema de partilha, ou seja, o governo federal financiou os Estados para criarem empresas estaduais de hidroeletricidade, ficando com a ampliação das instalações hidrelétricas e a iniciativa privada ficaria com a distribuição (MIELNIK e NEVES, 1988). No ano de 1954 foi aprovada a Lei nº 2.308, que criou o Fundo Federal de Eletrificação (FFE) e o Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), ambos funcionariam como a base para o Plano Nacional de Eletrificação proposto pelo governo a fim de restabelecer o Estado brasileiro na diretriz do desenvolvimento nacional. A Lei, contudo, não foi formalmente aprovada, porém serviu de base para a configuração de empresas que gerenciariam os recursos hídricos em território nacional. A proposta era que o governo se constituísse como acionista único das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), empresa essa que ficaria responsável pelo planejamento, execução e operação dos empreendimentos do setor de energia elétrica (CEMIG, 2006).

Guiados pelo plano de Metas estabelecido por Juscelino Kubitschek, que tinha como objetivo desenvolver o país, na área de energia elétrica, propunha-se seguir as recomendações da comissão mista Brasil- Estados Unidos para o desenvolvimento econômico concluído em 1954, acentuando-se nessa comissão as recomendações da missão Abbink¹⁷ (CEMIG, 2006).

A partir desta década o Estado brasileiro começa a construir grandes usinas hidrelétricas como, por exemplo, a Usina de Paulo Afonso I inaugurada no ano de 1954. Dentre as empresas estaduais que se destacam no período, a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A – CEMIG, inaugurada em 1952, com o objetivo de regularizar e regulamentar o Plano Elétrico do Estado, e a FURNAS Centrais Elétricas S.A, também em Minas Gerais no ano de 1957. Ambas as empresas são de capitais abertos e contam com participação de empresas privadas, caso da *Light & Power* e pela Companhia Paulista de Força e Luz (EBASCO). Inicialmente no caso de FURNAS estas empresas tinham 60% das ações, mas,

¹⁷Os objetivos da Missão Abbink eram em buscar as razões do avanço e dos obstáculos ao desenvolvimento econômico brasileiro e estabelecer diretrizes para que o crescimento econômico se mantenha longamente sustentado e equilibrado. Para tanto, a Missão era explicitamente a favor de que se procurasse o conjunto de fatores internos da economia brasileira que estivessem sendo subutilizados.

sem acompanhar os sucessivos aumentos de capital exigidos, se tornariam minoritárias ainda no início de 1960 (CABRAL, 2009).

O objetivo de FURNAS¹⁸ foi explorar o potencial elétrico identificado pelos técnicos da CEMIG no cânion de Furnas, no Rio Grande, divisa de Minas Gerais e São Paulo, que foi avaliado em 1,2 mil megawatts – no período representava um terço da capacidade instalada no país. O resultado desta iniciativa resultou na criação da empresa estatal Eletrobrás no ano de 1962 que tinha como coordenar a produção e distribuição de energia elétrica (CABRAL, 2009) e (MIELNIK e NEVES, 1988). A década de 1960 serviu como um laboratório, verificando como seria a atuação das esferas públicas e privadas como ao investimento da matriz hidrelétrica. Na década de 1970, associada ao milagre econômico dos primeiros anos do período deu início ao *boom* das grandes usinas hidrelétricas que eclodiram em território nacional.

1.2.3 Os anos dourados das políticas energéticas brasileira: de 1960 A 1980.

Estabelecida a agência que regularia a Energia gerada, a Eletrobrás passa a pensar e conceber projetos de construções de Usinas Hidrelétricas em todo território nacional, a fim de abastecer o setor industrial no centro-sul do país. Arelado a políticas nacionais de desenvolvimento o regime civil-militar deu continuidade e grandes projetos de UHE foram pensados e implementados. O período conhecido como “milagre” econômico teve seu auge de 1968 e 1973, ano que o Produto Interno Bruto (PIB) atingiu um patamar de 11,4%. A política se caracterizava pelo controle da inflação, que tinha como meta se manter em até 20% ao ano, estímulos a exportações, importação de capitais e grandes investimentos em infraestrutura geridos pelas empresas estatais. Entre 1967 e 1974 o investimento em hidrelétricas recebeu um investimento de 15% do PIB ao ano, sendo que 70% foi propiciado por recursos próprios do Estado vindo de impostos e dotações orçamentárias. No início dos anos 1970 as hidrelétricas geravam 78% da energia consumida no Brasil e 80% delas estavam nas mãos de empresas públicas (CABRAL, 2009).

¹⁸ Furnas representou um notável desenvolvimento do *Know-how* dos técnicos brasileiros devido ao desafio em termos da dimensão das obras. A usina para ser construída, exigiu empréstimos do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Banco Mundial. A construção começou em 1958. Em julho de 1965, Furnas chegou a 900 Megawatts de potência, equivalente a 12% da capacidade total do país. Em 1974 chegou a sua potência máxima com 1,2 mil Megawatts. Essa Usina foi a primeira em território nacional que provocou a remoção compulsória da população atingida pela inundação de terras. O estudo aponta que 35 mil pessoas atingidas e 8 mil propriedades inundadas.

Afetada pela crise do petróleo de 1973, o governo Geisel (1974-1979) lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND¹⁹), que mais uma vez colocava nas mãos das empresas estatais o sucesso para o desenvolvimento econômico. A meta era desenvolver também a região Norte, Nordeste e Centro Oeste. Uma vez que as fontes de combustíveis fósseis estavam afetadas em função da crise, as hidrelétricas seriam a fonte de energia a serem utilizadas de maneira ainda mais incisiva. Foram projetadas grandes usinas²⁰ na região Norte, Sudeste e Sul do país.

A barragem de Sobradinho, situada no submédio São Francisco a cerca de 50 km da cidade de Juazeiro na Bahia foi construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Inicialmente pensada no ano de 1972, somente foi efetivada em 1979. Salienta-se que o projeto sofreu mudanças a partir de 1974, sendo modificada para o aproveitamento hidrelétrico.

[...] o objetivo primeiro de Sobradinho era a regularização plurianual do curso do São Francisco, estabelecendo uma vazão mínima de 2.060 m³/segundo, para garantir o funcionamento contínuo das usinas à jusante, particularmente a usina de Paulo Afonso. Outros objetivos eram o melhoramento das condições de navegabilidade à montante e a construção de uma tomada de água para garantir a irrigação do Projeto Massangano da CODEVASF, nos municípios de Casa Nova e Petrolina (SIGAUD,1988, p.88).

A mudança se deu em função da mudança estratégica quanto ao fornecimento de energia elétrica para o abastecimento das indústrias no Brasil.

¹⁹O I Plano Nacional de Desenvolvimento conservava os princípios traçados no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo apresentado em 1970, também durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Organizado sob a orientação do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, o I PND tinha por objetivo colocar o Brasil entre as nações desenvolvidas no espaço de uma geração. Para tanto, seria necessário duplicar a renda per capita do país até 1980 e elevar o crescimento do produto interno bruto (PIB) até 1974 com base numa taxa anual entre 8% e 10%. Esse fortalecimento da economia implicaria ainda a elevação da taxa de expansão do emprego até 3,2% em 1974, a redução da taxa de inflação e a adoção de uma política econômica internacional que acelerasse o desenvolvimento sem prejuízo do controle da inflação. Visando ao fortalecimento da estrutura empresarial, o I PND criou o Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais e convocou o empresariado brasileiro a participar de setores estratégicos do desenvolvimento. O I PND apoiava-se em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e de outros órgãos financeiros da União. O BNDE deveria participar com cem milhões de cruzeiros, concedendo financiamentos a longo prazo e participando de sociedades através da aquisição de ações preferenciais. A principal inovação do I PND em relação ao Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), relativo ao período 1964-1966, e ao Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), relativo ao período 1968-1970, foi que enquanto esses últimos eram documentos que traduziam intenções do Poder Executivo, o PND foi convertido em lei após ter sido analisado e aprovado pelo Congresso. (CPDOC, 2018, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>>).

²⁰Outros projetos hidrelétricos foram realizados durante o período. Para ter contato com essa literatura ler o livro O meio ambiente e o setor de energia elétrica brasileiro, produzido pelo Centro da Memória da Eletricidade Brasileiro.

A Usina de Sobradinho²¹ não foi instalada sem que houvesse resistência por parte da população. Estudos da década de 1940 já apontavam que a inundação da região acarretaria danos a produção local de áreas férteis, tirando o sustento das famílias que dependiam da agricultura. Em linhas gerais, a população juntamente com a Igreja Católica e o sindicato tentaram resistir à remoção pelo qual eles passaram. Em nome do “progresso” diversas famílias são retiradas de seu local a fim de atender a demanda de energia que abastece o capital das indústrias. (SIGAUD, 1988), (CABRAL, 2009). A usina binacional²² de Itaipu se configura também entre os grandes projetos de investimentos em hidroeletricidade. A abrangência, no entanto, ultrapassa as fronteiras do território nacional, uma vez que o projeto foi realizado em parceria com o Paraguai. Os primeiros estudos para verificar o potencial hidrelétrico do rio Paraná datam de 1953, solicitados pela *Light*, e em 1956 a autorização foi concedida para avaliar o potencial energético de Sete Quedas.

Os estudos e autorizações foram se ampliando e renovando e o momento decisivo ocorreu no ano de 1966 com a assinatura da Ata do Iguazu entre o Brasil e o Paraguai. No ano seguinte é criada uma comissão mista entre os países com o objetivo de colocar em vigor a ata. Foi decidido o aproveitamento do potencial hidrelétrico desde Sete Quedas, no município de Guairá, até a confluência do rio Iguazu no município de Foz do Iguazu (OSTROVSKI, 2013).

O reservatório começou a ser formado em outubro de 1982 represando um volume de 29 bilhões de metros cúbicos de água. Em 1983 teve início a operação regular do vertedouro da usina, dando vazão integral ao rio e ainda neste ano a primeira das 18 unidades geradoras passou a funcionar de forma experimental. Em 1984 a Usina entrou em operação com o primeiro grupo gerador e as linhas de transmissão para o Sudeste (CABRAL, 2009).

Os impactos socioambientais do empreendimento, mais uma vez, não foram levados em consideração. O empreendimento atingiu oito municípios, quatro núcleos urbanos, desapropriaram 2,4 mil quilômetros quadrados de terras, remanejaram cerca de 40 mil pessoas, alagou parte das terras indígenas Avá-Guarani e submergiu 780 quilômetros de floresta subtropical e terras agrícolas no lado brasileiro (CABRAL, 2009).

Verifica-se que estes os Grandes Projetos de Investimentos (GPIs), possuem o discurso de desenvolvimento e progresso para a região em que eles se estabelecem, porém, o

²¹ Sobre Sobradinho, ler o Estudo da Lygia Sigaud: *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho*.

²² A Usina Hidrelétrica de Itaipu é uma iniciativa de dois Estados Nacionais da América do Sul – Brasil e Paraguai.

que se verifica é que as “regiões de implantação, de modo geral, têm restado a destruição das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER e ARAUJO, 1992).

Na subseção seguinte veremos que o modelo de desenvolvimento adotado será radicalmente modificado em função de fatores exógenos, como o reflexo da crise mundial e por fatores endógenos no que concerne a mudança de governo e de política macroeconômica.

1.2.4 A crise econômica e a adoção do modelo neoliberal no Brasil

A década de 1980, foi marcada por uma grande recessão econômica causada por dois fatores: de 1971 a 1973, os países quebraram o acordo de Bretton Woods que em tese se caracterizava pela equivalência ouro/dólar. A quebra deste acordo teve como uma de suas principais consequências o aumento do preço do barril de Petróleo e levou o sistema capitalista a uma nova crise cíclica do capital no ano de 1973. No ano de 1979 houve um novo aumento do petróleo incidindo de modo incisivo nas economias dos países emergentes. Nos países capitalistas centrais, subtende-se Estados Unidos e Europa ocidental predominou o Welfare State (estado de bem-estar social). Esse “modo de vida” era garantido pelo estado Keynesiano ²³ e segundo dizem os neoliberais manter este sistema era um sacrifício, pois onerava o Estado através dos compromissos firmados com as empresas e os sindicatos.

A partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo. A onda neoconservadora e as reformas econômicas orientadas para o mercado foram a resposta a esta crise - reformas que os neoliberais em um certo momento imaginaram que teriam como resultado o Estado mínimo (BRESSER-PEREIRA, 1998, p.49).

De fato, conforme consta na literatura sobre o assunto, com a recessão provocada principalmente pelo choque do petróleo no ano de 1973 e os altos índices de inflação dos países capitalistas centrais, colocou-se em xeque o modelo fordista. Harvey (1992) afirma que a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o

²³ O economista John Maynard Keynes (1883-1946), diante da crise econômica de 1929, “propõe a ação intervencionista do Estado, através predominantemente da operacionalização das políticas econômicas, como meio de coordenar e estabilizar a dinâmica das economias monetárias” (TERRA, FILHO, 2012).

mundo capitalista do sufocante torpor do “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista.

O sistema capitalista buscava alternativas para a superação de mais uma crise cíclica. O modelo econômico vigente no período passa a ser questionado e a alternativa que se apresenta é de um novo liberalismo econômico, conhecido também como neoliberalismo. As diretrizes do neoliberalismo passam a ser regida pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e tem como fundamento usar as dívidas externa dos países latinos americanos como chantagem, obrigando os países a seguir a cartilha do Consenso de Washington para que estes adquirissem empréstimos. Em linhas gerais, o neoliberalismo prega o Estado Mínimo, ou seja, a redução dos gastos públicos, incentiva as privatizações, a abertura de fronteiras comerciais para produtos estrangeiros, e priorização do pagamento da dívida externa.

No que tange o Brasil, verifica-se que a crise afetou os investimentos em infraestrutura, o modelo nacionalista de substituição de importações começa a se esgotar e as empresas tem seus lucros diminuídos. A recessão mundial fortaleceu o grupo de gestores nacional que ia ao encontro com as ideias neoliberais que ganharam força ao verificar uma brecha nas políticas nacional desenvolvimentistas implementadas desde a década de 1930. Para este grupo, o Estado passa a ser “grande” demais e era necessário realizar um corte no orçamento o que por sua vez, afetou profundamente as relações de trabalho, pois, elas são mediadas de acordo com o sistema de produção vigente.

A passagem da década de 1970 para a década de 1980 exemplifica os custos financeiros que os governos populistas optam por arcar a fim de manter um apoio populacional.

O PIB *per capita*, que de 1970 a 1980 vinha se expandindo à taxa média de 6,1% a.a., diminui 13% entre 1980 e 1983. A tímida recuperação apresentada no período de 1984-89 leva o valor desse indicador apenas a retornar aos níveis observados no início da década, de forma que se populariza a ideia de que os anos oitenta se constituíram para a economia brasileira, na "década perdida" (OMETTO, FURTUOSO, DA SILVA, 1995, p. 404)

A fim de alinhar com os países capitalistas centrais, o modelo neoliberal passa a ser implementado no Brasil com a eleição de Fernando Collor, em 1989, atingindo seu ápice no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). No governo Collor (1990-1992) deu-se

início o Programa Nacional de Desestatização (PND), lançado no início do mandato. As primeiras medidas, no que tange o setor elétrico, foram as privatizações de empresas que atuam no setor de distribuição de energia: a Usiminas, em 1991, e as empresas Escelsa, do Espírito Santo, e a *Light*, do Rio de Janeiro, no ano seguinte. (CABRAL, 2009).

Em 1996, através da Lei nº 9.427/96, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANAEEEL, e as regras que definiram seu funcionamento foram aprovadas através da Lei nº 9.648, de 1998, com a função de regular o funcionamento do setor, sob a ótica neoliberal. As adoções do modelo mercantil adotado no Brasil e nos demais países que adotaram o modelo neoliberal verificaram uma ausência nos investimentos para o setor hidrelétrico e que acarretou em um racionamento e queda no consumo. O sistema que foi implantado teve como principais características:

Competição nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica; a criação de um instrumental regulatório para a defesa da concorrência nos segmentos competitivos; Desintegração vertical, tarifas de uso da rede não discriminatórias, garantia do livre acesso nos sistemas de transporte (transmissão e distribuição); Desenvolvimento de mecanismos de incentivos nos segmentos que permanecem como monopólio natural incluindo, ainda, mecanismos de regulação técnica da rede de transmissão. (D' ARAUJO, 2009, p. 132-133)

Em suma, o argumento que se pregou ao defender as privatizações foi de diminuir as dívidas que o estado brasileiro contraiu nas décadas anteriores, além de tirar da União um grande encargo nas contas públicas. O que se verificou ao longo dos anos foi que com a privatização o papel do Estado continua de suma importância uma vez que ele permanece responsável pela regulação do setor hidrelétrico, por ser um serviço público (ROSA, 2001).

O que de fato ocorreu foi que o Estado permaneceu como elemento estruturante do setor, com participação ativa da Eletrobrás, e as tarifas de energia sofreram um aumento no consumo doméstico, e finalmente, o *blackout*, em função do mau funcionamento das estações e subestações de energia. Além disso, as empresas estatais foram vendidas a grupos norte-americanos, franceses, espanhóis, chilenos e panamenhos. O que estas empresas têm em comum é que nenhuma delas possui experiência no setor hidroelétrico, além de terem pouca competência técnica em energia elétrica (ROSA, 2001).

A crise energética que se desencadeou em 2001 teve como principal responsável a desregulamentação do sistema interligado que o Brasil desenvolveu ao longo do século XX e em consequência das privatizações não houve investimento na geração de energia. Devido à dependência de fatores naturais, com a escassez de chuva no ano de 2001, e com o aumento

da demanda, o sistema de geração não deu conta em atender as exigências que lhe eram atribuídas. Coube ao Estado intervir no setor, exigir do consumidor um racionamento de energia caso não quisesse pagar uma alta quantia pelo uso de um produto que lhe é assegurado por direito (ROSA, 2001).

A situação em que o país se encontrou no início do século XXI serviu de plataforma política para as eleições que se concretizariam no ano de 2002. A velha dicotomia entre direita e esquerda foi acentuada com a disputa eleitoral entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido da situação no período, e o Partido dos Trabalhadores (PT). As eleições colocariam na pauta dois modelos de desenvolvimento. O primeiro, do PSDB, seguiria os ditames do consenso de Washington, continuando com a abertura da economia brasileira para o Capital Internacional, enquanto que o segundo, do PT, pregava uma atuação do Estado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, incentivando a inserção de empresas nacionais no comércio mundial. É sobre essa política de desenvolvimento que a próxima subseção discorrerá.

1.2.5 O governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e os novos planos de desenvolvimento nacional

Após a produção de energia elétrica ser voltada para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas – (PCHs), acompanhamos durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2015) o retorno dos investimentos em grandes projetos²⁴ de

²⁴ No ano de 2008 foi lançado no Atlas de Energia Elétrica do Brasil, um estudo sobre as construções de hidrelétricas na região Centro-Oeste e Norte do país. Segundo estes dados, “É na bacia do Amazonas, no rio Madeira, que estão localizadas as principais usinas planejadas para os próximos anos e incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Ambas são classificadas como projetos estruturantes, considerados como iniciativas que proporcionam expansão da infraestrutura – no caso, a oferta de energia elétrica – no médio e longo prazo e, ao mesmo tempo, demonstram capacidade para estimular o desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Por isso, mobilizam governo, centros de pesquisa, universidades e iniciativa privada. Uma dessas usinas é Santo Antônio, licitada em 2007, com capacidade instalada de 3.150 MW. A outra é Jirau, licitada em 2008, com 3.300 MW de potência. Ambas constam do Banco de Informações de Geração da Aneel que, em novembro de 2008, além das PCHs e CGHs, registra 15 usinas hidrelétricas já outorgadas, mas cuja construção ainda não havia sido iniciada. Outra bacia importante é a Tapajós. Em 2008, a Aneel estuda viabilidade de três aproveitamentos no rio Teles Pires – todos de caráter estruturante – que somam 3.027 MW. Além desses, um estudo encaminhado pela Eletrobrás à Aneel prevê a construção de cinco usinas com capacidade total de 10.682 MW no próprio Tapajós. Outra é a bacia do rio Xingu, para a qual está prevista a construção da Usina de Belo Monte, que, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), deverá entrar em obras até o fim da década, com potência instalada de 5.500 MW. Em fase de construção em novembro de 2008, o BIG relaciona 21 empreendimentos. Destes, os maiores, novamente, podem ser observados na região Norte. Entre eles destaca-se a usina de Estreito, com 1.087 MW de potência no rio Tocantins, e Foz do Chapecó, com 855 MW, no rio Uruguai, região Sul do país. No total, tanto as UHE’s apenas outorgadas quanto aquelas já em construção deverão agregar 13.371 MW à potência instalada do país”. (Atlas de Energia Elétrica do Brasil, 2008, P. 60)

desenvolvimento e a retomada de antigos projetos de hidrelétricas (pausados desde o regime civil-militar). Dentre outros empreendimentos destaca-se a construção da hidrelétrica de Belo Monte no do Estado do Pará. O retorno destes empreendimentos reacendem a discussão das vilas operadoras e a função social que a mesma se propõe com a sua efetivação.

Dentre as políticas de desenvolvimento nacional foi formulado e posto em prática o Plano de Aceleração para o Crescimento (PAC) que tinha como carro-chefe investimentos em áreas da construção civil, saneamento, e energia elétrica, cuja matriz principal era o recurso advindo dos abundantes recursos hídricos no território nacional. Para a viabilização das construções o BNDES entrou como principal financiador dos empreendimentos que se concentraram na região norte do país.

Segundo dados do Instituto Lula,

Entre 2003 e 2014, retomamos a construção de grandes usinas hidrelétricas e o parque gerador brasileiro ganhou cerca de 49.000 MW, um crescimento de 60% em relação à capacidade instalada em 2002. O PAC, em suas duas fases, aumentou a capacidade de geração instalada em 23.712 MW, o suficiente para abastecer quase 38 milhões de brasileiros. Entre as usinas hidrelétricas concluídas estão Jirau, Santo Antônio e Rondon (RO), Dardanelos (MT), São Domingos (MS), Passo São João, São José e Garibaldi (RS), Mauá (PR), Simplício (RJ) e Estreito (MA). Somente Jirau é capaz de gerar o bastante para abastecer 10 milhões de casas. A obra estimulou a criação de 12 mil empregos diretos e 30 mil indiretos, dando preferência sempre para a mão-de-obra local. Belo Monte (PA), obra que em abril de 2014 chegou a 49,5% de execução, terá 11.233 MW de capacidade instalada quando 100% em operação, o que está previsto para 2015. A energia gerada por Belo Monte será suficiente para atender cerca de 21 milhões de pessoas, o equivalente a mais de três cidades com a população igual à do Rio de Janeiro. (INSTITUTO LULA, s.d).

O PAC seguiu a tendência das organizações internacionais como o Banco Mundial que:

[...] propõe aos países emergentes, dentre eles o Brasil, uma maior e melhor participação do setor privado na área de infraestrutura, com o gerenciamento do governo garantindo a redução de custos do capital e a elevação da rentabilidade de longo prazo das concessões (BANCO MUNDIAL, 2007). Para atingir o “ponto ótimo” recomenda-se ainda que: i) haja orientação das estatais para tornar sustentáveis os investimentos de capital fixo, reduzindo o tempo de giro do capital e aumentando o lucro do setor privado; ii) implementação de reforma no sistema financeiro orientadas pelas técnicas inovadoras de financiamento, como as sociedade de propósito específico, que capturam recursos com a antecipação de ativos e rendimentos no

mercado, com rigoroso ajuste de custos, em especial os regulatórios (GARZON, 2010. p. 80 *apud* CÂMARA, 2014. p. 58).

Câmara (2014) ainda aponta que o PAC só foi possível após aprovação da Lei das Parcerias Público-Privada (PPP's) no ano de 2004, juntamente com a aprovação da Lei nº 11.196 de novembro de 2005 que instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, que dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica. Através destas parcerias o governo brasileiro firmou acordos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, afim de que a instituição subsidiasse empresas, e as diversas esferas do poder público nacional, seja ele governo federal, estadual ou municipal, com objetivo de fazer o país retomar os rumos do desenvolvimento.

A justificativa que perdura até os dias atuais é que as hidrelétricas são vistas pelos empreendedores, sejam eles estatais ou privados, como empreendimentos que causam menores impactos ambientais e sociais no território, porém, não se leva em consideração, nas localidades em que são instalados, que estes empreendimentos produzem diferentes configurações sociais, através da demarcação de novas fronteiras territoriais e sociais, da constituição de enclaves, do recorte de territórios, da expulsão de antigas populações e do assentamento de novas (BEZERRA E BRONZ, 2014, p.131).

Mais uma vez a irresponsabilidade governamental obriga a população brasileira a enfrentar situações drásticas de sobrevivência. A disputa entre duas ideologias coloca em xeque a concretização de uma política de Estado. O que de fato conseguimos fazer a cada eleição é uma política de governo cuja preocupação é a efetivação de políticas pontuais e que não propõem um programa de longo prazo.

Na próxima secção, abordaremos o contexto das políticas estaduais de desenvolvimento que o Estado de Minas Gerais vivenciou a partir da década de 1890 a fim de superar o atraso econômico perante os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro principalmente.

1.3 O Estado de Minas Gerais e a demanda energética para o desenvolvimento regional

Verificamos que o desenvolvimento nacional é desigual e se concentra nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O Estado de Minas Gerais, no entanto, desde a década de 1930 procurava alcançar estes dois polos tentando atrair o setor industrial para a região.

Registra-se, porém, uma virada importante na economia brasileira e internacional com a crise econômica mundial de 1929. Devido à forte dependência do Comércio exterior, as ofertas dos produtos importados caíram bruscamente, obrigando o Estado Brasileiro a formular políticas para que os produtos fossem consumidos pelo mercado interno. A crise de 1929 contribuiu fortemente para a intensificação do desenvolvimento regional e industrial desigual no país.

Se um país desigualmente desenvolvido constitui um sistema de regiões em competição por oportunidades e meios de crescimento, tem-se, então, que tal competição abrange recursos tanto econômicos quanto políticos. Em princípio, como dito, contam decisivamente as razões de mercado. Mas a estas podem se sobrepor razões político estratégicas capazes de contrabalançar as desvantagens de uma dada área, abrindo-lhe novas perspectivas de desenvolvimento (DULCI,1999, p. 19).

No bojo destas políticas, o Estado de Minas Gerais não contava com fundos para investimentos, as cidades eram desprovidas de infraestrutura o que favorecia para o aprofundamento da acarretando da estagnação econômica. Este cenário não atraía setores do mercado interno e conseqüentemente trouxe dificuldades para atrair as indústrias para a região.

Podemos compreender a situação do Estado de Minas gerais em duas vertentes, seguindo a relação Estado X Mercado descritos anteriormente. Ressalta-se que vamos analisar neste momento a busca pelo desenvolvimento regional a partir dos investimentos no setor hidrelétrico.

Na virada do século XIX para o século XX, a capital do Estado passou a ser Belo Horizonte, inaugurada no ano de 1897 sendo uma das primeiras cidades brasileiras a ser planejada, e foi atendida pela geração de energia provinda da Usina Marmelos I. Bernardo Mascarenhas auxiliou a Comissão Construtora da nova Capital para a edificação da Usina de Freitas, com 225 kW de potência, aproveitando a queda d'água no ribeirão Arrudas. Na virada do século, Minas Gerais contou com um expressivo aumento no seu parque energético. No ano de 1907, Belo horizonte passou a receber energia provinda da usina do Rio das Pedras localizada no rio das Velhas, em Itabirito – essa usina tinha uma capacidade de 1.200 kW de potência. Já em 1912 os serviços de viação, eletricidade e telefonia do estado são arrendados

pela Companhia de Eletricidade e viação Urbana de Minas Gerais. O responsável técnico foi o engenheiro Sampaio Correia, que adquiriu também a usina de Peti que fora construída por uma empresa estrangeira nos primeiros anos do século (CEMIG, 2006).

Outras empresas foram se instalando pelo território de Minas Gerais. Além da CME, foi fundada em 1905 a Companhia de Força e Luz de Cataguases-Leopoldina (CFLCL) sob responsabilidade do empresário José Monteiro Ribeiro Junqueira. Ambos CME E CFLCL foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento da região da Zona da Mata Mineira. Na região Sul foi fundada a Companhia Sul Mineira de Eletricidade (CSME) no ano de 1922, sob a responsabilidade de Venceslau Brás. A CSME adquiriu os serviços de geração de energia elétrica dos principais municípios do Sul de Minas na época (CEMIG, 2006).

Em 1929, com grande atuação no interior paulista a *Amforp* por intermédio da Companhia Força e Luz de Minas Gerais (CFLMG), obtém também a concessão de energia de Belo Horizonte e Santa Bárbara, além de obter todos os bens e instalações do Departamento de Eletricidade do Estado, órgão responsável até o momento por gerenciar os serviços de energia e obras urbanas da capital estadual desde que entrou em rescisão do contrato com a Companhia de Eletricidade e Viação de Minas Gerais no ano de 1926 (CEMIG, 2006).

Apesar do Estado Mineiro ser o pioneiro no que tange a produção de energia provinda de recursos hídricos o caminho das indústrias não acompanhou esta inovação. Na década de 1920, apesar do Estado de Minas Gerais possuir uma maior quantidade de usinas, a geração de energia chegava a apenas 42 mil kW, ao passo que, aproveitando o investimento da *Light*, São Paulo contava com 155 mil kW de energia, seguido pelo Rio de Janeiro, então capital federal, produzindo 61 mil kW de energia. Somando os dois parques energéticos, ambos contribuíam com 134 mil kW de energia, o que equivalia a 37% do total nacional (CEMIG, 2006).

A saída encontrada pelos gestores da época foi de incentivar a industrialização do Estado por meio política de estatais com o intuito de tornar o Estado atrativo para receber indústrias, algo que aconteceu na década seguinte. Com a presidência da república sendo ocupada por Getúlio Vargas, os governos estaduais passaram a ser indicados pelo presidente. Em Minas Gerais o governador escolhido foi Benedito Valadares, que ficou no cargo de 1933 a 1945. O governo Valadares passou a atuar na área industrial, a partir das indústrias siderúrgicas na zona central do Estado, o que levou a uma valorização da capital.

A ação sistemática do Estado no processo de industrialização e de desenvolvimento econômico de Minas Gerais é perceptível desde a década de 1930 até o limiar da década de 1970. Ao longo de todo este período, é possível enumerar diferentes projetos, metas e intervenções do Estado na economia mineira de forma a superar, industrialmente, seu estágio atrasado. A figura do Estado e sua atuação assumem, com efeito, um papel central, pois estava pautada em uma concepção segundo a qual o governo assumia o papel de principal agente na recuperação econômica. Esse protagonismo do Estado no enfrentamento do atraso torna as políticas industriais um dos principais objetos de análise da forma como o governo, no caso de Minas Gerais, buscou conduzir seu processo de desenvolvimento econômico. (VAL E GODOY, 2014 p.06)

Um dos elementos fundamentais de todo processo de industrialização é a produção energética. A atuação estatal nesta direção começou a investir no setor também na década de 1930. O governo Valadares formulou durante seu mandato as primeiras políticas no setor, procurando articular as ações estatais com os planos nacionais, além de intermediar o conflito entre as empresas estrangeiras com o projeto nacional desenvolvimentista do governo varguista.

Em 1939, Valadares construiu três usinas hidrelétricas. A primeira foi a Usina Pai Joaquim no Triângulo Mineiro, inaugurada em 1941, posteriormente a Usina Santa Marta construída na região norte com o principal objetivo ampliar a oferta de energia elétrica na cidade de Montes Claros, inaugurada em 1944, e pôr fim, a Usina Gafanhoto construída com a finalidade de atender a Cidade Industrial de Contagem região metropolitana de Belo Horizonte a fim de fornecer as bases para o desenvolvimento econômico do Estado. A Usina entrou em operação no ano de 1946, já no governo do interventor João Tavares Corrêa Beraldo, com capacidade de 14 mil volts (CEMIG, 2006).

O governo de Milton Campos (1947-1951) é marcado pela aproximação entre o governo estadual com as empresas privadas de energia elétrica. A busca pelo desenvolvimento regional é continuada através do *Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção*. O plano tinha como objetivo atender tanto a classe industrial quanto a classe agrícola, além de dar um direcionamento nas políticas econômicas iniciadas por Benedito Valadares.

O PREFP evidenciava um intuito de construir uma estratégia bem definida de industrialização, para reverter a condição exportadora de matérias primas e importadora de manufaturados de Minas Gerais para uma situação de independência econômica. Assim, as políticas industriais previstas viriam no sentido de firmar o modelo de industrialização por substituição de importações no estado (VAL e GODOY, 2014, p.10).

Este governo contou também com a articulação política de Lucas Lopes, homem responsável pelo Plano de Eletrificação de Minas Gerais²⁵ no ano de 1950 e que seria o principal articulador da criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais e posteriormente da Eletrobrás.

O Plano de Eletrificação de Minas Gerais consistiu assim numa série de estudos técnicos globais sobre os potenciais e as demandas disponíveis, e sobre o ritmo de construção das usinas necessárias. Não tínhamos orçamentos prefixados, de modo que trabalhávamos com resultados ideais. Mais tarde o governo teria de buscar recursos onde pudesse. O Plano de Eletrificação, além dos estudos de definição de áreas e das análises econômicas, tinha ainda uma parte que consistia no estudo da alternativa política a ser adotada na gestão do setor de energia elétrica em Minas - dever-se-ia fazer uma autarquia ou uma holding de várias companhias? Foi feita uma série de análises dessas alternativas, a pedido do Seabra (LOPES, 1991, p. 113).

Mediante o Plano de Eletrificação de Minas Gerais,

[...] os objetivos do estado deveriam ser enquadrados na perspectiva do Plano Nacional de Eletrificação e que havia a necessidade da intervenção governamental no campo da eletricidade, para o crescimento rápido e racional dessa indústria, incentivando a iniciativa privada e suplementando-a ou substituindo-a, quando deficiente ou inexistente. “[...] é dever do Governo definir com objetividade as obras que pretende executar em prazos determinados, para que a iniciativa privada possa também fixar os seus objetivos sem o risco de perturbações por parte da iniciativa governamental” (CBE. 1950, v. 3, p. 47 *apud*, PAULA, 2012, p. 06)

A implementação do Plano de Eletrificação proposto por Lucas Lopes dialoga com as teorias levantadas no início do capítulo. Lechner (1993) entende que ambos os setores – mercado e Estado – devem atuar de maneira conjunta e agirem de acordo com o contexto e não movidos por ideologia. Neste aspecto o Plano de Eletrificação de Minas Gerais não se encontra a oposição entre,

[...] público x privado, nem capital estrangeiro x capital nacional, mas complementação dessas esferas e a perspectiva de planejamento e

²⁵ O PEMG foi celebrado no ano de 1949 ainda no Governo de Milton Campos. O governo estadual, representado pelo engenheiro José Seabra Rodrigues, celebrou contrato com a Companhia Brasileira de Engenharia (CBE) para a formulação do Plano de Eletrificação de Minas Gerais. Elaborado sob a coordenação do engenheiro Lucas Lopes, o plano foi concluído em seis meses, estabelecendo os fundamentos básicos da política de eletrificação adotada pelo governo mineiro na administração de Juscelino Kubitschek (CEMIG, 2005).

intervenção governamental para a atuação imediata, visando também a interligação dos sistemas elétricos no futuro imediato e mais longínquo, dependendo da situação de cada sistema e de cada região (PAULA, 2012, p. 06).

A relação entre público e privado se estenderá no governo estadual de Juscelino Kubitschek²⁶ (1951 – 1955). JK guia seu governo estadual sob o binômio Energia e Transporte. O projeto desenvolvimentista passaria por estes setores uma vez que para aprimorar o setor industrial do Estado era necessário oferecer demanda energética atrativa e ao mesmo tempo oferecer estradas de trânsito rápido para o escoamento da produção. Duas empresas foram criadas com o intuito de gerenciar estas linhas de ação: Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A – CEMIG e o Departamento de Estradas e Rodagem – DER.

A empresa *Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.* foi criada pelo decreto nº 3.710, de 20- 02-52, como uma empresa de capital misto, que transferiu a esta as ações estatais dos sistemas regionais e ainda incorporou à empresa o Sistema de Gafanhoto. A CEMIG nasce enquanto moderna empresa capitalista, com estrutura organizacional racionalizada, tecnologia avançada, emprego da previsão e do planejamento, preocupação com treinamento e especialização de pessoal e integração dos setores da empresa. Mas ao mesmo tempo é isenta de tributos estaduais, é garantida a distribuição de dividendos a acionistas privados e todo o capital inicial é provido pelo Estado. (VIANA E GODOY, 2014, p. 13)

Como toda empresa possui conselho (VIANA E GODOY, 2014), Lucas Lopes discorre sobre a CEMIG da seguinte maneira:

[...] desde o princípio, insistimos para que esses conselhos fossem operacionais e tivessem realmente conhecimento do que ocorria. Os conselhos da Cemig sempre contaram com a participação do empresariado brasileiro. Em todas as subsidiárias sempre havia um representante da Federação das Indústrias, da Federação do Comércio e até políticos. Um dos melhores homens que tivemos foi João Lima Guimarães, que foi senador pelo PTB. Não era ligado ao Juscelino, mas foi um bom companheiro, um homem que lutou por nossas ideias no Congresso. Pedro Laborne era outro político que trabalhou conosco. Renato Falei, da Associação Comercial, também era conselheiro da Cemig (LOPES, 1991, p. 129).

Outro setor que merece destaque é quanto à produção agropecuária. JK também é levado a atender a elite agrária do Estado de Minas Gerais, pois esta classe ainda exercia grande influência na administração. No ano de 1951, o governo inaugura a Companhia

²⁶ Abordaremos neste tópico apenas as questões relativas ao Estado de Minas Gerais, pois, as questões macro energéticas do Governo presidencial de JK foram discutidas nos tópicos referente à Política Nacional de Energia dos anos 1950-1960.

Frigoríficos de Minas Gerais S.A, sediada na cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte. Em 1957, no governo estadual de Bias Fortes, com o mesmo intuito de atender aos anseios dessa elite, é criada a Companhia Agrícola de Minas Gerais – CAMIG. Apesar de concretizadas, as empresas não surtiram o efeito pretendido e levaram a um grande desgaste da administração pública.

Durante o período do “Milagre Econômico”, nos anos 1970, a CEMIG se fortaleceu, configurando-se como uma das principais empresas do setor no território nacional, juntamente com as Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEE)E. Juntas, elas forneceram energia para a região Sul e Sudeste até a construção e inauguração da Usina de Itaipu em 1984. Em um período de dez anos, entre 1973 e 1983, verificou-se que a capacidade de geração do parque energética da empresa aumentou quatro vezes, alcançando a marca de 4.460 MW, influenciado principalmente pela construção das hidrelétricas de Volta Grande, São Simão e Emborcação, situadas no Estado de Goiás, e pela construção da termelétrica de Igarapé, instalada nas proximidades de Belo Horizonte. O objetivo desta termelétrica era fornecer energia elétrica em períodos hidrológicos desfavoráveis, ou seja, em períodos de estiagem de chuva. Entrando em operação no ano de 1978, a usina produzia 125 MW de energia (CEMIG, 2006).

A crise econômica mundial dos anos 1980, afetou o setor elétrico nacional. A CEMIG²⁷ sofreu uma retração de investimentos externos e internos sendo levada a reduzir seu programa de obras, controlar seu endividamento, restringir gastos operacionais e administrativos e adaptar-se às restrições de investimento e às baixas taxas de remuneração.

No ano de 1984, a CEMIG²⁸ é transformada em Companhia Energética de Minas Gerais, mediante a Lei estadual nº 8.655, no governo de Hélio Garcia (1984-1985).

²⁷ Na área de desenvolvimento energético, a Cemig intensificou a pesquisa de fontes alternativas e não convencionais de energia, em consonância com as políticas de racionalização do consumo de derivados de petróleo, adotadas pelos governos federal e estadual em decorrência do segundo choque do petróleo. Além de estudos sobre o potencial de energia eólica e solar e de viabilidade da utilização do gás natural em Minas, a empresa preocupou-se com o levantamento das possibilidades de produção e utilização da energia de biomassa, como lenha, carvão vegetal, álcool, bagaço de cana, resíduos agroindustriais e óleos vegetais, sem falar no programa de eletrotermia, voltado para a substituição de consumo de derivados de petróleo por energia elétrica. Sob a coordenação da Cemig, foram iniciados os trabalhos de planejamento energético global de Minas com a participação de diversas entidades estaduais direta ou indiretamente ligadas à área energética, como o DAE-MG, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Indi, o BDMG, a Fundação João Pinheiro e a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec). (CEMIG, 2006, p. 43).

²⁸ De acordo com a lei, o estatuto social da Cemig foi alterado, permitindo a participação da companhia em gama mais ampla de atividades relativas ao setor de energia. Com a participação do governo estadual e da prefeitura de Belo Horizonte, a Cemig organizou uma empresa subsidiária para produção, transporte e distribuição de gás combustível ou de seus subprodutos e derivados, constituindo em julho de 1986 a Companhia

De acordo com a lei, o estatuto social da Cemig foi alterado, permitindo a participação da companhia em gama mais ampla de atividades relativas ao setor de energia. Com a participação do governo estadual e da prefeitura de Belo Horizonte, a Cemig organizou uma empresa subsidiária para produção, transporte e distribuição de gás combustível ou de seus subprodutos e derivados, constituindo em julho de 1986 a Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig (CEMIG, 2006).

Na década de 1990, seguindo o modelo neoliberal implantado com a eleição de Fernando Collor, a CEMIG, apesar de obter um financiamento do BNDES a fim de preservar como o estatal nos investimentos energéticos, optou pela sociedade com a empresa Southern Electric Brasil Participações, consórcio firmado pelas empresas estadunidense de energia elétrica Southern Electric e AES e pelo grupo investidor brasileiro *Opportunity*. O consórcio adquiriu 32,96% do capital ordinário da CEMIG, o que significou para os cofres da Companhia a quantia de R\$ 1,13 bilhão. A venda foi realizada em um leilão público realizado pelo BNDES (CEMIG, 2006).

Após discorrer sobre o embate entre a corrente mercadológica e estatal no processo de desenvolvimento nacional, apresentando as atuações no setor energético nacional e Estadual de Minas Gerais, a próxima sessão versa sobre esta atuação em âmbito regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, descrevendo a história dos municípios de Araxá e Uberaba. Foi devido ao aumento da demanda energética destes municípios que possibilitou a construção da Usina Pai Joaquim e por consequência a constituição da Vila Operadora Pai Joaquim.

1.4 A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a alternativa para o desenvolvimento regional.

A região do Triângulo Mineiro é marcada por contribuir de modo significativo para a economia mineira e nacional, uma vez que é um dos polos agropecuários do Brasil. A

de Gás de Minas Gerais (Gasmig). Na área de distribuição, a empresa investiu na ligação de novas localidades e na melhoria e extensão das redes de distribuição urbana e periferia, implementando a partir de 1981 o programa Minas Luz, com apoio da Eletrobrás e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Após a incorporação da Ermig, ocorrida em 1983, a companhia lançou o programa Cemig-Rural, visando à duplicação do número de ligações elétricas das propriedades rurais no estado. Em 1985, a Cemig assumiu os serviços de distribuição de energia elétrica do DAE-MG nos municípios do norte do estado e do vale do Jequitinhonha. Áreas remanescentes da CPFL e da Light em municípios da região Sul e da Zona da Mata também foram encampadas no mesmo ano. A presença da Cemig como empresa distribuidora passou a abranger 96% do território mineiro, restando de fora apenas as áreas atendidas pela Cataguases-Leopoldina, pelo Departamento Municipal de Energia Elétrica de Poços de Caldas (DME), pela Empresa Elétrica Bragantina e pela Companhia Luz e Força de Mococa (CEMIG, 2006, p. 43, 44).

“vocação” para a agricultura e para a pecuária vem desde a época colonial, quando a região era rota para a explora o do ouro das terras do centro-oeste, mais especificamente onde hoje é o estado de Goiás. Neste período era denominado como “Sertão da Farinha Podre”. Após a queda da produ o aurífera, a agricultura e a pecuária se transformaram na principal fonte de renda dos municípios que se desenvolviam na região. Dois municípios se destacaram no devido a sua localiza o estratégica, dominando a região até a primeira metade do século XX, são eles Araxá e Uberaba, sobre os quais esta sec o discorrer .

1.4.1 O município de Araxá

O município de Araxá tem sua origem com o movimento de ocupa o do planalto central do território brasileiro. No período de explora o do ouro em meados do século XVIII, a cidade era rota desses exploradores. Por volta do ano de 1736 ergueu-se o primeiro assentamento na região que ficou conhecido como “Sertão da Farinha Podre”. A ocupa o foi às margens do rio das Velhas. A origem do nome Araxá é devido aos  ndios Arax s, que ocupavam a região entre o Rio das Velhas e o Rio Quebra-Anzol, conhecido mais tarde como “Sertão dos Arax s”. Após a decadência da explora o do ouro, os habitantes do povoado passaram a investir na pecuária como alternativa econômica. A região tinha um solo fértil e clima propício para cultivar a terra, dessa forma a agricultura também passou a ser atividade relevante na economia local. Devido às nascentes, descobriu-se que no barreiro que se formavam havia uma quantidade expressiva de sal natural, e com isso foi possível introduzir este produto na alimenta o do gado que ali se instalava. (GUERRA, SOUSA, 2015).

Entre 1782 e 1785 foi demarcada a Sesmaria do Barreiro, no sertão dos Araxá, em cujas terras formou-se o Arraial de São Domingos do Araxá. No ano de 1791 o arraial foi elevado   freguesia e passou a ser denominada São Domingos de Araxá. Nesse momento em diante passou-se a registrar nascimentos, casamentos e  bitos. Havia também a constante presença de um sacerdote. Em 1800 foi erguida a Matriz de São Domingos. Já no século em 1831, a freguesia passou a ser reconhecida como Vila, e comprometeu-se a construir o Fórum e uma cadeia. Araxá era uma região próspera muito favorecida pela atividade agropecuária que predominava, sendo que em 1835 foram registrados 146 edifícios (GUERRA, SOUSA, 2015).

Araxá compunha a rota salineira; o produto partia do Rio de Janeiro, adentrava as terras do sul de Minas Gerais passando por São João Del Rei, Araxá, Patrocínio e tinha como

destino final os estados de Goiás e Mato Grosso (GUIMARÃES, 1990 *apud* WAGNER, 2006).

Em meados do final do século XIX estudos da medicina comprovaram que as águas provindas do barreiro do Araxá serviam como remédio para a cura da tuberculose, dentre outras doenças (SANTOS, 2008, GUERRA, SOUSA, 2015). No século XX, mais precisamente nos anos 1920 a estrada de ferro Oeste de Minas chegou até o município, o que contribuiu para o escoamento da produção de sal e favoreceu o turismo local, pois o meio de transporte facilitava o acesso das pessoas que procuravam as águas sulfurosas da cidade (GUERRA, SOUSA, 2015).

Na década de 1940, mais precisamente no ano de 1942, Getúlio Vargas providenciou a construção de um complexo termal em Barreiro do Araxá, composto pelo Grande Hotel, pelas Termas, fonte, praça, complexo esportivo, jardins e áreas residenciais (LIMA, 2007). Neste mesmo período, durante a visita às Termas, Vargas também conheceu a cachoeira Pai Joaquim, a fim de verificar a obra que atenderia o município de Araxá, o Barreiro e a cidade de Uberaba, conforme já apontado acima.

A cidade de Araxá, desde o “descobrimento” das águas medicinais do Barreiro, passou por vários momentos de modernização, principalmente dos anos de 1920 a 1940, quando os investimentos foram maciços em infraestrutura, saneamento, energia elétrica, mercado, hospitais, criando formas de atrair cada vez mais turistas para a localidade e expandindo a cidade de Araxá pelo barreiro e seu núcleo urbano.

Da imbricação entre os dois territórios fisicamente distanciados, primeiro a cidade e, depois, o Balneário onde nessas terras de origem rural brotaram as fontes de águas minerais. Do natural ao construído percorreu-se a citada via de duplo sentido: urbanizar para gerar riquezas, produzir para fazer o uso apropriado dos recursos naturais, valorizar o ambiente natural para conquistar o conforto e prosperidade materiais e, com estes, receber os veranistas que chegavam em busca de lazer e os doentes à procura de tratamento. Diante dessas percepções foi preciso transformar a cidade em balneário e o balneário em cidade (preferencialmente uma cidade-jardim), assegurando, assim, a condição efetiva de cidade-balneário. (LIMA, 2007, p. 273).

O término da Segunda Guerra Mundial, no entanto, modificou a realidade brasileira e afetou profundamente os projetos encabeçados pelo governo de Getúlio Vargas. Restaurada a democracia no país em 1946, o projeto de utilizar a estrutura do balneário não atingiu toda a sua capacidade. Descobertas de medicamentos farmacêuticos, proibição e perseguição dos jogos de azar impediram o funcionamento do cassino do Grande Hotel. Em certa medida, a

cidade teve que se reinventar. Lima (2007) aponta que apesar das proibições citadas, o Barreiro e especificamente o Grande Hotel ainda prevaleceu com os shows de músicos e dançarinos e os rituais chiques adotados em um ambiente que tinha como singularidade ser um “espaço da diferença”. Em suma, foi preciso trazer outros elementos para atrair ou para manter um público que não dependesse especificamente das águas termais do barreiro.

A próxima sessão irá abordar a constituição do município de Uberaba, e sua importância para a região do Triângulo Mineiro.

1.4.2 O município de Uberaba no contexto das políticas de desenvolvimento do Triângulo Mineiro²⁹

O município de Uberaba está localizado na mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/ Auto- Paranaíba, Estado de Minas Gerais. Sua área total é de 4.529,70 Km², sendo que o perímetro urbano totaliza uma área de 256 Km². (SILVA, 2011). A ocupação das terras da região se deu durante o século XVIII, quando a principal atividade econômica da colônia era a exploração das minas de ouro.

No princípio a região do Triângulo Mineiro (antigo Sertão da Farinha Podre) pertencia à jurisdição de Goiás e assim permaneceu até o ano de 1816. A missão para explorar e ocupar as terras ficou a cargo de Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido também como Anhangüera. Antes das chegadas dos bandeirantes, as terras da região pertenciam aos índios Caiapós. Quilombos também ocuparam estas terras. Seguindo a lógica da colonização, estas populações ou aceitavam a dominação ou eram exterminadas (WAGNER., 2006), (SILVA, 2011). A localidade em que se concentrava a extração de ouro recebeu o nome de Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque no ano de 1776. Em 1781, as minas de ouro se esgotaram, e fez com que os habitantes deste lugar explorassem as terras da atual cidade de Uberaba (WAGNER, 2006; SILVA, 2011). Nasce aqui a vocação uberabense para agricultura e a pecuária como carros-chefes da sua economia.

Major Eustáquio foi o grande responsável pelo crescimento do povoado, uma vez que após fixar morada na região, passou a ser incentivo para que outros fazendeiros e aventureiros

²⁹ Visto que a Usina Pai Joaquim a princípio foi projetada para atender Uberaba e o Hotel Barreiro de Araxá, a presente dissertação irá buscar mais elementos sobre a história destes municípios. Reitera-se, porém, que os municípios de Uberlândia e Araguari possuem extrema relevância no desenvolvimento da região do Triângulo Mineiro, uma vez que após a linha férrea da Mogiana atingir estes municípios o centro comercial também se deslocou para estas cidades, ocasionado o declínio comercial de Uberaba, “obrigando” a elite uberabense a apostar no comércio do gado Zebu como remédio para amenizar a crise econômica que assolava Uberaba.

fixassem moradia nestas terras e passaram a produzir e a comercializar com as caravanas que ligavam Goiás a São Paulo. No ano de 1811, foi elevado a distrito dos índios, nome dado em função dos habitantes originários deste território. Em 1820, foi construída uma Igreja que tinha como padroeiros Santo Antônio e São Sebastião e após a mesma reconhecer o povoado, D. João VI decretou que o povoado fosse elevado à Freguesia. Com esse status a freguesia foi emancipada de Goiás passando para o Estado de Minas Gerais e passou a obter gerência própria no que tange assuntos de ordem civil, militar e religiosa. A localidade aos poucos foi atraindo diversas atividades de trabalho, agricultores, pecuaristas, comerciantes e demais profissões, o que favoreceu a freguesia a receber o título vila no ano de 1836 sob a denominação de Vila Santo Antônio de Uberaba. Posteriormente no ano de 1840 passou a sediar uma comarca para que a justiça pudesse ser aplicada na região. No ano de 1856 foi elevada à condição de cidade de Uberaba (WAGNER, 2006; SILVA, 2011). Desde os primórdios a agricultura e a pecuária se fazem presentes na economia regional e contribuíram para fortalecer uma elite agrária no município. Silva (2011) descreve que Uberaba sempre teve dificuldades em fazer políticas que atendessem todas as camadas sociais da população. Sempre que um político apresentava ideia de modernização, as elites agrárias e pecuaristas boicotavam as eleições, ou através do voto de cabresto, prática eleitoral que predominava no período, elegiam seus representantes a fim de perpetuar sua hegemonia.

Na virada para o século XX foi idealizado o primeiro projeto para a construção de uma hidrelétrica no município. Em 1906, Hidelbrando Pontes, político local, apresentou para a câmara municipal um projeto de modernização da cidade. Havia negociado com o governo do Estado um empréstimo para obras de infraestrutura tais como água e esgoto, calçamento de 10 quilômetros de ruas, e encampação da empresa Força e Luz que era de propriedade da empresa Ferreira Caldeira e Cia³⁰. A empresa responsável pela construção da usina foi a Firma Guinle Ltda., do Rio de Janeiro, e o empreendimento foi construído na cachoeira dos Monjolos no Rio Uberaba com capacidade inicial de 400 hp (horse-power), ou seja, duas turbinas com 200 cavalos cada uma. A linha de transmissão da usina percorria uma extensão de 30 km e 11.000 volts.

Por volta de 1915 o município contava com uma população de 10.000 habitantes ocasionando um mal funcionamento do setor elétrico, o que levou o prefeito Dr. Silvério José Bernardes (1912-1915) a adquirir na França um motor termo elétrico com capacidade de 200

³⁰ As primeiras usinas hidrelétricas surgiram de investimentos da iniciativa privada, tal como apontado nas linhas acima. Os sócios fundadores da empresa foram: Engenheiro Silvério José Bernardes, como gerente, Dr. José de Oliveira Ferreira, Sócios da Casa Caldeira, Artur Machado e outros (BAWDEN, 1968).

hp para auxiliar a hidrelétrica. Posteriormente, foi necessário adquirir mais um motor com capacidade de 350 hp em função do aumento do consumo de energia no município (BAWDEN, 1968).

Tais acontecimentos possuem estreita relação com a Usina Pai Joaquim. A energia elétrica, conforme salientado, era muito aquém da demanda. Era necessário que se construísse uma usina com maior capacidade. No ano de 1930 após Getúlio Vargas assumir a presidência, foi nomeado prefeito de Uberaba o engenheiro Guilherme de Oliveira Ferreira. Uma de suas primeiras ações foi exigir da empresa Ferreira Caldeira & Cia a ampliação do serviço de águas e energia. Foi dada como uma das alternativas propostas pela empresa aproveitar a queda d'água da cachoeira Pai Joaquim, localizada na divisa entre os municípios de Sacramento e Santa Juliana, sendo traçada uma linha de transmissão até a cidade de Uberaba. Após o decreto do Código de Águas no ano de 1934, as empresas de energia elétrica passaram a não ver vantagem na ampliação do serviço pois, um dos impeditivos era a redução do lucro das empresas em 10% do faturamento. Com o panorama desfavorável, a saída encontrada para sanar a crise energética do período foi de a prefeitura assumir o controle da empresa.

A seguir será discutida a construção da Usina Pai Joaquim e a sua importância para o município de Uberaba e Araxá.

1.4.3 Em busca do Progresso: a construção da Usina Pai Joaquim no Triângulo Mineiro.

Feito o acordo, no ano de 1935, foi montada uma comissão para que pudessem avaliar o capital da empresa Ferreira Caldeira & Cia. Foram decididos os seguintes peritos: o representante da empresa o Engenheiro Alberto de Oliveira Ferreira, filho do Dr. José Ferreira; Engenheiro Henrique Betex, ex-gerente da Companhia Siemens de Eletricidade de São Paulo, também representante da prefeitura de Uberaba; e o Engenheiro Francisco Silva Serra Negra, indicado como desempatador. À Tomas Bawden³¹, além de representante da prefeitura, lhe foi atribuído o papel de colaborar com a promoção dos meios necessários para que os peritos acima nomeados pudessem desempenhar a função requisitada.

No mesmo ano, o governo de Benedito Valadares inicia as tratativas para que a prefeitura de Uberaba assumira os bens da empresa. Uma vez que não foi possível por falta de

³¹ Na mesma época o secretário de Agricultura Israel Pinheiro designou o Engenheiro Tomas Bawden como responsável pela empresa que ficou a cargo do Serviço de Força e Luz e Águas de Uberaba por 25 anos até que a usina foi repassada a CEMIG no ano de 1960 (BAWDEN, 1968).

recursos houve a possibilidade do Estado, representado pelo Departamento de Água e Energia de Minas Gerais, assumisse a responsabilidade do gerenciamento da usina que ali seria construída. O Estado assumiu todos os bens da empresa Ferreira Caldeira & Cia., incluindo à área da cachoeira Pai Joaquim, bem como os terrenos que fazem perímetros com a cachoeira Pai Joaquim. Estas áreas acima citadas são compostas por 35,70,66 hectares de um terreno que abrigava as casas construídas para os operários da Usina, prédios, barragens e etc., e um terreno contendo um olho d'água, que seria destinado ao abastecimento da usina situado na margem direita do rio Araguari e que fora adquirido pelo Engenheiro Honório Paiva Abreu (responsável por construir a usina). Até a data de 20/11/1939 estes terrenos ainda não haviam sido transferidos para o Estado. (BAWDEN, 1968)

Ainda no ano de 1935 o prefeito de Uberaba concedeu uma entrevista assumindo a responsabilidade em administrar o serviço de distribuição de energia, aproveitando o potencial energético do rio Araguari, e entrou em debate quanto ao usufruto da energia elétrica gerada. Nas palavras do prefeito Paulo Costa³²,

Quando aqui cheguei, depois de tomar posse e entrar em exercício do cargo de prefeito deste município, tive oportunidade de dizer resumidamente, em entrevista, que vosso jornal estampou, em 23 de setembro, alguma do muito que aqui vinha e desejava fazer. Naquela data disse que provavelmente assumiria a direção dos Serviço de Força e Luz, substituindo meu colega eng. Fulgêncio de Paula, aproveitando então a oportunidade, para me familiarizar com os serviços e para com o problema local, para melhor eficiência na fiscalização futura dos novos serviços, com o aproveitamento da cachoeira “Pai Joaquim, no rio das Velhas” [...] **Uberaba necessita urgentemente e indispensavelmente de energia elétrica e por esse mesmo cabe ao governo, zelando pelo interesse público dotar a cidade do melhoramento, mas em condições de servir a este público para quem o serviço é feito e não para benefício dos concessionários. O preço do produto deve ser ajustado as condições e potencialidades de consumidor. [...] que o público deseje o menor preço é justo, mas que o concessionário procure o maior lucro é inadmissível** (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1935, p. 01).

A sociedade uberabense acompanhou as notícias sobre a construção de uma nova usina hidrelétrica por meio do Jornal Lavoura e Comércio. No ano de 1936, o Estado designou o engenheiro Bento Paixão chefe da empresa Bento Paixão & Comp., responsável pelos serviços de eletricidade do município de São João D'l Rei para realizar estudos na cachoeira Pai Joaquim (Jornal Lavoura e Comércio, 1936, p. 01).

³² Os primeiros dirigentes da empresa que foi acampada pelo Estado e logo passou para o Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais- D.A.E.E. MG entre os anos de 1935 a 1937 foram os Engenheiros: José Moreira, Fulgêncio de Paula e Paulo Costa (BAWDEN, 1968).

As negociações duraram cinco anos, uma vez que a prefeitura de Uberaba não dispunha de recursos para adquirir a empresa ficou a cargo do Estado de Minas Gerais a assumir a encampação até que a prefeitura contraísse recursos necessários para a encampação municipal (BAWDEN, 1968). No ano de 1939 o governo de Minas Gerais anunciou a construção da Usina, o que a tornou fruto das primeiras ações do Estado Brasileiro, quanto ao fornecimento público de energia elétrica.

Todo o processo de escolha dos locais onde se instalaram usinas hidrelétricas se dá por meio de um estudo sistemático da geologia da bacia hidrográfica de um rio a fim de se obter um maior potencial energético. Optou-se por instalar a usina que abasteceria Uberaba e Araxá em uma cachoeira do rio Araguari.

Este rio se configura como uma das principais fontes de recursos hídricos do estado de Minas Gerais possuindo uma extensão de 21.856 km² e percorre cerca de 20 municípios. Sua extensão é de 475 km, tendo sua nascente no Parque Nacional da Serra da Canastra (BACCARO, MEDEIROS, *et al.*, 2004). A ocupação sobre a bacia do rio Araguari possui um elevado grau de antropização, com extensas lavouras, urbanização crescente e, claro, muitas usinas hidrelétricas construídas tais como a Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, Miranda e as Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar I e Amador Aguiar II.³³

³³ Estas Usinas serão debatidas no Terceiro Capítulo desta dissertação.

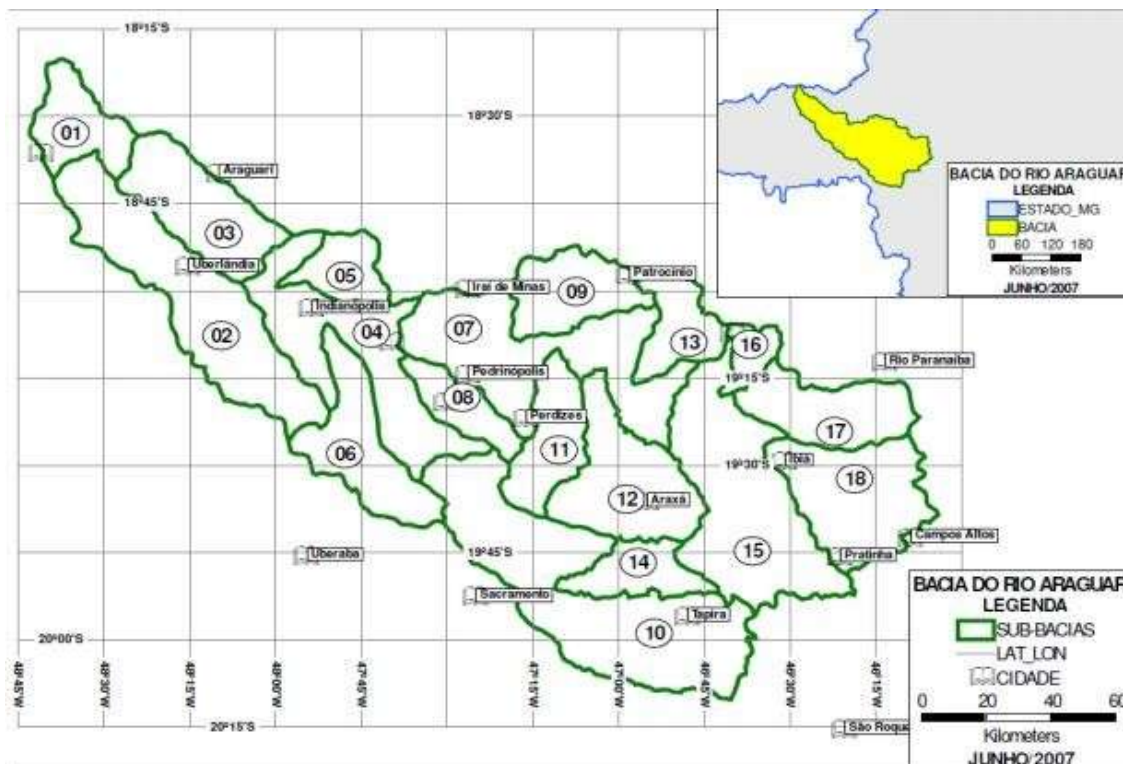


Figura 1: Mapa de localização das sub-bacias pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.
Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, 2014.

Como já apontado, a Usina Pai Joaquim se localiza no município de Sacramento – MG, como pode se verificar no mapa que se segue.



Figura 2: Mapa de localização da Usina Pai Joaquim.

Fonte: Santos (2018).

Inicialmente o nome do empreendimento era Governador Valadares, porém a comunidade que vivia nas fazendas em que fora construída sempre se remetia a este lugar a como Pai Joaquim (DAMASCENO, 2011; G.J.B, 2016). A Usina Pai Joaquim é inaugurada com duas unidades de 1.470 kW. As obras civis compreenderam a construção de um muro de desvio em metade do rio, tomada d'água, canal adutor com 170 m de comprimento e tubulação forçada de 2,3 m de diâmetro e 35 m de comprimento. A estrutura original da barragem consistia apenas em um muro de concreto (CEMIG, 2006).

A inauguração contou com a presença do então presidente da república, Getúlio Vargas. Este fato foi narrado por um dos entrevistados. Nas palavras dele, foi um marco muito importante para a população do povoado que foi se constituindo na região da Usina Pai Joaquim.

Em maio de 1941, o presidente da república Getúlio Vargas juntamente com o governador de Minas Benedito Valadares Ribeiro e o ministro de minas e energia, Israel de Pinheiro vieram para a inauguração da Usina Pai Joaquim, onde permaneceram hospedados durante 5 dias em uma fazenda próxima a usina – Então era tão importante, pois não existia usina na região, quase não existia no Brasil, eram muito poucas, então eles vieram para a inauguração.

Eles ficaram em uma fazenda, e me disseram que Getúlio Vargas era gaúcho, bombacha e fizeram churrasco durante esses 5 dias, fizeram um painel em frente para tirar foto, inclusive meu pai ajudou a capinar a fazenda para isso. Depois que terminou, pegaram os cavalos e as cartucheiras e foram matar perdizes, foram caçar juntamente com o segurança de Getúlio, Gregório (A.E.F, 2017).



Figura 3: Placa de inauguração da Usina Pai Joaquim – maio de 1941.
Fonte: Acervo CEMIG (2017).

Os anos 1950 se apresentavam com inúmeros desafios de ordem política econômica e social. Em âmbito federal Getúlio Vargas volta à presidência por vias democráticas e retoma as políticas nacionais de desenvolvimento gestado no governo anterior. No âmbito estadual, Juscelino Kubitschek é alçado governador e sob o binômio transporte e energia inaugura a base do que seria o plano de metas implementado a nível nacional, quando assume a presidência da república. Em seu governo à frente de Minas Gerais, sob coordenação do engenheiro Lucas Lopes, JK dá anuência para a criação das Centrais Elétrica de Minas Gerais – CEMIG, no ano de 1952.

No âmbito local, as cidades de Uberaba e Araxá pressionavam o governo Estadual para ampliar a capacidade de geração de energia da Usina Pai Joaquim, de modo que ela entrou no bojo da política energética do governo tal como se verifica na reportagem que se segue.

ENERGIA E TRANSPORTES

A vitoriosa marcha de um binômio que traduz as esperanças de um futuro melhor para os mineiros — O governador Juscelino Kubitschek realiza dinamicamente as suas promessas de candidato. — 7.319 quilômetros de novas rodovias e mais 200 mil cavalos de força para Minas Gerais.

Não resta dúvida que todos os nossos grandes problemas econômicos encontram a sua solução básica no binômio em que o governador Juscelino Kubitschek situou, durante a sua campanha eleitoral, o seu programa de administração: — energia e transportes.

É fato por demais conhecido e já apontado por todos os nossos economistas, que a solução fundamental de todos os graves problemas econômicos em que se debate o país reside no aumento da sua produção e no rápido escoamento desta para os centros consumidores. No dia em que a nossa produção em geral alcançar os níveis desejados para o perfeito equilíbrio entre a oferta e a procura, no dia em que essa produção encontrar transporte rápido e barato para os grandes centros de consumo do país, nesse dia, é evidente, o custo da vida voltará aos seus justos termos, desaparecerá automaticamente a situação anormal em que vive-

mos, e o padrão de vida de nossas populações situar-se-á no plano indispensável à tranquilidade e ao bem estar social.

Com a sua esclarecida percepção das realidades nacionais, compreendeu o governador Juscelino Kubitschek, desde o lançamento de sua candidatura à chefia do executivo mineiro, a necessidade imperiosa de dar ao Estado a solução básica para os seus graves problemas, equacionando todo o seu programa de administração em torno do binômio energia e transportes. E uma vez empossado na alta investidura a que foi conduzido pela sua expressiva vitória nas urnas, não descurou um só instante da realização de seu programa. Com aquele dinamismo que se tornou conhecido dos mineiros desde a sua gestão na Prefeitura de Belo Horizonte, que conheceu então o seu período de mais vigoroso progresso, vem o atual ocupante do Palácio da Liberdade atacando de rijo todas as complexas providências

relacionadas com o seu propósito de dar a Minas mais energia e mais transportes.

UM BILHAO DE CRUZEIROS PARA USINAS ELÉTRICAS

Decorridos apenas seis meses de sua posse na chefia do governo mineiro, pode já o sr. Juscelino Kubitschek considerar cumprido, e até mesmo superado, o programa com que se apresentou ao eleitorado do Estado. As suas promessas de candidato, tanto no que diz respeito ao aumento da nossa produção de energia elétrica, como no que se relaciona com o aumento da nossa quilometragem de novas rodovias, já foram suplantadas pelas suas realizações em meio ano.

Já foi depositado nos bancos, em dinheiro, o capital do Estado para a ampliação das usinas de Pai Joaquim e do Gafanhoto, e para a construção das usinas de Governador Valadares, Itutinga, Santo Antônio e Piauí. A parte reservada ao capital particular para todas essas usinas, as quais, reunidas, representarão a inversão total de um bilhão de cruzeiros, também já está completamente subscrita, o que revela a confiança pública no novo governo do Estado.

Com esses empreendimentos, cuja realização já está plenamente assegurada pelos recursos prontamente obtidos, o governador Juscelino Kubitschek dará a Minas mais 200 mil cavalos de força para movimentar as indústrias do Estado e facilitar, deste modo, um incremento considerável em nossa produção.

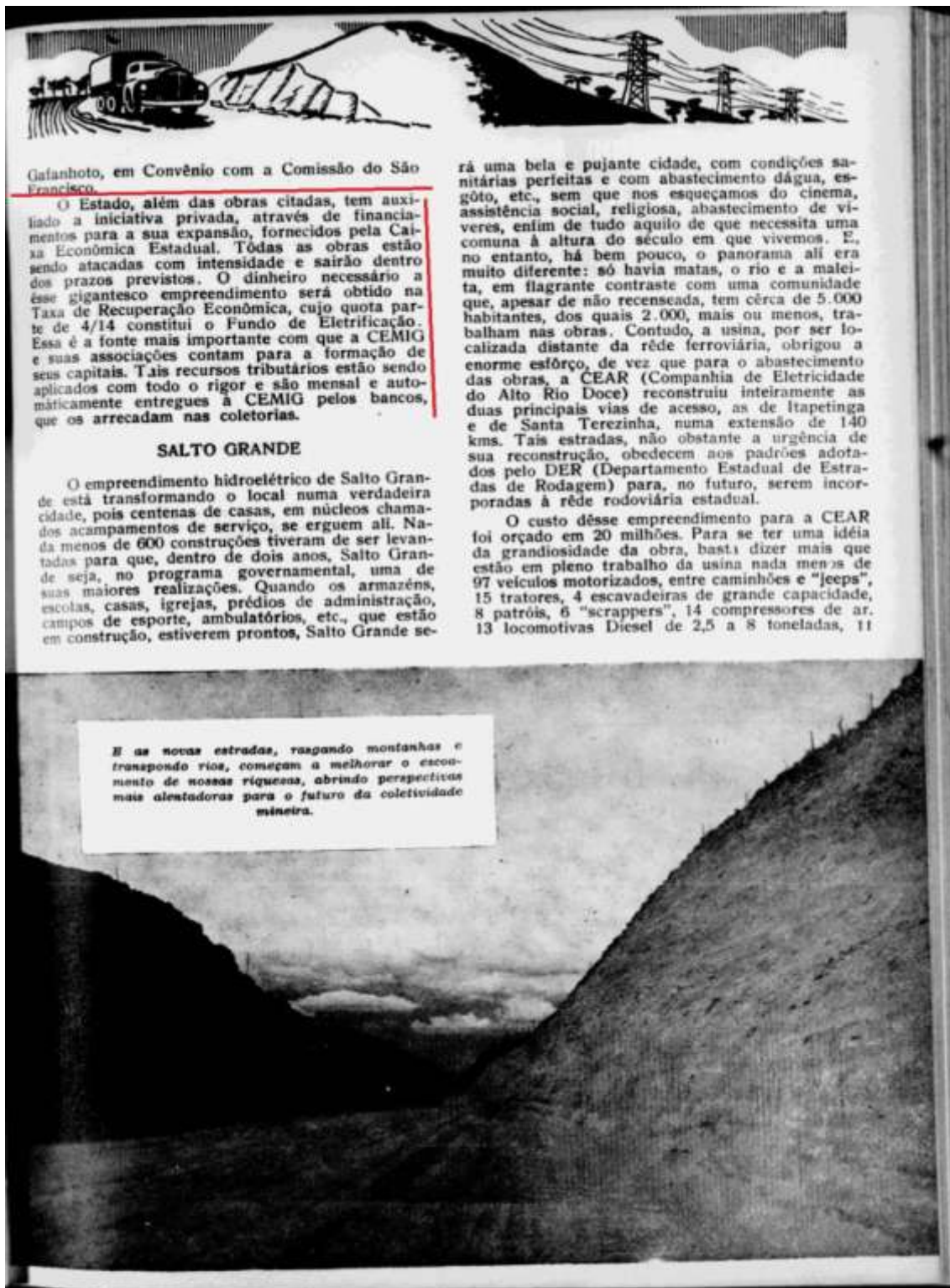
7.319 QUILOMETROS DE RODOVIAS

Embora em sua plataforma de candidato houvesse prometido construir apenas 2.000 quilômetros de novas rodovias, o atual governador do Estado, sentindo cada vez mais a importância com que o problema dos transportes deve ser atacado em



A ação do governador Juscelino Kubitschek no terreno administrativo não conhece distâncias nem obstáculos. Ele vai ao encontro dos problemas, para atacá-los pessoalmente, onde quer que se encontrem. Aqui o vemos, na recente mesa redonda realizada em Uberaba, com os Prefeitos Municipais do Triângulo Mineiro, equacionando as soluções que se fazem necessárias ao progresso daquela rica região mineira.

Figura 4: Reportagem da Revista Alterosa a respeito da inauguração e atuação da CEMIG no ano de 1951.



Galanhoto, em Convênio com a Comissão do São Francisco.

O Estado, além das obras citadas, tem auxiliado a iniciativa privada, através de financiamentos para a sua expansão, fornecidos pela Caixa Econômica Estadual. Todas as obras estão sendo atacadas com intensidade e sairão dentro dos prazos previstos. O dinheiro necessário a esse gigantesco empreendimento será obtido na Taxa de Recuperação Econômica, cujo quota parte de 4/14 constitui o Fundo de Eletrificação. Essa é a fonte mais importante com que a CEMIG e suas associações contam para a formação de seus capitais. Tais recursos tributários estão sendo aplicados com todo o rigor e são mensal e automaticamente entregues à CEMIG pelos bancos, que os arrecadam nas coletorias.

SALTO GRANDE

O empreendimento hidroelétrico de Salto Grande está transformando o local numa verdadeira cidade, pois centenas de casas, em núcleos chamados acampamentos de serviço, se erguem ali. Nada menos de 600 construções tiveram de ser levantadas para que, dentro de dois anos, Salto Grande seja, no programa governamental, uma de suas maiores realizações. Quando os armazéns, escolas, casas, igrejas, prédios de administração, campos de esporte, ambulatórios, etc., que estão em construção, estiverem prontos, Salto Grande se-

rá uma bela e pujante cidade, com condições sanitárias perfeitas e com abastecimento d'água, esgoto, etc., sem que nos esqueçamos do cinema, assistência social, religiosa, abastecimento de viveres, enfim de tudo aquilo de que necessita uma comuna à altura do século em que vivemos. E, no entanto, há bem pouco, o panorama ali era muito diferente: só havia matas, o rio e a maleita, em flagrante contraste com uma comunidade que, apesar de não recenseada, tem cerca de 5.000 habitantes, dos quais 2.000, mais ou menos, trabalham nas obras. Contudo, a usina, por ser localizada distante da rede ferroviária, obrigou a enorme esforço, de vez que para o abastecimento das obras, a CEAR (Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce) reconstruiu inteiramente as duas principais vias de acesso, as de Itapetinga e de Santa Terezinha, numa extensão de 140 kms. Tais estradas, não obstante a urgência de sua reconstrução, obedecem aos padrões adotados pelo DER (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem) para, no futuro, serem incorporadas à rede rodoviária estadual.

O custo desse empreendimento para a CEAR foi orçado em 20 milhões. Para se ter uma idéia da grandiosidade da obra, basti dizer mais que estão em pleno trabalho da usina nada menos de 97 veículos motorizados, entre caminhões e "jeeps", 15 tratores, 4 escavadeiras de grande capacidade, 8 patrões, 6 "scrappers", 14 compressores de ar, 13 locomotivas Diesel de 2,5 a 8 toneladas, 11

E as novas estradas, rasgando montanhas e transpondo rios, começam a melhorar o escoamento de nossas riquezas, abrindo perspectivas mais alentadoras para o futuro da coletividade mineira.

Figura 5: Reportagem da Revista Alterosa a respeito da inauguração e atuação da CEMIG no ano de 1951. Continuação da figura 4.

Fonte: Revista Alterosa de 1951

Adaptado: Cunha, T.R. (2017)

No ano de 1953 o jornal Lavoura e Comércio noticiou os acordos e o andamento da ampliação da usina.

Em função do aumento da demanda de energia a Usina Pai Joaquim necessitava de uma ampliação na capacidade geradora, como podemos perceber na fala do Engenheiro Tomás Bawden.

[...] A Usina Pai Joaquim produz, atualmente, 5.000 H.P. Destes 1.000 destinam-se à cidade de Araxá e ao balneário. Os 4.000 restantes são para Uberaba. Em 1951, quando me exonerei da chefia do S.F.L.A., havia cerca de 150 fogões ligados às nossas redes, e que, avaliados a 5 cavalos por fogão e aquecedor, representam um consumo de 750 cavalos. Daí, para cá, foram ligados em 110 e 220 volts, número considerável desses aparelhos, cujo levantamento estamos procedendo. Não é de se estranhar, podemos desde já adiantar, que essa cifra exceda aos 150 primitivos, perfazendo número total superior a 300 fogões, com um consumo de 1.500 cavalos. **O que resta para movimentar as fábricas e oficinas, etc., bem como para a iluminação pública e particular está na casa dos 2.500 a 3.000 cavalos, como dentro em breve ficará verificado no levantamento a que estamos procedendo** (Lavoura e Comércio, 09 de junho de 1953).

Porém, até a concretização deste serviço, o governo Estadual solicitou a colaboração dos consumidores das cidades de Uberaba e Arará quanto à utilização de energia. Neste período, o engenheiro Tomas Bawden foi mantido como gestor interino responsável pelo Serviço de Força e Luz e Águas de Uberaba, e as primeiras ações realizadas frente a crise energéticas serão descritas,

Publicação de avisos no “Lavoura e Comércio”, solicitando a colaboração de todos os consumidores para um racionamento voluntário indispensável na situação atual, visita, por ordem desta direção, do chefe de (sic), a todos os estabelecimentos industriais, a fim de solicitar-lhes que exerçam as suas atividades nas horas de ponta de carga, ou seja, das 18 às 22 horas, telefonemas para Araxá, tendo em vista a determinação do sr. Dr. Alfredo Lobo³⁴, autorizando que fosse posto em funcionamento, em paralelo com a nossa usina, o motor diesel de 209 cavalos ali existentes”. (Lavoura e Comércio, 09 de junho de 1953).

O governo Estadual por meio do diretor do DAE-MG, Alfredo Lobo, acompanhava a situação dos municípios que recebiam a energia de Pai Joaquim, de modo a verificar se as medidas adotadas pela central foram atendidas em Uberaba e Araxá. (Lavoura e Comércio, 09 de junho de 1953).

³⁴ Diretor geral do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE- MG.

Questionado pelo DAE-MG quanto as obras de ampliação o chefe interino do S.F.L.A de Uberaba relata a seguinte situação:

Prosseguem em ritmo normal, de acordo com o contrato assinado com a Servix. A casa de máquinas, por exemplo, está coberta e recebendo revestimento interno. Os berços de concreto para assentamento da tubulação destinada à alimentação das máquinas, ficarão concluídos este mês”. **Dos 51 quilômetros da linha de transmissão, 30 acham-se concluídos, devendo essa segunda linha ser colocada em paralelo com a primeira, dentro do prazo de 40 dias.** Com o funcionamento dos dois círculos – novo e velho, - trabalhando em paralelo, devemos reduzir as perdas na linha, que, de 10,50 por cento, permitindo uma recuperação de energia de 200 cavalos, aproximadamente. Igual número de cavalos esperamos conseguir com o assentamento de um motor “Sineron”, na Subestação, com o intuito de melhorar o fator de potência na linha. Satisfazendo a sua pergunta, tenho a dizer-lhe que é essa a situação atual, até que sejam inauguradas as novas obras de ampliação de Pai Joaquim, e cujas máquinas deverão chegar em outubro próximo, conforme contrato firmado entre a Servix Engenharia Limitada e as fábricas europeias”. (Lavoura e Comércio, 09 de junho de 1953).

Apesar da urgência da ampliação, a reportagem transcrita apontou a confiança que o Engenheiro e chefe interino da S.F.L.A de Uberaba, Dr. Tomas Bawden, possui no governo Estadual, principalmente nas figuras do então governador Juscelino Kubitschek, e do diretor geral do DAE-MG, Alfredo Lobo. Discorremos sobre a, a atuação e composição da Associação Comercial e Industrial de Uberaba – ACIU e que ela é formada por uma elite além de comercial também agroexportadora. A ACIU ciente da crise energética mundial e brasileira, cobrava do governo estadual uma solução frente o passivo energético que atingia o Estado nas décadas anteriores. Se apresentava, portanto, como um dos principais agentes que exerciam maior pressão do governo Estadual para a ampliação da Usina Pai Joaquim.



Figura 6: Associação Comercial e Industrial de Uberaba cobra solução para a crise energética no município. Fonte: Jornal Lavoura e Comércio de 1954. Adaptado: Cunha, T. R (2017)

De fato, verifica-se nas reportagens que o prazo estimado entre a Servix e o DAE-MG foram cumpridos. No dia 10 de março de 1954, o jornal Lavoura e Comércio noticia que o material da ampliação já se encontrava no município de Uberaba.

Já fora apontado que a até então Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG foi criada no dia 22 de maio de 1952. O objetivo da empresa foi de ampliar o parque gerador de eletricidade do Estado, construindo hidrelétricas em um primeiro momento, e posteriormente investir no melhoramento das usinas já existentes como é o caso de Pai Joaquim. Através das linhas de transmissão, a CEMIG pretendia atender um maior número de municípios, fato este que ocasionou inicialmente uma crise entre os municípios do Triângulo Mineiro com o governo Estadual noticiadas nos jornais da região desde o ano de 1955. Não obstante, a CEMIG alerta que mesmo a Usina permanecendo vinculado ao DAE-MG, as tarifas de energia teriam que ser ajustadas em função dos investimentos realizados pelo Estado (Lavoura e Comércio, 14 de setembro de 1955).

Vem à tona neste momento a dificuldade financeira do município de Uberaba, tal como no ano de criação da Usina Pai Joaquim em 1941, quando o município não obteve os recursos para a construção da usina, ficando a cargo do Estado de MG sob responsabilidade do DAE. A primeira ampliação de Pai Joaquim foi realizada em 1954, conforme reportagens descritas, e o capital investido novamente foi do Estado. Portanto, é possível afirmar que o Estado, na figura da CEMIG, queria recuperar o dinheiro aplicado cobrando uma taxa de 10% sobre o valor histórico da data de instalação, sob o argumento de tornar abundante o fornecimento de energia elétrica (Lavoura e Comércio, 14 de setembro de 1955).

Encabeçados novamente pela Associação Comercial e Industrial e Serviços de Uberaba – ACIU, uma vez que os empresários da cidade, preocupados em ter sua demanda energética diminuída em função do fornecimento de energia para outras regiões do Estado, não queriam passar a administração da Usina para a CEMIG e propunham a criação das Centrais Elétricas do Triângulo – CET.

O capital proporcionalmente dito da empresa, resultante da venda de ações a particulares e às Prefeituras, em percentagens a serem determinadas, será de Cr\$ 200.000.000,00, que deverão ser integralizados em 5 ou 10 anos. Além disso a empresa contará com as seguintes receitas, que serão obtidas sob forma de subvenção ou empréstimo:

1) verba do Plano Federal de Eletrificação para a “Zona do Triângulo Mineiro”, a ser obtida mediante uma emenda no Projeto nº. 4.227, de 1954, do Congresso Federal - Cr\$ 400.000.000,00,

- 2) Auxílio do Governo do Estado de Minas, procedente da arrecadação da taxa destinada ao Fundo de Eletrificação (Pgº.2º. item V, do art.20 de Lei n.760, de Minas) - Cr\$ 150.000.000,00,
- 3) Empréstimo do Banco de Desenvolvimento Econômico: Cr\$ 250.000.000,00,
- 4) Outras fontes de receita, a serem estudadas e providenciadas pela Diretoria da sociedade, agindo de comum acordo com as forças políticas (prefeitos e deputados) da região. Exemplo: lei federal autorizando a União a adquirir ações da empresa, como aconteceu recentemente com relação à “Centrais Elétricas de Goiás S.A.” (JORNAL GAZETA DO TRIANGULO 27 DE ABRIL DE 1956).

De fato, a pressão exercida pela elite local deu resultado positivo e no ano de 1957 o então presidente da república, Juscelino Kubitschek, autorizou a criação da CET através do decreto nº 41.286 do dia 09 de abril de 1957.³⁵ Como as prefeituras de Uberaba e região não conseguiram ao longo deste período os recursos necessários para adquirir a Usina Pai Joaquim, coube ao governo do Estado a administração até o ano de 1960 quando a Usina foi repassada para as Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG (Bawden, 1968).

Em dezembro de 1960, Pai Joaquim atingiu a capacidade instalada de 6.728 kW com a entrada em operação da sua quinta unidade geradora com potência de 736 kW. Com a entrada da Cemig na região do Triângulo Mineiro e em conformidade com o decreto nº 50.721, promulgado pelo governo federal em maio de 1961, a hidrelétrica foi incorporada ao parque gerador da concessionária estadual (CEMIG, 2006).

A medida que a região do TM/AP foi se desenvolvendo, propiciado pelo crescente êxodo rural verificado deste a década de 1960, as cidades da região, principalmente Uberlândia, Uberaba, Araxá, Patos de Minas, Araguari, demandaram uma maior produção de energia elétrica. A ampliação da Usina Pai Joaquim e a encampação da CEMIG no gerenciamento da Usina favoreceu todo o sistema de geração de energia no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A reportagem a seguir aponta o destaque que o sistema interligado de energia proporcionou na região.

³⁵ Decreto nº 41.286 do dia 09 de abril de 1957. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41286-9-abril-1957-380042-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2017

Juntamente com Pai Joaquim, outras hidrelétricas da região foram incorporadas à CEMIG. Ao todo a ligação atingiu 127 km de extensão, 138 mil volts, e interligou os sistemas Pai Joaquim-Uberaba- Araxá- Ibiá- Patrocínio- Patos de Minas, e proximamente Uberlândia, Carmo do Paranaíba e Monte Carmelo (FOLHA DE ITUIUTABA, 1963, CEMIG, 2006).

Por meio da imprensa³⁶ pode-se compreender o que significava a Usina Pai Joaquim para a região. Verificou-se no jornal *Lavoura e Comércio*, a pressão que a Elite Agrária de Uberaba exercia no governo Estadual desde a década de 1930 para que no município fosse construída uma usina hidrelétrica capaz de atender os anseios da sociedade Uberabense. Esta Elite se apresenta como vanguarda no processo de modernização e desenvolvimento da região.

Por sua vez, a reportagem da Revista *Alterosa* procurou elucidar que a demanda de energia de Uberaba seria atendida através do “esforço” do governador Juscelino Kubistchek em modernizar e ampliar o parque energético de Minas Gerais, e esta ação incluiu as duas ampliações da Usina Pai Joaquim.

O Jornal *Gazeta de Araguari* elucidou o debate que ocorreu na segunda metade da década de 1950, mais precisamente entre os anos de 1955 e 1959 entre a elite local e os gestores do Estado quanto à encampação da Usina Pai Joaquim pelas Centrais Elétrica de Minas Gerais – CEMIG. Liderados pela Associação Comercial e Industrial de Uberaba – ACIU, se propôs a criação das Centrais Elétricas do Triângulo – CET cuja autorização chegou a ser concedida através do Decreto Federal nº 41.286, de 9 de abril de 1957, que autorizava a criação e atuação desta empresa. Apesar de uma resistência inicial a Usina Pai Joaquim passou para a administração da CEMIG e conforme podemos verificar, o jornal “Folha de Ituiutaba” destacou a interligação entre os sistemas de produção e distribuição das usinas locais com o objetivo atender o aumento da demanda energética da região.

A imprensa introduz, sem dúvida, deslocamentos poderosos nos hábitos de leitura e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira como o homem capta e interpreta o mundo exterior. A constante mudança e o fato de se dar conta das mudanças massivas da

³⁶ Sobre os trabalhos que discutem imprensa ver: **Mídia e democracia no Brasil**: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004> Acesso em 22 de fevereiro de 2018

A Transição do Jornalismo Partidário para o Jornalismo de Informação e a Formação dos Impérios Midiáticos no Brasil. Disponível em <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/235/4553/1/A%20transi%C3%A7%C3%A3o%20do%20jornalismo%20pol%C3%ADtico%20para%20o%20jornalismo%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%20vers%C3%A3o%20final%20universitas.pdf>> Acesso em 22 de fevereiro de 2018

opinião pública, de todas as possibilidades universais e inesgotáveis dos pontos de vista e dos interesses, pesa de forma impressionante sobre o caráter específico do homem moderno (WEBER, 2005, p.20)

Com base em Weber (2005), podemos supor que expansão da Usina Pai Joaquim despertava o interesse da opinião pública, pois, era fortemente pautada pelos jornais locais, (em outra medida pelas Elites agrárias e comerciais) tal como podemos constar no Jornal Lavoura e Comércio quando se tratava da emergência da ampliação da Usina Pai Joaquim nos anos 1950, e no Jornal Gazeta de Araguari, quanto ao debate entre a criação da CET e a encampação da CEMIG na Usina Pai Joaquim.

A utilização da imprensa local se deu no sentido de reconstituir as expectativas de construção e expansão da Usina Pai Joaquim sob a ótica dos setores privilegiados da sociedade da época (e que permanecem atuantes nos dias atuais por se tratarem de uma elite agrária e comercial), e também os debates sobre a importância da energia elétrica para o desenvolvimento da região.

Ao longo desta dissertação, verificaremos que os projetos gestados pelas políticas nacionais de desenvolvimento implantados na região iriam modificar os espaços criados em função dos projetos outrora implantados.

Após discorrer sobre o embate entre a corrente mercadológica e estatal no processo do desenvolvimento nacional, apresentando as atuações no setor energético nacional e estadual de Minas Gerais e apontar sobre os aspectos sobre a construção da Usina e sua importância para o desenvolvimento regional, será abordado no próximo capítulo uma breve revisão bibliográfica sobre a constituição das vilas operadoras a fim de se compreender como surgiu a Vila Operadora Pai Joaquim. Por meio das entrevistas serão relatadas sobre os primeiros anos da comunidade, sua expansão após a encampação da CEMIG nos anos 1960, e como este fato influenciou na dinâmica de vida da população. Abordaremos também o cotidiano da comunidade e os elementos de sociabilidade que dão identidade para este povoado.

CAPÍTULO II

UM PROJETO DESAFIADOR: A USINA PAI JOAQUIM E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

O presente capítulo abordará a constituição de uma vila operadora, que vem a ser uma unidade habitacional e de trabalho constitutiva das usinas hidrelétricas no Brasil até meados da década de 1990. As vilas operadoras foram criadas por se situarem em locais desprovidos de infraestrutura, e serviu como base para abrigar os barrageiros e seus familiares. Discorreremos sobre o cotidiano de trabalho dos operadores, como se dava a interação com as fazendas vizinhas e com os distritos de Zelândia e Almeida Campos (MG), além de possuir também uma base de apoio em serviços de Educação e Saúde nos municípios de Santa Juliana e Uberaba, município este ao qual a Usina está submetida.

O capítulo, portanto, tem como objetivo compreender a partir da Vila Operadora Pai Joaquim como os processos de desenvolvimento regional apoiados com base no setor hidrelétrico foram vivenciados por alguns de seus atores mais importantes e, no entanto, tão pouco conhecidos, ou seja, os barrageiros e suas famílias.

1.5 A relação entre trabalho e moradia: a constituição das vilas operárias no Brasil.

Conforme apontado, a instalação da usina na zona rural de Sacramento ocasionou a formação de uma vila operadora aos arredores da usina hidrelétrica. Ressalta-se que este não é um fato novo. A seguir será apresentado um breve histórico sobre a concepção das vilas operárias e como elas são conhecidas em empreendimentos hidrelétricos.

1.5.1 Do engenho colonial às vilas operárias do século XX

Durante o século XIX após a consolidação da revolução industrial, bairros operários foram sendo formados pelas empresas a fim de obterem melhores resultados na produção, uma vez que, os trabalhadores ao residirem próximo da indústria sua produtividade seria mais eficaz.

A realidade verificada nos países industriais da Europa e nos Estados Unidos durante a era industrial já ocorria no Brasil desde o período colonial. Na região Nordeste quando os

engenhos de açúcar predominavam e se configuravam como a principal produto de exportação eram comuns a edificação de núcleos residenciais de onde foram “nascendo” pequenos povoados. A estrutura básica continha uma capela, o engenho com seus anexos e casas tanto para os escravos quanto para os trabalhadores livres. À medida que a produção do açúcar foi se sofisticando e ampliando a escala de produção com a adoção de indústrias, os núcleos residenciais passam por uma transformação, e passam a se atentar para as questões de infraestrutura do lugar. Cuidados com a higiene foram um dos principais fatores de mudança uma vez que o número de moradores tendia a aumentar (CORREIA, 2001).

Seguindo o modelo destes engenhos, também no final do século XIX, as indústrias no ramo têxtil, de papel, mineração, usinas de açúcar e frigoríficos, empresas ferroviárias, agrícolas e de geração de eletricidade também passaram a adotar o modelo de núcleos residenciais (CORREIA, 2001; CORREIA, 2010).

A emergência destes núcleos e vilas operárias se davam especificamente por se localizarem em áreas rurais, onde inexistia força de trabalho e tão menos próxima de cidades com infraestrutura para receber os trabalhadores. (BONDUKI, 1998 *apud* VIANNA, 2006). Apesar da falta de trabalhadores, a razão destas vilas operárias se instalarem em áreas rurais se davam pela busca de energia (matas ou cachoeiras) e pela demanda de matérias-primas – neste período específico destacamos os minérios e a cana-de-açúcar (VIANNA, 2006). Dado o recorte histórico até 1880, Correia (2010) destaca que a arquitetura das vilas operárias era composta por casas unifamiliares e alojamentos para solteiros e de senzalas.

Por mais que estes lugares absorvessem elementos tais como igrejas, escolas, armazéns de consumo e enfermarias, o cenário ainda estava ligado a padrões dos núcleos operários dos engenhos e fazendas do período colonial. É a partir de meados da década de 1880 que se verificam pequenas alterações e um modelo que se assemelha às indústrias europeias tais como a implantação de altas chaminés e prédios influenciados também pela arquitetura europeia e estadunidense.

Adentrando no século XX, a estrutura se altera e passa a adotar critérios mais rigorosos quanto ao regimento interno destas habitações. O modelo das indústrias modernas e a crescente demanda pelos produtos ocasionam um aumento na produção acarretando uma demanda maior de força de trabalho que por sua vez ocasionou uma mudança da ação dos padrões quanto ao modelo de gestão e controle. Neste período, as cidades do Sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, absorviam grande parte dos imigrantes motivados pelo trabalho nas fábricas e indústrias que ali se estabeleciam. Com o aumento da população e

consequentemente da força de trabalho, houve a necessidade de aumentar a oferta por moradia. Os trabalhadores moravam em cortiços (casas geminadas, lugares insalubres ao longo de um corredor e sem instalações hidráulicas). O período é marcado também pela relativa ausência do Estado³⁷ em políticas de habitação.

Até os anos de 1930 havia um incentivo para que a iniciativa privada fosse responsável pelo mercado imobiliário. O Estado não interferia nas relações entre inquilino e locador, os aluguéis eram negociados entre as partes, sendo este o principal conflito para com os donos das moradias (BONDUKI, 1994).

Duas exceções fogem à regra deste modelo liberal adotado na república velha. Devido ao projeto de urbanização³⁸ e higienização do Rio de Janeiro, diversos cortiços foram demolidos no ano de 1906 para a abertura da Avenida Central. Este fato obrigou o governo do distrito federal a construir 120 unidades habitacionais na avenida Salvador de Sá. Outro exemplo deste período foi a construção da vila proletária de Marechal Hermes (abandonada por quase duas décadas). No Estado de Pernambuco em 1924 se verifica também iniciativas governamentais quanto à questão da habitação popular. Através da fundação “A Casa Operária” foram erguidas 40 unidades, de fato foi a primeira ação estatal voltada para a questão, em que as casas tinham um baixo valor de aluguel (BONDUKI, 1994).

A alternativa que o Estado oferecia à população era de que os próprios industriais construíssem as vilas para seus trabalhadores. Dois modelos de vilas operárias passaram a ser adotados: o primeiro que se caracteriza por serem de propriedade da empresa que fornece habitação para os funcionários, e a vila operária particular que são locais construídos para servirem de locação a terceiros. (VIANNA, 2006).

As vilas operárias eram necessárias devido à emergência das indústrias em manter o trabalhador próximo da unidade de trabalho, o que favorecia um controle político e ideológico

³⁷ Ao mesmo tempo que o Estado não interfere nas questões habitacionais, tais como a produção de moradias e no controle de aluguéis as organizações populares não reconhecem o Estado como interlocutor capaz de dar andamento a suas reivindicações em torno da questão. Embora a forte influência do anarquismo no movimento operário explique, em parte, esta postura de não reconhecimento da responsabilidade estatal na questão da moradia, a própria caracterização do Estado no período liberal, sem interferir no âmbito da reprodução da força de trabalho contribuía no sentido de levar os movimentos populares a negarem o poder público como uma instância à qual deveriam ser dirigidas reivindicações. Em suma, o Estado não assumia a responsabilidade de prover moradias nem a sociedade lhe atribuía esta função. (BONDUKI, 1994, p.714)

³⁸ O projeto modernizador encabeçado pelo Prefeito Pereira Passos (1902-1906) ficou conhecido como bota-a-baixo. “A remodelação do Rio de Janeiro envolveu uma correlação complexa de forças sociais, o confronto do Estado com múltiplos interesses que, apesar de cindidos por divergências ou antagonismos, chegaram a se coesionar momentaneamente contra o governo, que usou de procedimentos draconianos, mesmo nos limites da estrutura jurídico-políticas e da ideologia liberal-burguesa que formavam o Estado oligárquico republicano”. (BENCHIMOL, 1992, p.246)

sobre o indivíduo e contribuía para a formação de um mercado de trabalho dependente destas unidades. (BLAY, 1982 *apud* BONDUKI, 1994).

A década de 1930 marca este cenário. Getúlio Vargas sinalizou a mudança que o país queria atingir – passar de uma economia agroexportadora para uma economia baseada no incentivo industrial e urbano adotando assim o modelo de substituição de importações. Indústrias nacionais de base, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional, são criadas, os trabalhadores, apesar de conquistarem a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, foram submetidos a sindicatos patronais. Em suma, a urbanização trouxe uma nova forma de enxergar as relações sociais. O período é marcado por uma aliança consistente entre o governo e as empresas. Durante o tempo de governo de Getúlio Vargas, as associações sindicais eram marcadas pelo corporativismo³⁹, uma vez que, eram atrelados ao Estado e em consonância da burguesia industrial.

Nota-se também que a medida que os núcleos populacionais são criados, diversas formas de denominação do espaço são adotadas mediante os aspectos do lugar, levando em consideração a modalidade de trabalho desenvolvida, a arquitetura, o desenho urbano e demais aspectos ligados a condição de vida dos trabalhadores. Tomando como base esses aspectos, verificamos a ocorrência das seguintes localidades:

A palavra fazenda enfatizava a condição de inserção dos grupos de moradias em uma propriedade rural particular. As formas vila operária, bairro proletário e cidade operária deslocam o foco para a ocupação e classe social da população residente. Diferenciam-se entre si por indicarem variações de escala: vila operária diz respeito a pequeno grupo de casas em cidades ou no campo; bairro operário refere-se a um conjunto de casas de maiores proporções situado em uma “cidade-aberta”; cidade operária aplica-se a uma localidade isolada com um conjunto de moradias e serviços complementares e uma certa autonomia na vida local, tanto em relação a outros centros urbanos, quanto à própria empresa que gerou a aglomeração. Os termos núcleo urbano, núcleo residencial e núcleo fabril referem-se a pequenas aglomerações isoladas, diferentes de uma cidade em termos de escala e do grau de autonomia dos moradores e da vida local em relação à empresa. A denominação núcleo fabril expressa o vínculo do lugar à indústria que o gerou. Assim como cidade operária, as formas cidade-companhia, cidade-empresa e cidade nova denotam uma ampliação na escala da aglomeração. As formas de nomear cidade-companhia e cidade-empresa enfatizam a estreita relação do lugar com a empresa que o criou. No caso do termo “cidade nova”, o foco dirige-se ao caráter peculiar – planejado e inovador –

³⁹ As relações corporativistas entre Estado, Empresa e Trabalhadores, foram discutidas entre outros trabalhos acerca do tema, cf: Ângela Araújo, “Estado e trabalhadores: A montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil.” In: *Do corporativismo ao neoliberalismo*. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra., org. Ângela Araújo (São Paulo: Boitempo, 2002), 29-57.

que presidiria ao surgimento da aglomeração ou à sua oposição ante a “cidade velha” (CORREIA, 2001, p.94).

Seja qual for a época ou a denominação do núcleo de trabalhadores, os fins últimos destes empreendimentos são de intensificar e monitorar a produção capitalista. O processo é marcado por uma tensão e disputas de poder. O Estado agindo para sustentar o *status quo* funciona como uma espécie de juiz intermediando as demandas dos moradores quanto à infraestrutura das moradias, ou seja, que sejam garantidos serviços de transportes, habitação e lazer. Ao mesmo tempo, a empresa, ao atender as demandas, espera por parte da força de trabalho um alinhamento pertinente aos objetivos da empresa, ou seja, aumento da produção, eficiência no trabalho. Em suma,

A construção de vilas operárias vem, portanto, responder aos interesses da acumulação: garantem um mercado cativo de mão de obra; permitem um controle ampliado do capital sobre sua força de trabalho, através da dominação ideológica e política, e, ainda possibilitam a diversificação de investimento, uma vez que a instabilidade nos negócios desestimula a ampliação da capacidade produtiva do próprio setor (PIQUET, 1998, p.23).

Entender o processo da formação de núcleos populacionais tanto na zona rural quanto na zona urbana, é de suma importância para inserirmos a Usina Pai Joaquim dentro do contexto de desenvolvimento regional e no debate sobre as vilas operárias de empreendimentos hidrelétricos.

1.5.2 As vilas operárias de Usinas Hidrelétricas

Tal como os núcleos habitacionais constituídos pelas indústrias, fábricas, siderúrgicas, mineradoras etc., as usinas hidrelétricas precisaram também constituírem núcleos habitacionais no seu entorno. Estas vilas são conhecidas como vilas operadoras. Desde as pequenas usinas da primeira metade do século XX até os grandes empreendimentos hidrelétricos foram levantadas as questões sobre a formação de um núcleo habitacional para os trabalhadores dos empreendimentos hidrelétricos. “A localização de uma vila operadora está condicionada a uma usina hidrelétrica, cuja, localização geográfica também se condiciona aos atributos físicos e potencial energético de um determinado rio” (GUERRA, 2008, p. 06).

Os trabalhadores que estão ligados diretamente com a usina, seja na construção, seja na operacionalização são denominados de barrageiros⁴⁰.

[...] as vilas operadoras são formas urbanas distintas, produto de um processo dinâmico de transformação da organização industrial, devem ser entendidas não apenas como uma extensão da usina a qual estão subordinadas, mas como local de moradia e do trabalho com todas as contradições imbuídas nestas relações, desempenhando papel de agentes de modificações sócio-espaciais nas regiões que foram construídas (GUERRA, 2008, p. 04).

Em termos de escala, até a década de 1950, devido ao porte das usinas hidrelétricas, era comum criar vilas residenciais compostas de casas que ocupavam uma única via e abrigava um número reduzido de funcionários. A partir da década de 1950, se iniciaram no país os grandes projetos hidrelétricos. Estes empreendimentos se constituíram em grandes conglomerados barrageiros abrigando cerca de 20.000 a 30.000 pessoas. As vilas operadoras tinham como objetivos facilitar o acesso dos trabalhadores ao canteiro de obras da barragem, e “desenvolver núcleos urbanos em locais que eram desprovidos de cidades com o ideal de cidades, evoluindo para a integração aos tecidos urbanos existentes” (TSUKUMO, 1994 *apud* GUERRA, 2008, p.03)

Dado que um dos objetivos das vilas operadoras é habitar regiões desprovidas de população, os critérios para edificar o empreendimento levam em consideração a existência de uma cidade próxima, seu tamanho e recursos quanto ao equipamento comunitário; o sistema viário e as atividades produtivas da região. (TSUKUMO, 1994, p. 111). Os seguintes aspectos também são avaliados pelo responsável da obra:

Recrutamento de força de trabalho disponível na região; aluguel de casas em cidades já existentes, próximas ao empreendimento; construção de casas integradas a cidade próxima já existentes; construção de vila anexa à cidade mais próxima já existente; construção de cidade que, ao fim das obras principais, possa se integrar ao contexto regional servindo de apoio aos operadores e polo de desenvolvimento; necessidades mínimas de equipamentos comunitários, tais como: escolas, hospitais, áreas de lazer, centros de abastecimentos; eventual complementação dos equipamentos das cidades preexistentes; participação de outros setores da administração pública e da iniciativa privada em cidades a serem construídas (TSUKUMO, 1994, p. 111).

⁴⁰“Barrageiro” é a designação geral da pessoa que desempenha alguma atividade ligada à construção de barragens. Embora a palavra, sem seu sentido estrito, seja associada apenas ao trabalhador do canteiro de obras de uma usina, tal limitação de significado não condiz com o sentimento das pessoas que estão diretas ou indiretamente envolvidas com a vida das barragens. Médicos, assistentes sociais administradores, profissionais da comunicação, enfim, todo tipo de profissional que tenha vivido em função do erguimento de uma barragem, é reconhecido como barrageiro (CESP, 1988, p. 28).

A vila operadora Pai Joaquim apresenta em pequena escala os elementos apontados para a concepção de vilas operadoras nas grandes usinas hidrelétricas. Era um local composto basicamente por 11 casas em que residiam aproximadamente 80 pessoas, a escola Estadual Ernesto de Paula Pena, conhecida também como “Grupo Escolar Pai Joaquim”, uma Igreja que tinha como padroeiros São Joaquim e São Pedro, o Coreto, uma quadra de esportes, campo de futebol, um armazém, e um galpão.

1.6 A vila operadora Pai Joaquim

Um dos primeiros aspectos que se levanta quanto a localidade é sobre o nome que lhe é atribuído. A história sobre Pai Joaquim é relatada da seguinte maneira:

[...] um dia fomos pescar e meu pai falou: - está vendo este toco, aqui este toco era do antigo Pai Joaquim, um ex-escravo, um preto velho que chamava Joaquim Luiz (sic). Está vendo aquele buraco do outro lado? Aqui passava este pessoal – ele fazia transporte de pessoas em seu barco, assim deu origem ao nome do lugar, que primeiro era Cachoeira Pai Joaquim e mais tarde Usina Pai Joaquim. [...] muito se falava também que a fumaça que a cachoeira produzia era o Pai Joaquim fumando o seu cachimbo (A.E.F, 2017).



**Figura 8: Vista da cachoeira Pai Joaquim.
Fonte: Acervo do entrevistado (2016).**

A vila que se constituiu na localidade conhecida como Pai Joaquim contém alguns elementos de infraestrutura habitacional que Tsukumo (1994) descreve. Nela se encontravam as casas dos operadores, uma Igreja, uma praça contendo um coreto, uma escola, um galpão, quadra de esporte e campo de futebol. Ressalta, porém, que por se tratar de uma comunidade pequena o desenvolvimento foi acontecendo de acordo com a demanda e com os recursos disponíveis e conforme a usina foi sendo ampliada (DAMASCENO, 2011).

Após a indenização dos fazendeiros por parte do Departamento Nacional de Estrada e Rodagem – DNER para a construção de uma estrada e de uma ponte que faria a ligação entre os municípios de Sacramento e Santa Juliana, deu-se início à construção da usina em meados de 1939 e entrou em operação no ano de 1941. Inicialmente o nome do empreendimento era Governador Valadares, porém a comunidade que vivia nas fazendas em que fora construída sempre que remetia a este lugar a chamavam de Pai Joaquim. Passado um tempo, a usina foi renomeada segundo a forma como a comunidade a ela se referia. (A.E.F., 2017⁴¹; DAMASCENO, 2011; CEMIG, 2006).

Os elementos descritos no relato são vistos na figura 9. O volume de água, a ponte que faz a ligação entre a vila operadora Pai Joaquim à direita e a região que pertence ao município de Santa Juliana na parte esquerda da foto.

1.6.1 Os anos iniciais- de 1940 a 1960

A foto que segue nos apresenta a vila nas duas primeiras décadas de funcionamento. O primeiro encarregado da usina foi o Sr. Américo Justino Peres, que ficou na função até 1956, quando aposentou e mudou para Uberaba. Moravam na vila Pai Joaquim também as seguintes famílias de operadores: Peres, Vitorino, Paroneto e Melo. Nesta foto constam as casas dos operadores e serventes (indicado pelo nº 1), a casa de máquinas da usina (nº 2) e uma venda.

⁴¹ A abreviatura em questão se refere a um entrevistado. A metodologia será descrita nas linhas que se seguem abaixo.



Figura 9: Vista área da Comunidade Pai Joaquim em 1958.
Fonte: acervo dos entrevistados (2017)
Adaptado: CUNHA, T.R, 2017)

Nesta época, haviam poucas casas, que correspondiam às famílias que trabalhavam no princípio da usina. Posteriormente iniciou-se também a construção de um barracão onde se celebravam as primeiras missas e aconteciam as aulas dos filhos e dos moradores da região.

Na década de 1950 a comunidade acompanha o desenvolvimento regional e a usina sofre modificações em sua infraestrutura ampliando seu tamanho, sua produção energética e conseqüentemente sua importância. Na mesma época da segunda ampliação, a vila operadora Pai Joaquim serviu de entreposto durante a construção de Brasília. Havia uma venda que tinha como responsável o encarregado Justino Peres.

A venda...aquilo era muito movimentado, quando foi para fundar Brasília, nossa que beleza que era aquilo ali. Época de ouro. Porque a estrada que ia para Belo Horizonte, Brasília, tudo era lá, né. Tudo quanto era material de construção passava pela Usina – caminhões de madeira, de tijolo. Não tinha as estradas que tem hoje, passava tudo ali. (D.E, 2017)

O relato acima destaca a importância estratégica que a localidade representou para o desenvolvimento nacional. A década seguinte foi marcada pelo crescimento da vila operadora, a encampação da CEMIG e uma nova relação trabalhista que foi obtida.

1.6.2 Os anos 1960: entrada da CEMIG e a ampliação da comunidade Pai Joaquim.

A encampação da CEMIG proporcionou uma virada para a população que ali se constituiu em função do trabalho na Usina. Houve um aumento nos investimentos na área de produção, logística e distribuição de energia. Nota-se também o aumento do número de barrageiros, o que explica o aumento do número de moradias, tal como pode se verificar na figura 10.



**Figura 10: Vista aérea da Vila Operadora Pai Joaquim em 1988.
Fonte: Acervo do entrevistado (2017).**

A vila passou a ter onze casas em que moravam os funcionários da CEMIG com suas famílias, a escola que antes era apenas um grupo escolar passa a ser reconhecida pelo Estado e recebe o nome de Estadual Ernesto de Paula Pena, uma Igreja que tinha como padroeiros São Joaquim e São Pedro, o Coreto, uma quadra de esportes, campo de futebol, um armazém, e um galpão. A comunidade em seu auge chegou a abrigar cerca de 100 pessoas. Os estabelecimentos citados, foram construídos pelos próprios moradores da região através de

mutirões. Fazendeiros, operadores, encarregados, todos que tinham disposição para o trabalho eram recrutados (DAMASCENO, 2011).

Mutirão é uma instituição universal, cultivada geralmente nos grupos primários, onde o organizador, necessitando de uma rápida, larga e eficiente cooperação para um serviço, a solicita dos seus vizinhos, comprometendo-se tacitamente a retribuí-la nas mesmas circunstâncias, tão logo lhe seja pedida essa retribuição (GALVÃO, 1959, p.16 *apud* BRANDÃO, 2009, p. 41).



Figura 11: Construção do Galpão da Vila Operadora Pai Joaquim.
Fonte: Acervo do Entrevistado (2016)

Dado o tamanho da comunidade e a proximidade do município de Uberaba, em Pai Joaquim não havia unidade de saúde, apenas um funcionário do sistema de saúde de Uberaba realizava uma visita anual na comunidade, cadastrava e fornecia treinamento de primeiros

socorros. Em casos mais graves, a CEMIG encaminhava para o município de Uberaba, que contava com mais estrutura.

1.6.3 A relação entre trabalho e família: Uma situação tênue e vigiada.

O Brasil da década de 1940 passava por um período em que o país buscava diversificar a economia passando a investir na modernização do Estado através do incentivo da produção industrial, adotando o modelo de substituição de importações. O país ainda não contava com uma força de trabalho especializada ao não ser em regiões mais desenvolvidas tais como a cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, cuja industrialização mesmo que incipiente data da segunda metade do século XIX.

Para uma nação que almeja desenvolver um parque industrial, é necessária uma alta produção energética, tal como verificamos no primeiro capítulo ao abordar o histórico do setor hidrelétrico brasileiro. Ao mesmo tempo que o Estado busca a produção energética por meio da matriz hídrica, as áreas de construção eram em localidades rurais e próximas a cachoeiras e rios de alto potencial energético, portanto, ao Estado cabia também o interesse em ocupar regiões de baixa densidade demográfica ou até desprovidas de núcleos populacionais. Inaugura-se neste período as vilas operadoras, conforme já fora abordado. Todos estes fatores apontados até aqui são elementos para se compreender a formação da classe trabalhadora da Usina Pai Joaquim.

Recordando o histórico da Usina, verificamos que entre os anos de 1904 a 1908, a empresa Ferreira Caldeira & Cia. adquire terras próximas onde seria construída uma usina hidrelétrica. A região era composta por fazendas em que predominava o trabalho na agricultura e pecuária⁴².

O advento da usina na localidade trouxe para o pessoal que ali residia uma nova forma de enxergar o mundo do trabalho. A família nuclear pautada na produção agrícola e na criação de gado se depara com uma unidade de geração de energia elétrica cuja produção abasteceria duas das principais cidades da região – Uberaba e Araxá –, e posteriormente seria incorporada a outros municípios do entorno. A usina, portanto, trouxe para esta região a “entrada” no processo de produção capitalista, onde afetaria as relações familiares até então constituídas. Se anteriormente a rotina de trabalho familiar se dava no campo, agora com a usina, o ritmo de trabalho seria coordenado à produção de energia.

⁴² As entrevistas não foram possíveis de verificar a titularidade destas fazendas antes de serem adquiridas pela empresa Ferreira Caldeira & Cia.

Pai Joaquim traz para a análise uma conjuntura em que se antes as famílias tinham o total controle da produção em que reproduzia ao mesmo tempo enquanto sujeito trabalhador, também os laços familiares onde se reafirmava o sistema de autoridade familiar, e que agora estas mesmas pessoas e famílias estão submetidas a um novo modo de produção, pautado no ritmo de trabalho intenso e rotineiro (ALVIM, 1981).

Contextualizando a comunidade Pai Joaquim nesta temática da inserção de famílias pautadas no modo de produção camponês ao mundo de trabalho operário, trago neste momento a reflexão da autora Maria Rosilene Barbosa Alvim acerca da obra *A crise do Brasil Arcaico* de Juarez Brandão Lopes (1967). Para Alvim (1981), o trabalho de Brandão Lopes

[...] analisa as relações de trabalho industriais internas às fábricas têxteis de Sobrado e Mundo Novo. Estas duas comunidades impregnadas por uma organização social tradicional. O livro encaminha também a interpretação da continuidade do tradicionalismo das relações industriais com o tradicionalismo das relações sociais em geral de ambas as comunidades. Segundo o autor (Brandão Lopes), isto porque, em ambas as cidades, a maioria da população sendo operária e de origem rural, ela traz dentro de si a submissão, própria às relações sociais, de cunho pessoal, portanto tradicional e patrimonialista (ALVIM, 1981, p.58-59).

De fato, conforme poderemos notar adiante na discussão, os trabalhadores da Usina Pai Joaquim, eram todos de origem humilde, da roça (como eles relatavam nas entrevistas) e que apesar das condições de trabalho, da cobrança por parte da empresa, que por sua vez era pressionado pela população dos municípios em que a usina atendia, tinham orgulho de trabalhar para a CEMIG e pensar que eram responsáveis pela geração de energia para uma grande quantidade de pessoas.

Dessa forma,

[...] os trabalhadores eram “escolhidos” pelas pessoas que moravam nas fazendas próximas, tais como a Fazenda Lavrinha, Fazenda Lagoa Dourada e Fazenda da Barra. “Nós éramos 11 funcionários; 10 da usina, e minha mulher que era cantineira (A.E.F, 2017).

E destes trabalhadores se constituiu a vila operadora Pai Joaquim. A comunidade era formada por cerca de cinco famílias, dentre as quais temos a Paroneto, a família Melo e a família Oliveira como os primeiros moradores da vila. Juntamente com estas famílias, temos a família do primeiro encarregado da usina, o sr. Américo Justino Peres. Os primeiros barrageiros de Pai Joaquim foram:

João Augusto de Melo, Iomar Paroneto Neto, João Paroneto, moravam nas casas ao lado da Usina. “Moradores das casas que ficavam acima da rodovia: Jose Vitorino da Silva, Amarante José Joaquim, Carlos Augusto de Melo, Guinemer Augusto de Melo. Estes ficavam nas casas maiores”. “Nas casas menores moravam: Antônio Amaro de Oliveira, José Benedito da Silva, Antônio Paula de Moraes, Baltazar Elias Ferreira, José Fiorino e o Sr. Genésio que morava em uma casa de tábuas” (G.J.B, 2016).

Tal como as vilas operárias do período, as casas pertenciam ao empreendimento. Dados colhidos das entrevistas realizadas com um dos operadores da usina no período que cada trabalhador recebia o salário-habitação e este era descontado 25% sobre o ganho total. Uma vez que os operadores aposentavam ou não mais trabalhava para a usina, eles tinham que ceder o espaço para outro operador que ocuparia o posto de trabalho.

A disposição das casas aponta para a hierarquização dos postos de trabalho que era dividido em três posições: o encarregado, o operador e os serviços gerais. As moradias reproduziam no espaço urbano a hierarquização do ambiente da usina, isto é, as moradias obedeciam a critérios de segregação por ocupação, sexo e estado civil (GRACIOLLI, 2009, p.26). A CEMIG cedia a cada família um pedaço de terra para que pudessem utilizar da forma como achassem melhor, sem interferir nesta área. A ela interessava somente o trabalho na usina. Neste sentido, houve moradores que plantavam arroz, milho, feijão, mandioca. Outros criavam gado.

O ambiente de trabalho se misturava ao ambiente familiar não apenas por conta das relações, mas por conta da disponibilidade do tempo para as necessidades demandas pelo sistema. Os funcionários, do encarregado ao auxiliar de operação eram todos parentes.

“Um dia que eu estava capinando. Eu casei com uma funcionária da CEMIG, e eu capinando a gente era muito pobre, ainda é, mais na época era mais, e eu capinando para poder plantar feijão, e passou um engenheiro da CEMIG, que comentou com um encarregado:

-“ E esse menino capinando essas pedras aí coitado, isso aí não dá nada não. E parou e parou e ficou olhando. Aí engenheiro falou assim. Está faltando, vamos ter que contratar um.

- O encarregado falou: “Ele é irmão de um encarregado aqui, a mulher trabalha e cunhado e tão não tem jeito, é grupo de família. Aí ele falou assim: Dr. M.: “Ele sabe ler? E escrever? Aí me chamou e falou: Você sabe ler e escrever direitinho?

- Aí eu peguei e falei: Não eu só tenho o primário, é pouco. E ele falou: Você sabe fazer conta? Eu falei: sei. Você sabe as quatro operações? Eu falei: Sei.

- Engenheiro: Oh nós vamos ter agora uns testes, e depois vem uma carta pedindo serviço, vai ter umas continha para fazer, dividir somar, diminuir,

multiplicar e depois o psicotécnico e depois os exames médicos. Vou levar seis pessoas. Você quer tentar? Ou você acha que você não dá conta? - O encarregado falou: mais e o negócio de família? Vai ficar acumulando família?

- Engenheiro: oh negócio de família é assim: se eles achar ruim, se eles errarem eu mando tudo embora, um leva os outros.

- Eu falei: Não, Oh, se me der oportunidade eu vou. Eu tenho só o primário, mais eu sei fazer conta, eu sei escrever mais ou menos, não é 100% não mais eu sei.

- Engenheiro: oh, o relatório pede a quarta série ginásial, você tem só o primário, então vai ser difícil para você viu. Se você quiser arriscar você vai por sua conta passa na CEMIG e pega os papéis.

- Eu falei: segunda feira eu passo. Daí passei na segunda peguei os papéis e fui. Primeiro exame foi o psicotécnico. Aí Deus me ajudou eu cheguei lá daí um pouquinho a menina (responsável pelo psicotécnico- pode ser uma psicóloga) falou:

- Oh, só passou o Sr. Antônio Elias, os outros não passaram no psicotécnico.

- Engenheiro: Pode levar direto na CEMIG. Levei entreguei para o engenheiro, ele olhou, olhou aí me deu os outros pedidos lá, as contas, eu fiz lá, daí ele olhou lá e falou: oh você está aprovado. Agora vamos ver os exames médico. E falou para os outros lá: oh vocês vão ter que esperar outra oportunidade. Daí me levaram pra Pai Joaquim e eu fiquei trabalhando lá. ” (A.E.F, 2017)

Outro relato aponta sobre a responsabilidade da esposa do entrevistado ao assumir a função de cantineira da CEMIG. As contas eram prestadas à esposa do encarregado da usina na época.

Minha mulher era cantineira, então na época, que tinha 50 alunos, e a CEMIG dava os alimentos para todos, e dava caminhonete eu fazia as compra de tudo, e tinha que prestar conta. Agora você veja bem, eu e minha mulher tinha que prestar conta para a minha cunhada que era professora, se desse errado você pensa como que é a vida, como é que era o povo né. Então Deus ajudou que nós atravessamos tudo, - igual o engenheiro falou para mim “não, se eles fizerem errado, esse grupo de família, se fizer errado a gente manda tudo embora”. O que aconteceu? Até que ele falou uma coisa que ficou na minha memória: “grupo de família era danado de fazer rolo, mais tem famílias de pessoas humilde que considera como um patrimônio, que é deles, então zela igualzinho fosse deles, então o que eles fizerem aqui eu vou fazer”. Então eu fui o último (a entrar na CEMIG), ninguém foi mandado embora, todo mundo aposentou, eu fui pra Volta Grande, andei essas usinas tudo aí, e então igual eu te falei, eu sou quase analfabeto, não tenho muita instrução. (A.E.F, 2017)

Os relatos apontam para questões cruciais do disciplinamento do ambiente de trabalho. A presença da família em certa medida contribuía para o melhor desempenho profissional dos barrageiros. Os funcionários restritos a uma mesma família aumentavam a responsabilidade de todos os envolvidos pois o erro de uma pessoa poderia acarretar em todos os outros membros. Ocorria uma fiscalização entre todos os funcionários. No caso de Pai Joaquim, a

intenção de criar um ambiente familiar no local de trabalho foi precedida pelos laços sanguíneos que já haviam anteriormente ao trabalho. Outra característica que se observa em Pai Joaquim é “a criação de laços pessoais com os dirigentes **da usina (grifo nosso)** pode garantir uma minimização dos conflitos que possam vir a existir entre trabalhadores e empresa” (ALVIM, 1981, p.72).

Dado o panorama de como eram mediadas as relações entre os barrageiros e a CEMIG, cabe agora descrever as funções de cada trabalhador da usina.

1.6.4 Funções operacionais dos os encarregados, dos operadores e dos auxiliares de operação da Usina Pai Joaquim

O encarregado era responsável pela intermediação entre a companhia força e Luz de Uberaba nesta época sobe a gestão do engenheiro Tomas Bawden, que por sua vez se submetia ao Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais e os trabalhadores da usina. Após a CEMIG gerenciar a usina, o encarregado respondia à esta empresa. “Os encarregados eram indicados pela diretoria da empresa e recebiam grande aceitação dos outros funcionários” (G.J.B, 2016).

Aos operadores cabia a responsabilidade por ligar as máquinas, fazer a leitura diária dos equipamentos, em suma, o operador era o responsável pela manutenção do sistema.

As máquinas produziam 6240 a 7240 kV, as vezes até mais, a sua potência instalada era de 9680 kV ⁴³mais ou menos que era pra produzir. A produção era variada. Porque quando a água estava muito cheia de areia, muito cheia de cisco, os rotor pegava muito as folhas, os cisco, então o que acontecia, caia um pouco a rotação, porque a rotação dela era 514 volta por minuto, as máquinas 3 e 4 1 e 2. A cinco por ser uma máquina menor era 720 volts por minuto aí pelo menos você sabe o quanto o rotor dava, mais ou menos a velocidade e o que produz. Igual eu te falei, eu sou sertanejo e não entendo nada, você entende mais que eu. Agora essa sim ele produzia bem, ela foi projetada pra 9680, só que ela dava 6240, por exemplo a máquina 3 e 4, 1 e 2 era 1680 por hora, e a cinco por ser menor era 700 kV, mais veja bem, dava uma cacetada lá e desarmava, nós tinha um circuito individual, que que é circuito individual, Perdizes, Santa Juliana, Nova Ponte, Zelândia, isso mais tarde um pouco, porque lá não tinha energia, então lá ficava no escuro e eu vinha aqui, ligava qualquer uma dessas quatro máquinas e ia lá que desarmasse e fechava, aí eu vinha e ligava uma chave vinha abrindo umas trava, isso quando não dava defeito, (sic), e entrava em contato com Belo Horizonte pra liberar, mais isso era tudo rapidinho isso era coisa de minuto sabe?, não podia demorar não que eles iam em cima. “Ai lá em Pai Joaquim, desarmou as máquinas 1 2 e 3, operou (sic) vou entrar em operação e daí eu

⁴³ Esta potência foi alcança após a instalação dos cinco grupos geradores.

ligava uma, quando eu ligava uma eu abria o reostato de uma, Perdizes, Santa Juliana e Nova Ponte, uma parte das fazendas que não eram muita assim na época e Zelândia⁴⁴, a luz já começava a voltar, os hospitais ficavam tudo no escuro, e começava a voltar, pra você ver o tanto que isso aqui era rico, uma máquina só abastecia isso tudo dava conta de tudo e não precisava pôr a carga tudo, aí eu fazia o paralelo, se as outras dessem defeito eu ficava só com essa, mais não dava fácil não, as vezes essa aqui, duas dava, só uma que dava, eu isolava ela e ficava com três, mais uma só abastecia isso tudo, uma só era suficiente, a outra carga depois eu entrava no sistema aí mais tarde essas cinco máquinas já estavam tudo no sistema interligado, por exemplo, eu podia parar a usina lá, igual parar a usina de Jaguará. Por exemplo se parar Jaguará agora você não vai perceber na luz, porque, lá apagou mais, Volta Grande, são Simão, Três Marias compensa tudo na hora e você nem percebe né, então aqui eu já estava no sistema, então eu entrava em paralelo com outras máquinas se não desse defeito normal né?, senão você isolava tudo por sua conta aí você tinha que passar (sic) aqui por exemplo, máquina quatro operou... (sic.) Se desse defeito você tinha que ir na subestação ver o que que tinha acontecido lá para depois você passar mais ou menos o defeito que deu, para eles mandarem a equipe certa – mecânica, eletromecânica, proteção, né. (A.E.F, 2017)

Por fim, o cargo de serviços gerais também denominados como auxiliar de operação, era o que demandava mais trabalhos para os barrageiros de Pai Joaquim. “Ao auxiliar cabia as seguintes funções: limpeza interna e externa do reservatório manutenção elétrica, hidráulica, lubrificação geral, limpeza de filtro, refrigeração das turbinas, limpeza do prédio, cozinha e demais locais que necessitavam” (G.J.B, 2017).

As linhas que se seguem, relatam sobre a ótica de o trabalho dos serventes da usina.

Na época da inauguração no ano de 1941, a usina contava com três comportas móveis e a grade de escoamento em cada uma delas no mesmo canal, onde foi construída no município de Sacramento – fizeram 2, com 3 comportas, isso é para escoar madeira e areia para não descer para as turbinas e para o motor das máquinas. Mas não foi o suficiente, por que nas grandes enchentes, aquilo entupia de madeira e tinha que amarrar o pessoal com pau e com laço e eles iam descendo com machado para cortar e para limpar. Aqui eles colocavam 10 homens cortando e limpando e não era suficiente, às vezes precisava parar a usina para limpar por que o rio encabeçava e vinham as árvores lá de cima e não tinha barragem, a barragem foi feita depois. As árvores vinham direto e entravam na comporta e então precisava amarrar o pessoal com uma corda e desciam com o machado e iam cortando. (A.E.F, 2017)

Nos anos 1960, após a encampação da CEMIG, os serviços realizados pelos serventes ainda estavam em condições degradantes. O relato de um entrevistado elucidava este período.

⁴⁴ Distrito de Santa Juliana – MG.

Entrei na CEMIG em 01 de outubro de 1966, a condição de trabalho era muito penosa, se pode ter certeza que foi de “rancá pica-pau do buraco”. Por quê? O sistema de transmissão, já estava com bastante uso, o que quer dizer com isso? Os bancos de isolador para transmissão já tinham deficiência, já não resistia tanto e o isolamento, o aterramento já era deficiente e arrebentava muito para-raios, muito defeito o pessoal para fazer a manutenção tinha que percorrer as linhas de transmissão a pé, distribuía dois grupos: um de Uberaba para cá, um de Pai Joaquim para lá e dois no meio, então são quatro grupos e eles se encontravam. Só depois que melhorou através de uns testes que tinha um equipamento que a CEMIG instalou que constava que o defeito estava a tantos Km. Mais inicialmente nos anos 1960, 1970, toda essa comunicação era feita por telefone magneto. Nesta época, a Usina Pai Joaquim entrou em paralelo com a usina de Macacos⁴⁵ para ajudar o sistema. Na época o sistema não era tão abrangente como é hoje. Alimentava Uberaba, Araxá, Almeida Campos, Ibiá, e aí a produção de Pai Joaquim era insuficiente, e passou a entrar em paralelo com a usina de Peixoto mais a usina Diesel em Uberaba, tinha uma subestação. E para manter estes cinco grupos em operação dependia de limpeza de grades que era na tomada de águas para cinco turbinas (sic). Tomada de água era um lugar alto, um lugar de uns 25 metros, então um sistema de turbinas por exemplo era Kaplan⁴⁶, e depende de uma queda para funcionar não tão íngreme quanto as turbinas Pelton⁴⁷. E para manter estas usinas em paralelo, nós tínhamos que manter uma pessoa na torre de tomada de água para limpar as grades. Descia folha demais do leito do rio, principalmente nas primeiras enchentes, ou quando o rio estava abaixando a represinha de cima de regularização, estava baixando e começava a quebrar barranco, e aquilo descia tanta sujeira, que quem estava lá, e eu peguei serviço lá muitas e muitas noites, uma companheirada tudo afinado, e gozado, o que acontecia – para garantir o fornecimento de energia, você não podia descuidar, porque como é que você ia reduzir carga? O sistema estava carregado (sic), a tensão caindo, é claro que a corrente sobe, a corrente subindo demais vai operar a proteção – é subtensão ou subcorrente, mais normalmente é subcorrente. E nessa condição aí foi uma etapa muito penosa. Esse coro (pele) aqui

⁴⁵A PCH Macacos foi construída no ano de 1952 no rio Araguari, local denominado Cachoeira dos Macacos, para suprir a demanda por energia elétrica da fábrica de cimento de Ponte Alta pertencente à Lafarge do Brasil. Em 1997, uma cheia excepcional do rio Araguari destruiu grande parte das instalações existentes no local. Em 04 de setembro de 1998 foram protocolados o RCA e o PCA junto à FEAM contendo a descrição da reconstrução da PCH e os programas ambientais a serem executados. Em 1999, após obtenção da Licença de Instalação, iniciaram as obras de reparo. A Licença de Operação nº 795 foi concedida em dezembro de 2000. Em 15 de junho de 2007 foi formalizado processo requerendo a Revalidação da Licença de Operação, contudo fora do prazo estabelecido na legislação. Nesse sentido, durante a análise, o processo foi reorientado para Licença de Operação Corretiva. Tendo sido formalizado a nova documentação em 20 de maio de 2011. A PCH Macacos encontra-se em área rural do município de Sacramento pela margem esquerda e de Perdizes pela margem direita; cujo empreendedor é a Cia de Cimento Portland LACIM. Possui reservatório de 1,86 ha e potência instalada de 3,10 MW. O processo foi instruído mediante apresentação de Relatório de Controle Ambiental e respectivo Plano de Controle Ambiental. A vistoria técnica ao empreendimento ocorreu em 06 de julho de 2011. (Relatório SUPRAM 2011)

⁴⁶São máquinas de eixo vertical ou horizontal projetadas com rotor Kaplan que possui pás móveis, permitindo sua regulação conjugada com a vazão do distribuidor. Este tipo de turbina opera em uma ampla faixa de vazões, alcançando melhor performance na curva de rendimento com cargas parciais. Indicadas para operar em baixas quedas, até 60m, porém com grande volume de água. Podem ser do tipo tubular "S" montante ou jusante de eixo horizontal ou vertical. (HISA Grupo WEG).

⁴⁷Caracteriza-se por um rotor com pás em formato de conchas e por uma tubulação de adução que alimenta um ou mais injetores. A posição do eixo pode ser vertical ou horizontal. Este tipo de turbina é projetado para operar em altas quedas e baixas vazões, entre 200m até 1.100m.

descascou muitas vezes de tanto tirar folha, era uma plataforma (neste momento ele mostra a altura na perna dele), e você trabalhava lá em cima com um rastelo de ferro jogando lá no fundo d'água, aquilo tinha uns quatro metros de fundura e o cabo do rastelo era de madeira chamada canela de veia (tirado lá de capão alto, de Sacramento), e nós conseguíamos com uns fazendeiros e buscava. O serviço era necessário possuir jeito e não força, caso contrário não conseguia fazer a limpeza. Essa condição de trabalho só foi melhorar depois da entrada de operação da usina de Jaguára. (G.J.B, 2016)

O relato em questão pode ser visualizado na figura 12.



**Figura 12: Limpeza da área externa da casa de Máquinas.
Fonte: acervo do entrevistado (2016).**

Era comum o auxiliar desempenhar a função do operador quando este não podia trabalhar. Mesmo realizando quase a mesma função, os operadores ganhavam o dobro do salário dos serventes. Os locais de trabalho se assemelhavam ao ambiente industrial da cidade; em suma eram locais insalubres e que não havia no período uma preocupação com a segurança no trabalho.

Podemos notar nas entrevistas que a distribuição dos cargos na usina reproduz um modelo de trabalho que se preserva atualmente, ou seja, cargos para homens e cargos pra

mulheres, e mesmo que ambos façam a mesma função na produção, os salários não são compatíveis. Pode-se verificar que em toda a história de Pai Joaquim os responsáveis pela operação da usina eram todos homens, e as responsáveis pela cantina eram as mulheres. Por mais que uma das falas apontem que o trabalho na cantina era de uma família, a esposa era a responsável pela comida. Ao homem cabia a responsabilidade das compras dos alimentos e a prestação de contas à cunhada.

Na próxima subseção onde abordaremos sobre a Escola de Pai Joaquim, e a contribuição para o trabalho na usina.

1.6.5 A escola de Pai Joaquim e a contribuição para o trabalho na usina.

Da mesma maneira, a Escola que também era denominada como “Grupo Escolar Pai Joaquim” iniciou com os fundos arrecadados de pessoas que ali moravam. As primeiras professoras eram as esposas dos funcionários da Usina.

Aquela escola, Escola Combinada de Pai Joaquim, depois Escola Estadual de Pai Joaquim e mais tarde, Escola Evaristo de Paula Pena, ela encerrou com esse nome. Minha mulher era cantineira, então na época, que tinha 50 alunos, e a CEMIG dava os alimentos para tudo, e dava caminhonete eu fazia as compra de tudo, e tinha que prestar conta. Agora você veja bem, eu e minha mulher tinha que prestar conta para a minha cunhada que era professora, se desse errado você pensa como que é a vida, como é que era o povo né. (A. E. F. 2017)

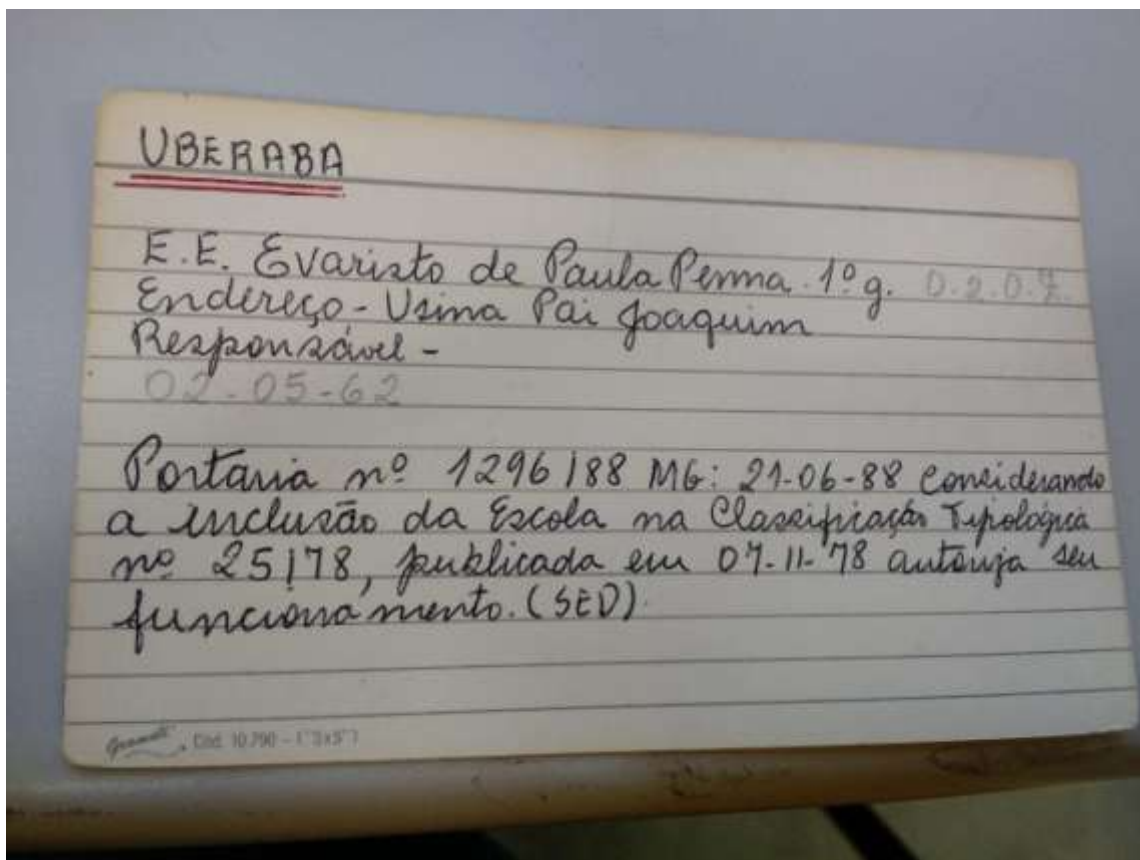


Figura 13: Data da inclusão do “Grupo Escolar Pai Joaquim” no sistema de ensino Estadual de Minas Gerais. Fonte: Secretaria de Ensino Estadual – Uberaba (2017)

A Escola que ali se constituiu fornecia ensino até o que hoje é conhecida como 5º ano primário e atendia para além dos moradores da vila, os filhos dos fazendeiros e os adultos que necessitavam da escolarização. Dona E. professora por dois anos na Escola de Pai Joaquim descreve a rotina que fazia durante o período que lecionou:

Eu fui para lá no final de 1964, formei em magistério no 1964 ano da “revolução”, eu formei em dezembro e logo fui convidada a ir pra lá pra Usina Pai Joaquim, uma semana depois. “Não, você vai trabalhar com a gente na Usina Pai Joaquim tinha uma professora, na época ela era inspetora eu não sei porque ela simpatizou comigo olha, tem um lugar para você trabalhar você importa de sair de Uberaba”? - Falei de jeito nenhum vamos lá. “Tem a Usina Pai Joaquim lá estão precisando de professoras que tem, tem entusiasmo para trabalhar com o povo da roça”, - maravilha, vamos lá, e foi assim que eu fui conhecer Usina Pai Joaquim. Bom, daqui para lá na estrada de terra não tinha nada, nada de asfalto naquela Santa Rosa era aquela bagunceira, ela quer nós vamos cedo e aí nós começamos aí eu comecei em fevereiro, não, as aulas começavam o ano letivo começava no dia 1º de fevereiro e eu fui para lá dia 29 de janeiro para preparar as coisas material era início de carreira, mas eu já dava aula particular antes. Saía daqui de Uberaba as 5 da manhã da segunda feira,

ficava a semana toda e vinha, tomava o ônibus lá as 17:30 da tarde, passava o final de semana aqui, quando dava para vir, porque as vezes, eu ficava mais de 15 dias sem vir, mais como eu já era noiva, eu tinha que vir para vê-lo, ou ele ia, só que era mais difícil de ele ir, porque não tinha um serviço fixo, então era muito difícil na época. E nós começamos então na Usina Pai Joaquim. (E. 2017)

Dona, E. descreve também sua rotina enquanto professora da Escola.

A entrada da escola parecia mais a porta da Igreja. Mais tinha a escola, o galpão que também era o cinema e a Igreja. O prédio da escola tinha uma sala grande e uma menorzinha do lado, ali nós dávamos aula para as crianças das fazendas ao redor e para os meninos que moravam na vila., filhos dos funcionários da CEMIG. Eu dava aula de manhã e à tarde. Pela manhã os meninos chegavam molhadinho do orvalho. Eu chegava cedo na Escola e via eles (os alunos) caminhando, passava a rodovia e vinha para escola. Era umas vinte crianças. Uns chegavam de alpargata, outros de chinelo, outros de botina...mais eles vinham com aquele entusiasmo, e ali eles ficavam até 11:30 horas, era o horário que terminava. A escola se iniciava as 7:00 horas da manhã. Ao todo tinham em torno de 30 alunos, em uma mesma sala divididos pelos anos escolares. (E. 2017)

A escola funciona em três períodos: a parte da manhã reservado para as crianças, a parte da tarde reservada para as esposas dos funcionários da CEMIG, e na parte da noite para estes mesmos funcionários. A professora da tarde era esposa de um dos funcionários que tempos depois ocupou o cargo de encarregado da Usina. Além de atender as esposas dos funcionários, as aulas eram ministradas para outras pessoas que não podiam assistir aula de manhã.

À noite, a escola atendia os funcionários da CEMIG, os homens que trabalhavam na manutenção e funcionamento da Usina. Eram muitas pessoas e eu e a outra professora dividia as aulas em duas turmas. Eu dava aula em um galpão e a outra professora na sala de aula (E. 2017).

Dona, E. lecionou durante dois anos em Pai Joaquim, e logo depois foi transferida para Uberaba a pedido dela mesma em função de seu casamento.

A importância da Escola em Pai Joaquim era reconhecida pelos funcionários que tiveram o diploma do ensino básico no período. Muitos funcionários aprenderam a ler e escrever na escola e posteriormente foram aptos a trabalhar na CEMIG.

Em um local onde as atividades de cultura e lazer não eram muito diversificadas, a escola⁴⁸ também foi um espaço utilizado para ocupar o tempo ocioso. O ensino para estas pessoas era fornecido no período noturno. Uma vez completado o ensino básico, a alternativa para os moradores da vila era procurar ensino na cidade de Santa Juliana, ou Uberaba.

A escola conforme se verificará nas linhas que se seguem também contribuía para as festas que ocorriam na comunidade.

1.6.6 A comunidade em Festa: os santos de junho e a convivência com a vizinhança

Juntamente com os operadores e suas famílias, a vizinhança das fazendas ao redor da usina também participava do dia a dia da comunidade.

Nas fazendas que pertenciam ao município de Sacramento moravam: Fernando Ferreira, Dona Lió, com os filhos Milton Ferreira, Olímpia, (nora da dona Lió) Vicente Ramos e família que era genro, João Branco, Antônio Olímpio, enfim, era muita gente. Do lado de Santa Juliana também era muita gente, era muita família que tinha em volta: Joaquim Vitalino, Zé Carrins, Sr. Edino, Antônio da Mata, Geraldo Elias. Na fazenda Bom Jardim também era muita gente. Aquilo ali era bom demais. Antes da usina já existia esse pessoal lá (G.J.B, 2016).

A relação que havia entre o pessoal da usina com as fazendas vizinhas era fortificada através das festas dos santos de junho. A vila Pai Joaquim tinha como padroeiros São Pedro e São Joaquim. Logo no início da comunidade ainda não havia um templo para que se pudesse celebrar missas. Os fundos monetários para a edificação da Igreja dedicada a São Pedro e São Joaquim foram conseguidos através de leilão, dos bingos e doações das pessoas que ocupavam a região, principalmente os fazendeiros próximos do empreendimento.

[...] a história da Igreja foi assim: o Sr. Iormar Paroneto gostava dessas coisas de igreja. Fizeram um rancho e começaram a rezar todo domingo, quando tinha uma festa, a festa era uma vez só no ano, aí faziam leilão, aí foram arrecadando dinheiro, agora eu não sei se teve ajuda do Estado para construir a Igreja. (E.P, 2017).

⁴⁸ Este dado foi colhido de uma entrevistada que morou em Pai Joaquim até os 17 anos. Hoje a mesma se encontra com 64 anos. Durante a entrevista ela relata que mudou de Pai Joaquim no ano de 1980 quando o seu pai foi aposentado da CEMIG. A mesma relata que o ensino em Pai Joaquim era de excelência ao passo que não sentiu deficiência ao cursar o ginásio em um colégio de Uberaba. Verifica-se que o ambiente escolar apesar de poder ser um passa tempo, promoveu para estas pessoas a dignificação e a gratidão que possuem pelo que a comunidade Pai Joaquim proporcionou e cada pessoa que ali viveu.

A Igreja foi erguida em 1955 e ali eram celebradas missas todo segundo domingo do mês. O padre celebrava também casamento, batizados, primeira comunhão, crisma, e demais sacramentos que fossem necessários.

A devoção a São Pedro foi uma vontade do engenheiro Uberabense Tomas Bawden, e pode ser confirmada através da fala de uma entrevistada: “O doutor Tomas, ele que era o chefe lá. Ele falava que até que ele morresse ele levantaria o Santo no dia 29 de junho”. (E.P, 2017).

É importante lembrar que para a lógica e o imaginário do catolicismo popular a relação de fé não é apenas mediatizada por seres e símbolos entre a pessoa do fiel e a divindade, ele existe dentro de contexto cuja mediação torna tal relação justamente possível ou, melhor ainda, mais adequadamente realizável. Os lugares possuem padroeiros, e assim as casas, as famílias, os grupos diferenciais da vida cotidiana, as pessoas. Religião do lugar, de trocas entre os seres através de objetos e gestos realizados em situações especiais, o catolicismo camponês sobrepõe a cada comunidade, por pequenas que seja, uma geografia do sagrado que importa a qualquer um de seus habitantes conhecer. (BRANDÃO, 2009, p. 19-20)

A religião, mais que um ato de fé, permeia também as relações de trabalho, fornecendo vínculos de solidariedade entre os trabalhadores e patrões. Ela recria as relações comunitárias e laços de pertencimento.

Perto da vila operadora Pai Joaquim há ainda hoje distritos tais como Zelândia, Bom Jardim, Almeida Campos, Lagoa Dourada e Teixeira, que na época participavam dos festejos da comunidade. Os entrevistados relembram que “a ponte ficava lotada. Era um vai e vem de pessoas. As festas eram muito boas. Pai Joaquim era um centro comunitário da região” (D.O, 2017)

Em dias de festa principalmente no dia de São Pedro. As professoras ensaiavam e vestiam as crianças para dançar a quadrilha. Havia também os forrós que movimentavam a comunidade e que atraía pessoas da região e dos municípios vizinhos.

1.6.7 Outros espaços de sociabilização: o cinema, o futebol, os bailes e a rotina das crianças.

As opções de lazer e cultura relatadas pelos entrevistados demonstram a preocupação que as empresas gestoras seja o DAE, ou a CEMIG tinham em manter um ambiente propício para o trabalho. A distância dos municípios em melhores condições de desenvolvimento

urbano e social incentivava tais ações. Neste sentido são identificadas seções de cinema, campeonatos de futebol de campo entre os funcionários da CEMIG da Usina Pai Joaquim e os funcionários da sede da empresa em Uberaba. O diálogo de dois irmãos que se segue relata um pouco destes momentos.

Tudo acontecia na escola, as carteiras eram retiradas e ali fazia o cinema, os bailes dançantes. Na década de 1960 a CEMIG fazia duas seções de cinema durante o final de semana. Na década seguinte passou a ser apenas uma seção no sábado. Toda sexta feira saia uma camionete de Pai Joaquim para Uberaba para buscar um pessoal que estava no município. Era neste momento que o encarregado do período trazia os rolos com os filmes... aí era um rolo, dois rolos, três rolos, daí no intervalo, quando acabava um rolo o pessoal sai para fumar, quando já havia colocado o outro, o pessoal era chamado para a sala novamente. Ai a gente ficava na expectativa né. Quem recebia os filmes era o papai. Daí no sábado, quando íamos para a vila, o povo queria saber o nome do filme. Uma das curiosidades era saber quantos rolos eram cada filme para saber a duração. Cada rolo continha em média 30 min. Havia também filmes que eram censurados. Para estes filmes, havia um projetor e uma parede branca do lado da escola de onde o filme era projetado. Quando não era censurado o filme era transmitido no galpão, ficava todo mundo lá no calor, daí tinha uma mesa grande e uma mesa pequena, punha o projetor e passava o filme. Quando o filme era censurado as crianças ficavam do lado de fora brincando. (R.P, I. P, E. P, 2017)

Outra moradora relata:

O cinema era entre a Igreja e a escola, tinha um galpão lá, depois foi passado para a escola, eles pintaram uma parede de branco e lá era o telão. Ah...era bom quando passava os filmes do Elvis Presley. Quantos filmes dele passaram lá. (M. C, 2017)

Sobre os campeonatos de futebol, era encontrado o seguinte ambiente:

Teve uma vez que a CEMIG fez um jogo de futebol em Uberaba. Trouxe um ônibus e pediu que todos as pessoas da vila fossem assistir inclusive o encarregado da época. Neste momento houve um impasse. O encarregado falou, mais quem vai tomar conta da Usina? Depois de muito pensar o encarregado que era meu parente falou: é você quem vai ficar. A cobrança em cima de mim era muito maior que a dos outros principalmente pelo fato de ser parente. Chegou ao ponto de uma vez a CEMIG colocar um telefone na minha casa. Era uma das poucas que tinha, tal forma era a minha responsabilidade. (A.E.F, 2017)

A citação exposta acima retrata a relação que havia entre a família, o trabalho e a empresa. Outro operador o sr. G.J.B (2016) relata também que perdeu muitos dos momentos de lazer descritos em função de ser escalado para a operação da Usina. Apesar desta situação

a relação entre a CEMIG e a comunidade é retrata de maneira conciliadora como podemos observar na próxima seção.

1.6.8 A imagem da CEMIG na concepção dos moradores da vila operadora Pai Joaquim

A encampação da CEMIG em Pai Joaquim no plano político gerou diversos embates entre a administração estadual e a administração municipal de Uberaba, conforme podemos verificar durante este capítulo. No entanto, para a população que ali se constituiu a CEMIG era uma parceira, uma empresa que zelava pelos trabalhadores, pela família e pela população das fazendas vizinhas à usina. No trabalho de campo realizado, foi possível apreender esta relação.

A CEMIG era chamada de mãe Cemig. Ela dava tudo. Vivíamo-nos no luxo. Não faltava nada. Não pagávamos água, energia, gás, escola. Os alimentos básicos, arroz, feijão, milho, mandioca eram plantados na terra que a CEMIG concedia a cada família. O leite era dado pelo meu tio que tinha uma fazenda perto da usina. Todos os dias eram 2 litros por dia. No Natal a CEMIG dava presentes às crianças, a ceia era realizada no espaço da escola. Viver em Pai Joaquim era o luxo. Primos que iam passar férias lá na comunidade ficavam encantados. Todos gostavam de Pai Joaquim. (I.P, 2017)

Podemos verificar que o cotidiano da comunidade Pai Joaquim despertava o interesse de outras pessoas inclusive da família que não residia na vila operadora. O trabalho na usina consumia o tempo dos operadores, de modo que a disponibilidade para visitar os parentes que residiam em Uberaba e Araxá não eram frequentes. O que ocorria era de estas famílias irem à Pai Joaquim principalmente em datas solenes tais como o Natal. Relatos das entrevistas chamam atenção de que a CEMIG fornecia além dos presentes para as crianças filhos e filhas dos operadores ela fornecia alimentos para a ceia.

A CEMIG conseguiu transmitir ao longo de trinta anos a imagem de Companhia *doadora* (Graciolli, 2009, p.27), tal como podemos verificar na citação. No entanto, nos anos 1980, o país começa a sofrer com a crise econômica mundial e passa por uma reestruturação econômica. A CEMIG começa a abrir o capital da Companhia e os benefícios que concedia aos moradores são cortados pela administração central. Ao mesmo tempo, os moradores recebem a notícia de que a Usina Pai Joaquim seria desativada em função da construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte uma vez que o reservatório desta iria inundar a Usina Pai

Joaquim. O próximo capítulo irá discorrer sobre o desmanche da comunidade, os impactos que gerou na população que ali habitou durante os anos de funcionamento da Usina.

CAPÍTULO III

O SILENCIO DAS MÁQUINAS DA USINA “PAI JOAQUIM: O REORDENAMENTO SOCIOESPACIAL E A RETERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Seguindo a história da usina e da comunidade Pai Joaquim, o presente capítulo apresenta a nova dinâmica territorial do rio Araguari na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, descrevendo as usinas hidrelétricas construídas no final da década de 1980 e na década de 1990 e os impactos socioambientais decorrentes deste empreendimento. Tanto a Usina quanto a Vila Operadora Pai Joaquim fazem parte de um processo intenso de transformações territoriais conduzidas na envergadura das políticas energéticas nacionais. O capítulo apresenta também o que representou para esta comunidade a UHE Nova Ponte e que em decorrência deste empreendimento ocasionou a desativação da Usina Pai Joaquim, que por sua vez ocasionou a dinâmica de desterritorialização e reterritorialização da comunidade que ali se constituiu.

1.7 A sobreposição da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e a reconfiguração do espaço

Já fora apontado que tanto a usina quanto a comunidade Pai Joaquim foram afetados pela Hidrelétrica de Nova Ponte. Para compreender as transformações de natureza econômica e social da região ocasionadas pelo empreendimento, faz-se necessário discorrer sobre a formação histórica deste município.

A história do município de Nova Ponte é marcada por dois momentos: a cidade antiga e a nova, construída pela CEMIG após a construção da Usina Hidrelétrica.

A antiga cidade localizada na região do Alto Paranaíba - MG era composta por dois Arraiais e dividida pelo Rio Araguari e se formou através de terras doadas por fazendeiros do município de Sacramento e Monte Carmelo (SILVA, 2004). Do lado esquerdo do rio se encontrava o Arraial de São Miguel da Ponte Nova cujas terras eram originalmente de Sacramento e do lado direito do Rio se encontrava o Arraial de São Sebastião pertencente ao município de Monte Carmelo. Ambos os Arraiais foram se constituindo em torno das capelas de São Miguel e de São Sebastião. Em 19 de julho de 1872 foi aprovada a Lei Provincial nº 1906, criando o Distrito de São Miguel da Ponte Nova. No dia 07 de setembro de 1923 foi aprovada a Lei Estadual nº 843 que alterava o nome do distrito para Nova Ponte ainda

pertencente ao município de Sacramento. A emancipação se deu através do Decreto-lei nº 148, aprovado em 17 de dezembro de 1938, criando assim o município de Nova Ponte. (SILVA, 1995, *apud* SILVA, 2004). Dessa forma, mesmo com a emancipação, foram mantidos os distritos de São Miguel e de São Sebastião.

A localidade era carente de infraestrutura. Os moradores não tinham rede de esgoto, as linhas telefônicas eram escassas, a água não era tratada, e não havia também hospitais nem postos de saúde. O único estabelecimento de saúde era uma farmácia. Nesta época as tradições culturais das benzedadeiras (reza praticada pelas pessoas idosas) suprimia a falta de um atendimento especializado. No que tange ao aspecto da alimentação e economia, Nova Ponte vivia do comércio local e dos produtos agrícolas cultivados no campo. Os pequenos produtores produziam para o seu próprio sustento e a alimentação era complementada com as sobras das colheitas de arroz, feijão e milho. A água era retirada de cisterna que chegava a sustentar até dez famílias e os alimentos eram cozidos através do fogão a lenha. (SILVA, 2004).

Esta dinâmica permaneceu desta forma até a década de 1970⁴⁹. Diversos recursos econômicos foram aplicados no município pela iniciativa pública e privada na elaboração de projetos de desenvolvimento agropecuário. Em função destes projetos se observou um processo de concentração de terras, com um grande investimento de capital através da mecanização da agricultura e a implantação de novas lavouras tais como a plantação de café, soja, trigo e reflorestamento. Quanto ao projeto de reflorestamento, a empresa Caxuana S.A. Reflorestamento⁵⁰ foi beneficiada, ocupando uma área de 25.000 hectares, sendo que destes, 18.000 hectares estavam no município de Nova Ponte (SILVA, 2004).

Em consequência da pecuarização e da capitalização das atividades agrícolas e principalmente pela expansão da empresa Caxuana o trabalho assalariado passaria a se tornar predominante através da presença dos trabalhadores volante, conhecidos também como boias-frias. Foi necessária a contratação de 2.000 trabalhadores na primeira etapa do projeto, ou seja, no plantio de eucaliptos. Esta dinâmica passou a significar o progresso a uma região

⁴⁹ A expansão da fronteira agrícola na região do Triângulo Mineiro, na década de 1970, foi acompanhada de um efeito negativo sobre o meio natural e, conseqüentemente, sobre os pequenos produtores. Os desmatamentos significativos sobre a predominante área de cerrados deram lugar às extensas áreas de monoculturas de soja, café, milho, pinus e eucaliptos e às intensas áreas destinadas a pastagens artificiais. Isso provocou uma redução para apenas 5% da cobertura vegetal original (SILVA, 2004, p.74).

⁵⁰ A constituição das terras da empresa se deu entre 1968 e 1970 num processo de compra e venda de área ocupada com cerrado. Os incentivos propiciados a Caxuana pela Lei 5106 mudaram o cenário rural de Nova Ponte e, paulatinamente, as pessoas foram percebendo o crescimento das mudas de eucaliptos e pinus, ao longo de estradas e rodovias. (SILVA, 2004, p.75)

predominantemente rural, modificando também os valores sociais e econômicos ali presentes. (SILVA, 2004).

Outro elemento que modificou radicalmente a cidade de Nova Ponte foi a concretização de um projeto hidrelétrico no município. A UHE de Nova Ponte foi um empreendimento que começou a ser pensado ainda na década de 1950, porém, os primeiros estudos só se iniciaram em 1964 pela Canambra Engineering Consultants, junto com a equipe da CEMIG. Esta empresa fazia parte de um acordo entre as Organizações das Nações Unidas (ONU) e da Companhia Energética de Minas Gerais S.A (CEMIG), além das parcerias com países como o Canadá, o próprio Brasil e os Estados Unidos. No ano de 1986 foi elaborado o plano diretor contendo todos os estudos e projetos realizados para a construção da Usina.

Este plano diretor foi aprovado pela prefeitura de Nova Ponte em 1987. Neste mesmo ano foi realizado o Relatório de Impactos Ambiental (RIMA), e iniciou-se a elaboração do projeto executivo que foi realizado pela Leme Engenharia S.A. Em 1988 o leito do rio foi desviado e este momento foi assistido pelos moradores. No ano de 1993 as comportas da Hidrelétrica foram fechadas, iniciando-se a formação do reservatório que ocuparia uma área de 443 km², atingindo áreas de oito municípios da região, os quais representam a área de influência direta da hidrelétrica de Nova Ponte. Das cidades que foram afetadas com a formação do reservatório destacam-se Santa Juliana com uma área total de 4.571 hectares, o município de Sacramento na região que inclui a casa de força da antiga usina hidrelétrica Pai Joaquim, com uma área total de 804 hectares. No ano de 1994, a usina hidrelétrica entrou em operação (SILVA, 2004).

Quanto ao trabalho de convencimento que a CEMIG utilizou para o deslocamento da população de Nova Ponte, Silva (2009) relata que muitos moradores identificavam na Usina uma forma de conquistar bens materiais como carros, casas modernas, móveis etc.

A UHE se tornou para estas pessoas sinônimo de progresso e enriquecimento. Muitos foram trabalhar na construção da usina, outros se mudaram para a vila operadora que ali se constituiu para dar apoio logístico à obra. O autor relata também que este posicionamento da população favoreceu a atuação da CEMIG. Para a população mais resistente à mudança, a companhia fazia pressão com o prazo para a finalização da obra e caso não houvessem a mudança as pessoas seriam inundadas junto com os bens. O quadro 2 apresenta um panorama da envergadura que a UHE Nova Ponte possui

Quadro 2: Descrição da UHE Nova Ponte.

UHE	Município	Início da construção	da	Início da operação	Potência instalada (MW)	Área (Km²)	Municípios Atingidos
Nova Ponte	Nova Ponte	1987		1994	510	449,24	Iraí de Minas, Nova Ponte, Patrocínio, Perdizes, Pedrinópolis, Sacramento, Santa Juliana, e Serra do Salitre

Fonte: CEMIG (2006).

Adaptado: Cunha.T.R. (2017).

A próxima subseção discute as efetivações das usinas hidrelétricas ao longo do percurso do rio Araguari, e a reconfiguração do Rio Araguari.

1.7.1 Um Rio barrado: os projetos das outras UHEs são postos em prática

Após a entrada em operação da UHE Nova Ponte, usina esta que serve como suporte e reguladora das demais, na década de 1990 a CEMIG entra em parceria com consórcios incentivada principalmente pela nova política energética da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e coloca em prática a construção de mais três hidrelétricas: Miranda, e Amador Aguiar I e II, de modo que a configuração do rio se apresenta do seguinte modo.

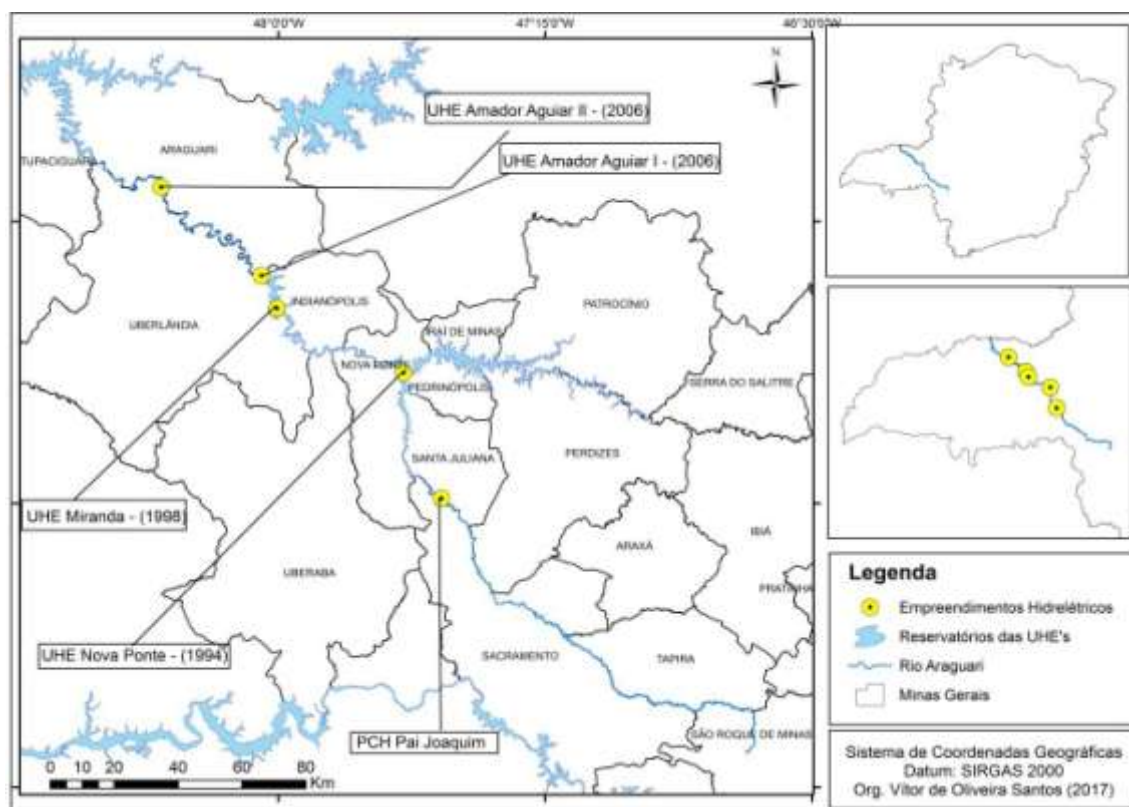


Figura 14 : Mapa dos municípios atingidos e as usinas hidrelétricas.
Fonte: Vitor de Oliveira Santos (2017).

Na década de 1990 foram postos em práticas os estudos realizados em parceria pelo consórcio Canambra Engineering Consultants e pela CEMIG. O potencial energético do rio Araguari possibilitou a construção de mais três usinas hidrelétricas conforme podemos verificar no quadro 3.

Quadro 3: UHE's do rio Araguari.

UHE	Município	Início da construção	Início da operação	Potência instalada (MW)	Área (Km ²)	Municípios Atingidos
Miranda	Indianópolis	1990	1998	408	51,86	Indianópolis, Nova Ponte, Uberaba e Uberlândia (MG)
Amador Aguiar I	Araguari e Uberlândia	2003	2006	240	18,66	Araguari e Uberlândia
Amador Aguiar II	Araguari e Uberlândia	2004	2006	210	45,11	Araguari e Uberlândia

Fonte: CEMIG (2006).

Adaptado: Cunha T.R. (2017).

Como todo empreendimento hidrelétrico, a construção da Usina de Miranda ocasionou impactos ambientais e sociais. Verifica-se que todo o empreendimento desapropriou 268 propriedades rurais, o que em números gerais soma cinco hectares de terras. O município de Indianópolis, onde se encontra a usina, teve 120 propriedades rurais atingidas, nas quais predominava as atividades de pecuária extensiva e lavouras cultivadas em moldes tradicionais, organizadas na base familiar (VELOSO, 2010).

Quanto às usinas Amador Aguiar I e II (anteriormente denominadas como Capim Branco I e II devido à empresa principal do consórcio) ressalta-se que inicialmente a proposta era de construir uma única usina de 108 metros de altura que inundaria uma área de 133 Km². Dado as condições geológicas, topográficas e ambientais verificadas nos estudos entre 1988 e 1990, este projeto foi ignorado e optou-se em desmembrar as usinas em duas (CEMIG, 2006, VELOSO, 2010).

Até a concretização dos empreendimentos, as usinas passaram por dificuldades na sua efetivação, muito em função da reestruturação do setor hidrelétrico dos anos 1990. Já na década de 2000 o consórcio Capim Branco e Energia – CCBE foi formado pelas empresas Vale (Companhia Vale do Rio Doce), Cemig Capim Branco, Comercial e Agrícola Paineira e Votorantim Metais e Zinco. As obras da usina Amador Aguiar I foram iniciadas no ano de 2003 e a usina Amador Aguiar II no ano de 2004, sendo ambas inauguradas em 2006 (CEMIG, 2006, VELOSO, 2010).

Veloso (2010) descreve que o consórcio ficou responsável pelo processo de negociação com os moradores das áreas atingidas, bem como pelo remanejamento da flora e fauna da região.

[...] em agosto de 2004 o informativo do consórcio Capim Branco de energia trouxe dados que relacionavam 308 propriedades e 228 famílias atingidas pela construção das usinas. Segundo este informativo as famílias atingidas tiveram três opções de escolha para serem reassentadas. As opções são por realocação urbana, realocação rural ou por indenização. Os atingidos que optaram por realocação urbana tiveram suas casas construídas nos distritos de Martinésia ou Cruzeiro dos Peixoto. O assentamento das pessoas que escolheram realocação rural foi realizado em dois assentamentos diferentes. O primeiro assentamento instituído pela Usina foi o Vida Nova, localizado próximo ao parque do Pau Furado no município de Uberlândia com oito casas com toda a infraestrutura necessária. O segundo assentamento, Olhos D'água, se localiza na BR 365 no município de Uberlândia com um total de doze casas em lotes de três hectares. O assentamento foi elaborado como medida compensatória pela implantação da usina na região e atendida

principalmente famílias de não-proprietários rurais, ou seja, que trabalhavam na área diretamente afetada pela usina. Todas as famílias atingidas tiveram a seu dispor um programa de assistência social – PAS que é a proposta de ação para o atendimento aos atingidos. Este programa é realizado juntamente com o poder público e atendem os proprietários, trabalhadores rurais e residentes nas áreas de instalação do empreendimento (VELOSO, 2010, p. 10 e 11).

Salienta-se que o modelo para a construção destas usinas já não seguiu os padrões das anteriores. Devido à proximidade dos municípios vizinhos – Uberlândia e Araguari –, e a infraestrutura urbana que apresentam, não foi necessário construir uma vila operadora. A vila operadora, como ressalta Guerra (2008) serviu no primeiro momento para habitar e levar o desenvolvimento de regiões com uma densidade demográfica baixa.

Dando sequência à descrição da atual configuração do rio Araguari na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba nos deparamos com a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica construída na margem oposta da Usina Pai Joaquim da década de 1940. Esta PCH recebeu o mesmo nome da antiga usina e está localizada no município de Santa Juliana – MG.

Após a desativação da antiga usina em 1994, a nova Usina Pai Joaquim foi autorizada pela Agência nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2002 a atuar como produtor independente de energia. A responsabilidade das obras ficou a cargo do consórcio formado pelas empresas Orteng Equipamentos, Delp Engenharia Mecânica e Toniollo Busmelo.

Quadro 4: PCH Pai Joaquim.

PCH	Município	Início da construção	Início da operação	Potência instalada (MW)	Área (Km²)	Municípios Atingidos
Pai Joaquim	Santa Juliana	2002	2004	23	0,5	Santa Juliana

Fonte: CEMIG (2006)

Adaptado: Cunha.T.R. (2017)

A nova usina contém uma única unidade de 23 MW e exigiu a implantação de um novo circuito de adução. A geração de energia fica do lado direito do cânion. Terminada a obra, a nova Usina Pai Joaquim entra em operação no ano de 2004. As novas turbinas são do tipo Kaplan e foram fabricadas pela empresa argentina Indústria Metalúrgicas Percarmona (Impsa). A nova Usina Pai Joaquim compõe o sistema integrado de subtransmissão que totaliza 69 Kv juntamente com 31 pequenas centrais hidrelétricas da Cemig (CEMIG, 2006).

As descrições das Usinas apresentaram o espaço atual do rio Araguari na região, e devido a reconfiguração deste mesmo espaço sob a justificativa do progresso econômico ocasionou a remoção de uma localidade. “Teve um dia que o engenheiro falou: Pai Joaquim está sendo desativada em função do progresso... do progresso de Nova Ponte” (M.C.2017).

Um progresso econômico questionável, que se dá à custa de muitos conflitos de ordem econômica e social, uma vez que a noção estritamente vinculada à economia, ao capital e ao seu crescimento é frequentemente abreviada para a simples palavra genérica progresso, e é quase sempre tornada equivalente à noção de desenvolvimento (SEVÁ FILHO, 2004).

As usinas hidrelétricas descritas são parte dos processos de desenvolvimento e de progresso que ultrapassam as fronteiras regionais, pois parte da energia gerada nestas usinas são distribuídas principalmente para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde se verifica usinas da CEMIG e onde estão os principais polos industriais do país, com destaque para o eixo Rio-São Paulo. Salienta-se que esta distribuição faz parte do sistema nacional de transmissão de energia, em que a CEMIG se configura como o maior distribuidor de energia da América Latina, com cerca de 510 mil Km de extensão⁵¹. Há que se questionar, portanto, esta ideia de progresso econômico. A que custas se dá este progresso? Quais são os interesses que estão à sombra? A quem ele atende?

O mesmo progresso que atende os interesses dos grandes conglomerados financeiros são os mesmos que causam conflitos de natureza econômica, social e ambiental, ocasionando um processo dinâmico e intenso de reconfiguração do espaço através de inundações de grandes extensões de terras e de deslocamentos populacionais, ou seja, processos de desterritorialização, e reterritorialização. Essas categorias mencionadas serão discutidas nas sessões que seguem.

1.8 Uma história interrompida: a desativação da Usina Pai Joaquim e a destituição da comunidade

Discorreremos sobre a concretização dos empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari que cortam a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Ao tomar nota do livro *Usinas da CEMIG – A História da eletricidade em Minas e no Brasil*, verificamos que a abordagem do livro é somente das usinas pertencentes a empresa, e ao constatar este fato, deparamos com a

⁵¹ Informação retirada do site da CEMIG. Disponível em <http://ri.cemig.com.br/static/ptb/cemig_distribicao.asp?idioma=ptb>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

total ausência dos processos de deslocamento populacional acarretados pela formação dos reservatórios, bem como dos impactos ambientais causados pelo mesmo.

Inserido neste processo, como já apontado, 1993 marca o último ano de operação da Usina Pai Joaquim devido à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. Visto que a área de Pai Joaquim se encontra a jusante da UHE Nova Ponte, a casa de força da Usina Pai Joaquim fora também inundada. O advento da formação do reservatório sacramentou o processo de remoção da população⁵² que ali se estabeleceu desde o ano de 1941 quando a usina foi inaugurada.

Apesar da área da comunidade situar-se em uma área elevada e, portanto, não sendo atingida pelo reservatório da UHE Nova Ponte, as casas onde residiam os moradores foram demolidas. O argumento que os entrevistados deram foi que em função da invasão de posseiros e pescadores, a CEMIG optou pela demolição⁵³. Ao mesmo tempo, podemos visualizar nas figuras que seguem, que os prédios públicos onde se estabelecia o cotidiano da comunidade, tais como a Igreja, o Coreto, a Escola, e uma Mercearia não foram demolidos. De fato, os antigos moradores relatam que certa ocasião o interior da Igreja serviu por um tempo de garagem para as pessoas que ali ocupavam após a dissolução da comunidade. As figuras apresentam resquícios da vila operadora.

⁵² Quando nos referimos a população, afirmamos que houve uma comunidade que se instalou em função do trabalho da usina. No entanto, houve trabalhadores que construíram a usina, bem como as pessoas que moravam na fazenda no entorno da cachoeira Pai Joaquim. O foco de análise neste capítulo será a população da comunidade Pai Joaquim, pois a mesma é objeto de análise esta dissertação. Os dados das entrevistas sobre a população serão discutidos nas seções seguintes ao longo do capítulo.

⁵³ Utilizo nesta dissertação o livro Usinas da Cemig: 1952-2005, a partir do qual resgatamos a história da empresa, e as hidrelétricas sob seu gerenciamento incluindo a usina Pai Joaquim. O livro apresenta a versão da empresa a respeito desses fatos, e ao ter contato com este material ficou evidente que existia uma lacuna quanto à comunidade que ali existiu. A verificação desta lacuna foi um dos motivos que me levaram como pesquisador ver e entender a realidade destes moradores. Como toda pesquisa há um recorte metodológico, esta dissertação privilegia a compreensão do ciclo de existência desta Usina e de sua Vila operadora sob a ótica dos antigos moradores.



Figura 15: Estrutura da Casa do Sr. G. J. B.
Fonte: CUNHA, T.R. (2016)



Figura 16: Igreja São Pedro e São Joaquim
Fonte: CUNHA, T.R. (2016)



Figura 17: Coreto
Fonte: CUNHA, T.R. (2016)



Figura 18: Armazém
Fonte: CUNHA, T.R. (2016)



Figura 19: Mercearia
Fonte: CUNHA, T.R (2016)

O conceito de lugares de memória que Pierre Nora (1991) descreve em seu artigo “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares” dialoga com a preservação da Usina de Maribondo. Ao preservarem a usina e torna-la patrimônio histórico da energia elétrica no Brasil, nasce neste momento um lugar de memória pois, eles nascem de sentimentos sobre os quais não há memória espontânea. Os lugares de memória funcionam como elementos que fazem alusão a um fato esquecido. Datas comemorativas, criação de arquivos públicos e pessoais são elementos que compõem esses lugares de memória. O autor ainda descreve que os lugares de memória são fundamentais para que as minorias não caiam ainda mais no esquecimento do fluxo da história. Os lugares de memória:

São os bastiões sobre os quais se escora. Mas se os que eles defendem não estivessem ameaçados, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles

seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai e vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira na memória viva (NORA, 1993, p 13)

Apesar da opção da CEMIG em manter estes locais públicos da Vila Operadora Pai Joaquim, verifica-se que eles se encontram em má conservação. Ao fazer um trabalho de campo na localidade de Pai Joaquim, verificou-se que a área se encontra cercada. Não foi possível ter acesso na área da Usina, pois ela se encontra fechada. A situação encontrada em Pai Joaquim é diferente da Usina de Maribondo, localizada na cidade de Icém – SP, abordada por Guerra (2008), em que ocorreu um processo de preservação da vila operadora e da usina e fazem parte do patrimônio histórico da energia elétrica no Brasil.

A próxima sessão irá analisar as falas dos entrevistados frente ao processo de desativação da Usina.

1.8.1 A voz da comunidade: relatos sobre a desativação da Usina Pai Joaquim

Verificamos que apesar dos estudos para o aproveitamento energético do rio Araguari datarem dos anos 1960 sua concretização se deu na década de 1980.

Desde que se começou a falar sobre uma usina hidrelétrica de Nova Ponte, os moradores viveram com esta ameaça iminente. Da mesma forma, na comunidade Pai Joaquim estes relatos também chegavam a população local. No entanto, nem todos acreditavam nesta possibilidade. Para eles era impossível que o reservatório de Nova Ponte chegasse até Pai Joaquim devido à distância. O relato que se segue descreve um destes momentos:

[...] as engenharia (os engenheiros) falavam que ia desativar, mais a gente não acreditava que Nova Ponte ia encher Pai Joaquim... tá tão longe né?, mais a gente não sabe de nada. Na verdade encheu mesmo né?. (M.C.2017). A desativação da usina, deixou muito ressentimento, muita tristeza e a formação do lago causou isso lá. **Acho que hoje não passava não viu, porque deveria ser mais baixo, vamos supor 20 metros menos. Era melhor ser menos 20 metros do que ser construído no nível que está. O Nível da água não é estabilizado, é instável, é flutuante o nível né, então o que ia acontecer: mais um pouquinho menos, preservava a usina velha, que é uma história, e essa história por exemplo, que deveria ter preservado a usina, evitava a construção de uma usina nova, que tem lá só um grupo gerador.** E ela poderia estar rodando. Só os 19 anos que ela ficou parada, aquela produção dela em 19 anos dava 6.500 kW, a produção

total, era pouca coisa comparado com os outros grupos geradores, São Simão Volta Grande (G.J.B, 2016).

A narrativa descrita é de um ex-operador. Ele foi o último a sair do local, pois até o ano de 1993 ele ainda trabalhava na usina. Há uma preocupação com a história da usina e da comunidade que não foi preservada tanto em função da inundação da casa de força da usina, quanto da má conservação dos prédios públicos que restaram.

O relato descrito chama atenção para a invisibilidade dos atingidos, já abordado nesta dissertação. Os gestores de energia, colocando-se na dianteira do progresso, ignoram as contribuições que partem da classe trabalhadora e acabam por destruir um local que poderia fazer parte da memória da eletricidade nacional.

Seguindo a perspectiva de análise de Pierre Nora, Pai Joaquim se constituiu um não lugar de memória no que tange a preservação da área de convivência da vila operadora.

Sobre a Usina de Nova Ponte o entrevistado relata:

O impacto ambiental dela foi por muito grande então para você ter uma ideia o reservatório até uma coisa muito bonita assim particularmente para minha pequena propriedade que eu tenho aqui né o reservatório cheio de pena volume de água agora tá aí o reservatório a escassez de água destruiu a área ambiental área verde todinha né destruiu a cidade Velha e destruiu a Usina antiga Pai Joaquim, que funcionava não vou falar mais de 100% é impossível né, 100% bem, destruiu ela, **teve que remover ela, parece que não se foi pro Norte de Minas uma das máquinas, foi relocado os trem lá. Colocou uma usina parece que o projeto sei lá não foi muito bem aprovado não né o aproveitamento dela-** tem a queda normal dela lá, podia está a Usina Pai Joaquim funcionando normalmente com a comunidade normal que tinha lá que era uma coisa que para mim ficou marcado na minha vida sabe? **São seis anos que eu morei lá...melhor época da minha vida apesar de ser aqui da região né mais ter convivido lá, no meu casamento eu casei e comecei a trabalhar no serviço lá na CEMIG.** Para você ter ideia eu casei dia 30 comecei dia 2 no primeiro dia trabalho em que ano 1984 então fiquei lá até 1989 então quer dizer, fiquei 5 anos, não é 6 não.

[...] Teve uma mudança assim, a construção desse reservatório até que você tivesse com grande volume de água...mais funciona assim, para manter o volume de água daquelas três usinas de Uberlândia – Capim Branco I e II e Miranda cheio, que aquilo ali é coisa mais política do que ambiental manter eles cheio né, não sei se isso tem um acordo, se existe esse tipo de coisa assim, mais a hora que zera ela, acaba com ela que fica corredeira que no fundo mina,, d'água que eu tinha que o gado bebia água sabe, na beirada do rio que não bebia na marca, bebia na mina onde tinha o coxo...ela foi assoreada, soterrou ela, desapareceu ora que acaba o reservatório do jeito agora as criação ainda consegue ter acesso a ele e beber água por ser muito próximo da Cabeceira do Rio aqui onde termina o reservatório da muito assoreamento para a gente né então não tem como o gado beber água depois...mais a ora que abaixa

aquela vai baixando muito se beber atola sabe? Você perde criação aí você tem que levar uma água lá na beirada para o gado poder estar bebendo. Então é uma coisa impressionante, sabe? [...] é que ela é um reservatório de cabeceira né então ela funciona como reguladora que aqueles outros reservatórios lá que tem lá Miranda Capim Branco I e I (Amador Aguiar I e II), são pequenos reservatórios. Esse reservatório de Nova Ponte por exemplo podia ter feito 4 usinas daquelas, olha para você ver...mais resumiu tudo no reservatório de Nova Ponte, baixou ele, como é que se quer recuperar? Agora ainda tem mais um agravante. **Está sendo liberado para irrigação...já tem gente tirando água do reservatório de Nova Ponte para poder irrigar, isso legalmente, o cara não está fazendo clandestino não, está fazendo legal, agora se é assim, uma coisa normal, ou se isso tem algum favorecimento, de um político a gente não sabe, agora é que não vai ter recuperação desse reservatório, porque se abriu precedente para um, imagina (S.C.P, 2017).**

As falas do entrevistado são críticas quanto ao uso das águas da represa. A queda do volume da UHE Nova Ponte para além de abastecer as outras usinas da região, se dá também pelo uso da indevido da água, pois a mesma é apropriada por agentes privados para a irrigação de lavouras. Cabe destacar nesta citação que os negócios que ele possui na fazenda onde reside também são afetados pela instabilidade da represa de Nova Ponte, o que ocasiona perda financeira.

Chama atenção ainda para as formas de utilização da paisagem criada pela formação da represa de grandes empreendimentos hidrelétricos. À custa de grande impacto socioambiental os gestores tais como os órgãos governamentais e as empresas responsáveis pelo empreendimento passam a incentivar o turismo na região. Portanto, a uma resignificação do espaço.

[...] aquilo lá era a coisa mais linda, lógico, não tem que ter boniteza não, tem que ter serventia, mais como dizem, aquilo baixa, recupera, aí a partir do momento que teve a construção de Capim Branco 1 e 2 e Miranda, parece que a CEMIG não teve mais nenhum investimento, parece que quando eu sai da Cemig, as duas não sei se já estavam funcionando, não me recordo mais, em 2010 elas já estavam em operação. (S.C.P, 2017)

As utilizações do espaço modificado pela ação humana, como no caso das usinas hidrelétricas, são geridas por grandes grupos econômicos. Apropriando de um espaço e de recursos naturais que em sua natureza são públicos como mercadorias, os interesses capitalistas que determinam o uso (consumo) do espaço e a relação social de produção do turismo. São elas que passam a organizar a produção, a circulação, a distribuição e o consumo das atividades turísticas destas represas (CORIOLANO e VASCONCELOS, 2007).

Portanto, mais do que uma simples relação do homem com a natureza, há uma relação sociedade e natureza. É a sociedade que determina as formas de uso da natureza ou mais precisamente do espaço, do trabalho e da riqueza. Assim, ocorre a espacialidade para e pelo turismo, juntamente com inúmeras atividades econômicas de apoio, tais como: os meios de transporte, de hospedagem, de agenciamentos, de lazeres e entretenimentos, além de outras ações mercadológicas. (CORIOLANO e VASCONCELOS, 2007, P. 9)

Se referindo à Usina de Nova Ponte, o entrevistado frisa que por mais que o reservatório da UHE de Nova Ponte possibilitou o turismo⁵⁴ na região, ele perde a serventia, ou seja, se o reservatório não cumprir a função de regular o volume de água das outras usinas que dela depende e mantê-las estáveis, o estrago ambiental causado ficou por ele mesmo, o que pode influenciar também nas ações turísticas na região.

Um fato chama atenção durante as entrevistas. Apesar de todo o processo de perda, tanto do trabalho, quanto da sociabilidade que ali se constituiu, os entrevistados, ao analisarem o discurso da CEMIG, em nenhum momento foram contrários à necessidade de se construir usinas hidrelétricas. No primeiro caso o nível da barragem da UHE Nova Ponte deveria ser construído 20 metros abaixo, preservando assim a “Pai Joaquim do seu tempo”. O que fica claro nas falas dos antigos moradores foi o não aproveitamento da antiga usina. O sentimento de revolta se explicita quando o entrevistado descreve sobre a nova Usina (PCH) Pai Joaquim, já no contexto dos anos 2000. “Com relação a nova usina, eu também não conheço, fiz questão de não conhecer, eu gostava era da de cá, a que era de Sacramento” (M.C, 2017).

Eu nem lá dentro fui, nunca entrei e o pessoal me chamava, me chamou várias vezes e eu falava, não, não quero ver. Não deveria ter mexido, a história minha era aquela e eles... sei lá, é um tipo de coisa que não deveria acontecer, um tipo de coisa dessas, em troca de muita pouca coisa, apesar de que precisava de energia elétrica, mais teve as outras coisas alternativas depois, como o bagaço da cana, como o sol, então não precisava ter feito aquilo (G.J.B, 2016).

⁵⁴ Sobre o uso das áreas de hidrelétricas para o Turismo ler: As Usinas Hidrelétricas e os Atrativos Turísticos Naturais de hierarquia máxima no Sul do Brasil: o Salto das Sete Quedas/PR e o Salto do Yicumã/RS. Disponível em < <http://festivaldeturismodascataratas.com/wp-content/uploads/2015/06/ARTIGO-FITI.pdf>> Acesso em 11 de fevereiro de 2018.

A água como suporte para atividades de lazer e turismo: possibilidades e limitações da barragem Piracuruca no Estado do PIAUÍ (BRASIL). Disponível em<www.geografia.ufpr.br/raega/> Acesso em 11 de fevereiro de 2018.

Turismo Tecnológico e Ambiental em Usinas Hidrelétricas: Análise Comparativa Entre Itaipu (PR) e Sérgio Motta (SP). Disponível em <https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/10/Turismo%20Tecnologico%20e%20Ambiental%20em%20Usinas%20Hidreletricas.pdf> Acesso em 11 de fevereiro de 2018.

Com relação a esta PCH Pai Joaquim os entrevistados apontam que mesmo que a capacidade de produção seja de 25 MW, ela não opera na máxima potência. Eles acreditam que a causa na queda de produção é devido a sujeira que acumula no leito do rio, o que dificulta o pleno funcionamento das máquinas.

Posteriormente, houve uma fala onde se questiona o impacto ambiental e social de se construir uma grande Usina Hidrelétrica. Para este, se fossem construídas Pequenas Centrais Hidrelétricas a geração de energia seria melhor aproveitada.

A vila operadora Pai Joaquim desde o início foi idealizada para atender a usina. Ao concretizar a construção da UHE Nova Ponte, já no final dos anos 1980, as entrevistas apontam o desmanche da comunidade. Os operadores que haviam o tempo de aposentar requeriam a aposentadoria, e houve também aqueles que foram transferidos de usina afim de completar o tempo de serviço. Dois operadores entrevistados relatam que foram transferidos para a Usina de Volta Grande, e prestavam serviços nas outras usinas da região.

Entrei na empresa no dia 09 de dezembro 1976. Após a chegada das águas de Nova Ponte a “Pai Joaquim” foi desativada, o outro pessoal (os outros operadores) era tudo antigo e aposentaram quase tudo e ficou eu. Aí foi com a automatização, operador de usina perdeu o cargo, perdeu a função aí falou para mim (o engenheiro responsável da época): oh você é um bom funcionário, não queremos te perder não. Aí me mandaram para Volta Grande para trabalhar na área de meio ambiente, então eu estive na térmica de Igarapé, estive na rua Itambé separando material para fazer um viveiro de mudas, em frente ao hotel Royal, eu estive em Jataí que eles firmaram uma parceria de peixe com os produtores rurais, então eu recebia os peixes e dividia a metade com os fazendeiros e a outra metade eu soltava nos rios. Estive em Jataí, estive em Miranda, em Miranda eu ajudei nos resgates dos peixes ajudei trabalhando com a polícia florestal. Estive em Nova Ponte e em Jaguára nos tanques redes que montaram. Eu era responsável pela ração dos peixes, eu tinha que comprar, pesar e ver quanto os peixes comeram e no fim tinha que bater aquela compra com os gastos. Eu aposentei no ano de 1997. (A.E.F, 2017)

Quando inundou, uns foi remanejado para outros lugares, eu inclusive fui remanejado para Hidrelétrica de Volta Grande em 1994. Trabalhei até 21 de outubro de 1997, aposentei. Já tem 17 anos que estou aposentado. Eu senti muito, você sai de um lugar que tem cinco operadores (porque lá era subestação), e, vai para outro lugar que tinha 100 pessoas, então a agente assusta muito. Eu estranhei muito de sair de Pai Joaquim para ir pra Volta Grande. É pião...é difícil aquele tanto de gente. Então Pai Joaquim era excelente, a gente estranhou muito ter acabado. (M.C. 2017)

Os remanejamentos de dois operadores para as Usinas da região possibilitaram a estas pessoas conhecer o destino das máquinas que operaram a Usina Pai Joaquim.

A máquina 3 e 4, politicamente falando, o Newton Cardoso ⁵⁵(**me parece que foi o presidente da república na época**) então o que que ele fez, ele tinha uma fazenda lá em Taiobeira – Machado Mineiro, ele sabendo que ia desativar aqui, ele veio uns seis anos antes, “oh, a máquina 3 e 4, foi retirada a pedido de Nilton Cardoso levada para Taiobeira – Machado Mineiro- norte de Minas”. Segundo informação a água não foi suficiente assim ficando parada. Os rapazes que trabalhava comigo esteve lá e viu, lá era um córrego e no que ele projetou levar tinha mais água, mais surgiu essa seca brava que vem assim e arriou, e não deu conta de rodar elas, ficaram paradas. Isso na época em que eu trabalhava, inclusive na época em que eu ia para Machado Mineiro fazer um serviço lá, precisaram de mim lá em Jataí para fazer um serviço lá e eu não pude ir e eles foram, mais eles viram elas lá. Diz que as máquinas estavam paradas, eu não vi (A.E.F, 2017).

Quando a gente foi trabalhar em Jaguára emprestado e para Volta Grande, a gente trabalhou emprestado para Nova Ponte (não cheguei a trabalhar não, fiquei só um dia, a Usina nem estava em funcionamento), fui trabalhar em São Simão, trabalhar em Jaguára, cheguei a trabalhar até em Salto Grande, Ipatinga...cheguei em Jaguára e vi as turbinas (de Pai Joaquim) e daí eu não gostei não, não me senti bem não. Parece que em 1988, o Newton Cardoso levou duas lá para Machado Mineiro (sic), aí depois chegou 1993, desativou, aí levou um pouco de peça lá pra Nova Ponte...aí sempre pegava eu para conhecer peça em Nova Ponte para levar para outro lugar. Eles falavam assim: “você conhece aquelas válvulas, (sic) ”, conheço sim. Aí ligavam para o engenheiro de Volta Grande, para ver se me emprestava para eles para poderem tirar as peças..., mais daí, chegando lá em Jaguára e vi os geradores lá... aí já começaram a pegar no meu pé. O de Pai Joaquim, olha as turbinas aí (M.C, 2017).

Sobre os demais operadores, os entrevistados citados relatam que somente eles foram transferidos para as usinas citadas. Os demais operadores da região de Pai Joaquim aposentaram e aqueles pertencentes a outras cidades da região, tais como o município do Prata, voltaram para as cidades de origem.

Constatamos nas entrevistas que devido ao pioneirismo da Usina Pai Joaquim foram acumulados anos de experiência no trabalho de operação, de modo que muitos estudantes de engenharia realizavam estágio nesta usina (DAMASCENO, 2011). Nos anos finais da operação de Pai Joaquim, quando se intensificou a saída dos moradores, a CEMIG passou a contratar pessoas recém-formadas em uma escola técnica do SENAI⁵⁶ no município de Sete

⁵⁵ Newton Cardoso foi governador do Estado de Minas Gerais no período de 1987 a1991.

⁵⁶O SENAI foi criado em 1942, por iniciativa do empresariado do setor, faz parte da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Com o apoio de diversas áreas industriais, o SENAI é responsável pela formação profissional de recursos humanos para a indústria, a prestação de serviços como assistência técnica e tecnológica ao setor produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica. (Retirado do site: Disponível em <<http://www7.fiemg.com.br/senai/mais-senai>> Acesso em: 10 de novembro de 2017

Lagoas, região metropolitana de Belo Horizonte – MG, para a operação da usina tal como podemos verificar.

Ah, não, ali era um acordo CEMIG – SENAI, aí chegaram aquelas pessoas, uns rapazinhos novinho lá e tal, até engajar na CEMIG, ia concordando ficar ali, depois começava a pôr o pé no barranco e falar: “não, eu não posso ficar aqui não, eu tenho que ir embora”. (S.C.P, 2017)

A esposa deste entrevistado relata que estas pessoas eram solteiras e que em função disso não ficavam na comunidade. Cabe ressaltar um choque de gerações a partir desta afirmação. Verificamos que em locais afastados de centros urbanos, as empresas costumavam contratar pessoas de um mesmo grupo familiar pelos motivos já explicitados. Nos anos finais da operação da Usina Pai Joaquim, já não havia interesse em permanecer no lugar que tinha um prazo de funcionamento, que no caso em questão seria até a entrada de operação da UHE Nova Ponte.

As falas descritas remontam ao processo de desmanche da vila operadora que existiu durante 52 anos. Os relatos são bastante carregados de sentimento ao longo da fala. Ao mesmo tempo que eles, contrários ao progresso da forma que ocorreu, entenderam o discurso oficial de que era preciso a construção de hidrelétricas afim de atender a demanda para a geração de energia. As falas dos entrevistados revelaram também um sentimento de gratidão pela oportunidade que a CEMIG lhes deu de trabalhar na usina. Eles sentem orgulho dos anos que produziram para atender a população da região e do país como um todo.

No que tange a importância da Usina Pai Joaquim para a comunidade se que instalou após a construção, a memória e a história são elementos que se complementam, pois, as memórias dos moradores podem ser elementos fundamentais para a reconstituição da história da cachoeira Pai Joaquim, uma vez que existem poucas informações oficiais⁵⁷ deste empreendimento, e, a princípio consideramos que não há um esforço em obtê-los.

A memória é composta por pessoas, personagens, que encontramos ao longo da vida e que fazem parte da história de modo direto ou não, e até mesmo personagens paralelos que não pertenceram ao espaço-tempo da pessoa (POLLAK, 1992). A memória individual é

⁵⁷ Trabalho de campo realizado no ano de 2016 pode notar que não há um interesse do Estado em desvendar a história da comunidade. Em um dado momento da visita ao local que restou da comunidade, um funcionário da PCH Pai Joaquim tentou impedir o acesso ao local. Enquanto caminhava com o entrevistado pelos locais em que ele passou, o entrevistado me orientou a não falar o motivo da visita ao local. Caso fossemos interrogados, ele me pediu para falar que era um parente, e que em função da saudade que sentia da comunidade Pai Joaquim, me pediu para leva-lo até o local.

permeada pela memória coletiva, ou seja, acontecimentos marcantes são aqueles que se fixam de modo mais permanente na memória de grupos mais próximos de nós. Eles são fatos que se transformam em domínio comum da comunidade e sempre que necessário requeremos à memória do outro para lembrar acontecimentos passados (HALBAWACS, 1990)

O que mais chama atenção nas falas dos moradores da Vila Operadora Pai Joaquim é quanto ao cotidiano da comunidade. Os operadores sentiam orgulho de ter contribuído para a geração de energia para a região. Os relatos apresentaram como era o serviço, as exigências, e a confiança que os encarregados depositavam no trabalho desempenhado. Ao mesmo tempo em que todos os operadores entrevistados faziam questão de enaltecerem suas origens do campo apresentavam um vocabulário técnico compatível com o trabalho que desempenhavam na usina. Afim de se confirmar a veracidade das falas, os operadores entrevistados faziam questão de balizarem as informações cedidas nos relatos de seus companheiros de operação.

No que tange as entrevistas com os familiares destes trabalhadores, os momentos de lazer, de educação e de cultura foram os mais lembrados. O cotidiano da escola, as festas de São Pedro e São Joaquim, o cinema, os jogos de futebol, a celebração da missa que ocorriam um domingo por mês, todos estes relatos foram recorrentes nas falas.

Contudo, o esforço de lembrar os acontecimentos vividos permeia também o processo de mudança da vila Pai Joaquim. Ainda permeados nas memórias e história de vida dos moradores da vila operadora Pai Joaquim, abordaremos também o processo de remoção da comunidade, e os lugares onde eles se encontram atualmente. Para bem embasar as falas, utilizaremos a discussão sobre as concepções de lugar, espaço, território, e suas variações tais como os processos de desterritorialização e a reterritorialização, uma vez que são conceitos chave para a compreensão do processo de remoção da comunidade Pai Joaquim.

1.9 A desterritorialização e a reterritorialização da comunidade Pai Joaquim

Para compreender os diferentes significados que Pai Joaquim representou para o Estado de Minas Gerais, nas figuras em um primeiro momento do Departamento de Águas e Energia- (1940-1960) e posteriormente na CEMIG (1960-1993), e para a comunidade da vila operadora que se constituiu, é necessário abordar algumas análises da concepção de espaço e território presentes na literatura em questão.

Inicialmente, é necessário distinguir o conceito de espaço e de território. O espaço é algo “dado” tal como uma matéria prima que se encontra na natureza. É preexistente a

qualquer ação que e se apresenta repleto de possibilidades. Espaço é onde se manifesta as ações humanas que se apoderam e modificam a realidade tal como a produção de um território que se constitui a partir do espaço, mas que não é o espaço em si. Como todas as relações humano-natureza, o território sendo uma constituição humana é permeado de poder. “Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (REFFESTIN, 1993, p. 144)”.

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc (LEBFVRE, 1978, p. 259, *apud* REFFESTIN, 1993, p. 144)

Nesta perspectiva, o território é onde se verifica a ação do homem por meio do trabalho, seja ele atuando na produção de energia ou na informação, o que resulta nas relações de poder que se estabelecem nas relações homem-natureza, de modo que o espaço é entendido como “prisão original” e o território como uma prisão construída pela mão do homem. Seja a figura do Estado que organiza o território nacional por meio de “novos recortes, de novas implantações e de novas ligações”, seja uma empresa ou outras organizações as quais são concedidas privilégio de ação, seja também o indivíduo que ocupa o espaço para a construção de moradia, todos são atores que do seu modo, produzem territórios e estas relações são imbricadas por relações de poder (REFFESTIN, 1993).

Dialogando com Reffestin (1993), Haesbaert (2004?) assume também que a produção do território é permeada pelas relações de poder, e não é apenas poder político, mas tanto o poder em seu sentido mais concreto (dominação) quanto simbólico (apropriação). Há uma relação entre o funcionalismo e o simbolismo presentes na definição de território uma vez que todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja.

Para Marco Aurélio Saquet,

O território é conteúdo da relação e a relação mesma, com seu-outro, que é ele mesmo (próprio). É um retorno a si mesmo, sem sair de si, na relação entre indivíduos que vivem, sentem, percebem, compreendem. O articular-se em redes é, por exemplo, contraditoriamente, um fracionamento e vice-versa: a conexão significa desconexão. O território vem- a- ser, acontece em sua unidade interna e externa, numa relação entre sujeitos historicamente condicionados. O território só se efetiva quando os

indivíduos são e estão com outros indivíduos, significa, por isso, interação plural, multiforme; relação, reciprocidade e unidade; significa territorialidade (s). Há um movimento do pensamento e no pensamento e do território e no território; unidade de cada território e entre territórios. **O território pode ser pensado como um texto no contexto, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações, econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o ser e o nada, (i) materialmente.** É desconstruído e reproduzido, num único processo. Há sujeitos e, concomitantemente, transformação do ser em seu ser-outro, que o contém. Um está no outro, no mesmo movimento de formação do território. Eu estou e me realizo, na interação, relação, com outros sujeitos, num vaivém que se objetiva e subjetiva, constantemente, num único movimento, todos os dias (SAQUET,2013, p. 162-163).

Antes da Usina, o território Pai Joaquim era composto primeiramente pela cachoeira e pelas fazendas que fazem fronteira a ela. Como o território é balizado pelas ações de poder, os fazendeiros da região tinham o total controle sobre este local, cada uma produzindo de acordo com a demanda específica.

Por sua vez, com o advento da Usina, a água da cachoeira enquanto um recurso natural disponível no meio ambiente passou a ser utilizada para a produção de energia, portanto aquele espaço foi transformado em um território para a produção energética. Outras relações de poder foram verificadas nesta localidade. A energia gerada enquanto um valor de troca passou a ser de utilidade pública, porém, gerida pelo Estado de Minas Gerais em um primeiro momento pelo Departamento de Águas e Energia, e posteriormente pela CEMIG.

Em função desta mesma usina foi necessário criar uma infraestrutura capaz de abrigar na região os trabalhadores, ou seja, a vila operadora foi uma demanda para a produção energética. Mesmo sob o domínio do Estado e sob gerência dos engenheiros responsáveis pelo empreendimento, as relações sociais estabelecidas entre Estado-Engenheiro-Operador fogem do controle de quem detém o poder econômico. Para Saquet (2013) são estas formas distintas de atuação no espaço é que delimitam um território. Ao mesmo tempo, estas diferenças de formas de ocupação do território produzem distintas territorializações, pois é permeada de valores particulares que cada ator atribui a ela. “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (REFFESTIN, 1993, p.158).

O conceito de territorialização é marcado por quatro grandes objetivos:

[...] abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção; identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela **própria fronteira**); **disciplinarização ou controle através do espaço** (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também

individualizados); **construção e controle de conexões e redes** (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações) (HAESBAERT, 2007, p. 28).

A localidade Pai Joaquim, composta pela usina e pela vila operadora, apresenta também duas formas antagônicas de territorialização. Para os gestores, a usina representava apenas um meio onde se produzia energia para a demanda da região e a vila era o local de extensão do trabalho, pois nela abrigavam-se os operadores da usina. Devido à tecnologia da época a usina era operada manualmente o que demandava uma presença constante dos operadores próximos a local de trabalho.

Em contrapartida, para os moradores, a usina era o meio de subsistência deste povoado. Essa afirmação pode ser comprovada com a recorrência nas falas dos entrevistados. Ao serem questionados sobre outras formas de se manterem na vila operadora, tais como a agricultura eles foram taxativos em afirmar que sem a usina não haveria condições de se manterem no local.

Quanto à relação para com a vila operadora, ela era abrigo físico, um espaço de vida, que permaneceu enquanto tal durante 52 anos em que três gerações das famílias dos operadores viveram nesta região. Como a demanda de energia era ininterrupta, havia a exigência de uma presença constante dos operadores na vila afim operar a usina. Verifica-se na vila operadora uma liberdade vigiada devido ao controle e disciplinamento do trabalho. Como os trabalhadores da usina eram todos familiares, não havia chance para erro. As consequências de um mal funcionamento da usina poderiam acarretar na demissão de toda a família ligada a produção. Por se tratar de um espaço de trabalho e moradia, ocorria em Pai Joaquim a imbricação entre o público e o privado.

O ônus desta dedicação ao trabalho acarretava de separação entre as famílias que moravam em Pai Joaquim frente aos familiares que residiam em outras localidades, tais como Uberaba e Santa Juliana, de modo que para estes, ou seja, os familiares que não residiam no local a vila representava um espaço lúdico, um lugar de descanso cercado pela natureza.

A vila operadora apesar de possuir um espaço delimitado, Casas, Igreja, Coreto, Escola e Merceria, ampliava os limites do território devido à existência das fazendas que confrontavam com a Vila Operadora, pois participavam de forma ativa do cotidiano da comunidade através da celebração de missas, festas religiosas dedicadas a São Pedro e São Joaquim, e festas civis, tais como os forrós que ocorriam nos espaços de sociabilidade através da escola, por exemplo. (DAMASCENO, 2011). A extensão da comunidade pode ser

verificada também através do esporte, quando a CEMIG promovia jogos de futebol entre os trabalhadores de Pai Joaquim e os trabalhadores de Uberaba.

Devido à sua localização, antes de planejarem a MG-190, Pai Joaquim por muitos anos serviu de entreposto comercial. Os relatos apontaram que durante a construção de Brasília, Pai Joaquim era a rota que ligava para a região central do país. Ao mesmo tempo era que a rota para a cidade de Belo Horizonte Capital do Estado de Minas Gerais (DAMASCENO, 2011).

A Usina Pai Joaquim durante os anos de operação foi o sinônimo de desenvolvimento e progresso para a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Construída inicialmente para atender a demanda energética de Uberaba e Araxá, logo após a encampação da CEMIG ampliou-se a abrangência da distribuição de energia gerada em Pai Joaquim. Os sistemas de transmissão e distribuição das usinas de Uberaba, Uberlândia e Araguari por exemplo foram interligados. O fortalecimento do setor elétrico regional possibilitava uma maior inserção da região na economia Estadual e Federal.

Como já abordado, todo este espaço moldado pela Usina Pai Joaquim foi suprimido em função da ampliação da demanda energética nacional. Ao construir a UHE Nova Ponte a CEMIG ampliava o sistema produtivo e distributivo de energia e o custo desta política energética acarretou no desmanche da vila operadora.

Quanto ao processo de remoção, G.J.B (2016) relata que muitas famílias optaram por mudar para Uberaba, e ele como natural de Santa Juliana preferiu permanecer na cidade. Durante as entrevistas, ao serem questionados sobre a escolha da cidade, as pessoas relataram que ao longo dos anos na vila operadora, as famílias foram adquirindo propriedade no município. Outro fator que favoreceu a mudança para Uberaba foi quanto ao acesso a colégios e cursos superiores. Havia também familiares que já residiam em Uberaba, e por isso o destino mais comum destes moradores.

Ainda segundo o relato de G.J.B (2016), o município de Santa Juliana deveria ter proporcionado condições dos moradores de Pai Joaquim se mudarem para a cidade e investir o dinheiro da aposentadoria no município. Cita até que eles poderiam ter formado uma cooperativa.

Haesbaert (2004) trabalha com a ideia de que todo processo de desterritorialização tal como ocorreu com a localidade Pai Joaquim é na verdade também uma espécie de reterritorialização, pois, atribui-se novos significados, novas perspectivas ao espaço.

O processo de reterritorialização pelos moradores de Pai Joaquim é visto de modos distintos: todos os entrevistados guardam uma memória dos acontecimentos vividos e questionam o projeto da construção da UHE Nova Ponte. Dois ex-operadores possuem sítios na região de Pai Joaquim, fato este que simboliza que as raízes estão nas terras onde viveram durante grande parte de suas vidas. Alguns, porém, são menos saudosistas. Apesar da saudade para com a comunidade, é preciso dar sequência na vida. Duas famílias entrevistadas são vizinhos e residem no mesmo bairro.

Verifica-se que uma comunidade delimitada pela usina, pelos limites físicos da usina e pelo controle institucional, conformou relações sociais de solidariedade e de identidade. Ao passo que com a reterritorialização, a comunidade de alguma forma se reconfigurou de modo disperso pelas cidades, se relacionando principalmente pelas redes sociais, porém, os laços que os unem são os momentos vividos na vila operadora Pai Joaquim.

CONSIDERAÇÕES

Essa dissertação discorreu sobre as Políticas de geração de Energia, a constituição da Vila Operadora Pai Joaquim no município de Sacramento – MG e as relações sociais que se estabeleceram em função deste empreendimento. Após a pressão da população dos municípios de Uberaba e Araxá, que cobravam do governo do Estado de Minas Gerais investimentos na região, em 1941 foi inaugurada a Usina Pai Joaquim. Ela é fruto de políticas estatais do Estado de Minas Gerais na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A dissertação percorreu todo o processo da concepção de usinas hidrelétricas no Brasil utilizando os recursos hídricos abundantes em todo território nacional para que se pudesse contextualizar a Usina Pai Joaquim no bojo destas políticas energéticas.

A quais interesses se deu a construção da Usina e por que aquele local? Como eram o cotidiano das pessoas que viviam na vila? Com a desativação da usina passei a questionar as políticas energéticas postas em prática. Qual o destino da comunidade? Os motivos que levaram os moradores a mudarem para os municípios que estão. Por que a CEMIG destruiu as casas e manteve os outros prédios públicos da vila operadora? Se a CEMIG optou por manter os prédios porque estão malconservados?

Estes questionamentos nortearam a escrita desta dissertação. Percorrendo todo o processo da concepção de usinas hidrelétricas no Brasil foi realizada uma breve revisão bibliográfica sobre o histórico do setor hidrelétrico brasileiro a fim de compreender como são gestadas as políticas energéticas nacionais.

Por meio das entrevistas com os moradores e a imprensa local da época foi possível resgatar o histórico da Usina e o público alvo que ela atenderia inicialmente. Por sua vez, as entrevistas também foram fundamentais para ter conhecimento de como se constituiu a vila operadora desde a sua concepção até o momento da desativação.

As entrevistas apresentaram questionamentos frente à construção de grandes usinas e os impactos socioambientais decorrentes, apesar de entender a necessidade de geração de energia. A comunidade seguiu a desativação da usina e também teve seu fim. Os operadores que haviam tempo de aposentadoria o fizeram e três operadores foram transferidos de serviço. Dois foram trabalhar na Usina de Volta Grande e o terceiro foi para a sede da CEMIG em Uberaba. Os moradores se encontram atualmente nos municípios de Uberaba, Uberlândia e Santa Juliana. Cada família foi para o município onde já tinha uma infraestrutura de vida montada, ou que o trabalho exigiu como no caso do operador que foi transferido.

As entrevistas cumpriram o papel de apresentar a população que se constituiu em função do trabalho na usina, uma vez que eles são negligenciados na história oficial. A CEMIG ao discorrer sobre as usinas que estão sob seu controle não aborda a existência desta população. Lucas Lopes, engenheiro e principal articulador da criação da CEMIG em 1952, ao lembrar suas memórias sobre o setor energético nacional ignora a existência de Pai Joaquim por se tratar de um empreendimento pequeno. Ao ignorar a usina, a comunidade que ali habitava também sofre com a invisibilidade. Construir, portanto, uma grande Usina Hidrelétrica na região e deslocar os moradores não seria um entrave pois oficialmente eles já não existiam.

A Vila Operadora Pai Joaquim é fruto do trabalho na usina hidrelétrica, ao mesmo tempo, as usinas do período eram operadas manualmente, portanto, para o funcionamento da usina era necessário que as forças de trabalho residissem próximo ao local. Este é um dos objetivos de uma Vila Operadora, o segundo é de ocupar espaços onde a densidade demográfica não é expressiva. Neste sentido foi possível observar que os habitantes da vila eram todos da região e em sua grande maioria parentes.

Discorreremos também a relação com o lugar, percorremos o cotidiano, os momentos de cultura, educação e lazer. O trabalho na usina era dividido em três funções: os encarregados, os operadores e os auxiliares de operação. A CEMIG, seguindo o modelo empregado nas vilas operárias de outros segmentos, criava a imagem de uma empresa “doadora” com o intuito de motivar o trabalhador e agradar os familiares. Contudo, esta localidade sofre um processo de desterritorialização a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte no ano de 1993, acarretando na desativação da Usina Pai Joaquim a remoção da população, o que levou estes moradores a se reterritorializar nos municípios de Uberaba, Santa Juliana e Uberlândia.

A Vila Operadora Pai Joaquim possui outros elementos a serem pesquisados, porém nesta dissertação foi possível verificar que ao mesmo tempo que as políticas energéticas influenciaram de modo permanente na vida de cada pessoa que viveu na Vila Operadora de Pai Joaquim, por estar ligada à construção da usina, ela foi a causa da “morte” da comunidade com a sua desativação, fazendo alusão ao título da pesquisa, pois como visto por nós neste trabalho, a usina era o elemento que dava sentido a existência do povoado de modo que eles guardam na memória os acontecimentos vividos durante o período.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de Energia Elétrica do Brasil**. Brasília: ANEEL, 2002. 153 p. Disponível em:
<http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf>. Acesso em: 20 fevereiro 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA DO BRASIL. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. ANEEL. Brasília, p. 236. 2008.
- ALVIM, M. R. B. Família e Operário de Origem Camponesa: uma leitura da "Crise do Brasil Arcaico". In: Comunicação nº 6 Programa de Pós Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional - UFRJ, Rio de Janeiro, p. 55-77, 1981.
- ARAÚJO., A. "Estado e trabalhadores: A montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil." In: _____ **Do Corporativismo ao Neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 29-57.
- BACCARO, C. A. et al. Mapeamento Geomorfológico da Bacia do Rio Araguari (MG). In: LIMA, S.C.; SANTOS, R.J. (Org.). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2004.
- BAWDEN, T. "Histórico do Serviço de Força e Luz de Uberada. hoje Cemig". Uberaba, 1968.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos**: um Haussmann Tropical: a renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, v. 11, 1953. 358 p.
- BERMANN, C. "Impasses e controvérsias da hidreletricidade". In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, Jan./Apr. 2007.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100011>.
- BEZERRA., M. O.; BRONZ, D. "Grandes empreendimentos", administração pública e populações. In: **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 37, p. 131-136, 2014.
- BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. In: **Análise Social**, v. XXIX (127), n. 3, p. 711-732, 1994. Disponível em:
<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>>. Acesso em: 9 outubro 2017.
- BRANDÃO, J. L. et al. **O trabalho como festa**: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto. São Paulo: UNESP, 2009. 39-53 p. Disponível em:

<<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Diversidade-do-campesinado-vol1.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. *In: Lua Nova*, n. 45, 1998. 49-95. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/A_reforma_do_Estado_dos_anos_90.pdf>.

CABRAL, L. M. M. **O meio ambiente e o setor de energia elétrica brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2009. 328 p.

CÂMARA, A. A. F. **Entre perdas e Dramas: o dilúvio anunciado e a luta dos atingidos pela usina hidrelétrica de Simplício**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 318. 2013.

CEMIG. **Usina da Cemig: 1952-2005**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2006. 304 p.

CORIOLOANO., L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. **O turismo e a relação sociedade – natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

CORRÊA, M. L. **O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de águas e Energia Elétrica (1939-1954)**. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História - Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, p. 285. 2003.

CORREIA, T. B. De vila operária a cidade companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 4, maio 2001. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/viewFile/59/43>>. Acesso em: 11 dezembro 2017.

CORREIA, T. B. Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. **Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial**, São Carlos, outubro 2010. 1-28. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Telma_de_Barros_Correia.pdf>.

DAMASCENO, I. A. Grandes Empreendimentos no rio Araguari: a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pai Joaquim. **Monografia de Conclusão do curso de Geografia na Universidade Federal de Uberlândia-MG**, Uberlândia, 2011.

DONATO, M. A. **Neoliberalismo, privatização e desemprego no Brasil (1980-1998)**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 308. 2009.

DULCI, O. **Política e Recuperação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FALETTO, E. **A especificidade do Estado na América Latina**. Estudos. [S.l.], p. 205-236. 2014. (ISSN 0328-185X).

FORTES, A. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino americano. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/45.pdf>>. Acesso em: 1 março 2018.

GRACIOLLI, E. J. **Um caldeirão chamado CSN: resistencia operária e violência militar na greve em 1988**. 2. ed. Uberlândia: Edufu, v. 1, 2009. 190 p.

GUERRA, M. E. A. **Vilas operadoras de Furnas nas bacias dos rios Grande e Paranaíba da concepção à atualidade**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 534. 2008.

GUERRA, M. E. A.; SOUSA, M. C. N. "Agentes Produtores da Forma Urbana nas Cidades Médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Estudo de Caso de Araxá". São Paulo.

Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/11/Agentes-produtores-da-forma-urbana-nas-cidades-m%C3%A9dias-do-tri%C3%A2ngulo-mineiro-e-alto-Parana%C3%ADba-Estudo-de-casos-Arax%C3%A1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: "do fim dos territórios" a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HAESBAERT., R. "Territorio e multiterritorialidade: um debate." **Geografia**, Niterói, v. 9, p. 19-45, 2007.

Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/213/205>>. Acesso em: 5 maio 2017.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D. **Condição pós moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

INSTITUTO LULA. "Matriz energética limpa, renovável e diversificada." **Instituto Lula**, s/d. Disponível em: <<http://www.brasildamudanca.com.br/en/node/5693>>. Acesso em: 5 maio 2017.

LACLAU, E. **Política e Ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LECHNER, N. Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28-29, Apr 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100011&lng=pt&tlng=pt>.

LIMA, G. T. N. **Via de Duplo Sentido: Araxá Cidde Balneário 1920-1940**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, p. 328. 2007.

LOPES, L. **Memórias do Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Memória do Desenvolvimento Brasileiro, 1991. 346 p.

MIELNIK, O.; NEVES, C. C. Características da estrutura de produção de energia hidroelétrica no Brasil. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L. & MIELNIK, O. (Orgs.), São Paulo, 1988.

NORA, P. **Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares**. Proj. História. São Paulo: [s.n.], 1993. 17 p.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; DA SILVA, M. V. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n5/11.pdf>>. Acesso em: 14 setembro 2017.

OSTROVSKI, D. **O direcionamento socioambiental da usina hidrelétrica binacional de Itaipu**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2013.

PAULA, D. A. Projetos de energia, industrialização e desenvolvimento em Minas Gerais (1950). **XVIII Regional (ANPUH)**, Mariana, 24 julho 2012. 8.

PIQUET, R. **Cidade-Empresa: Presença na Paisagem Urbana Brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social, Rio de Janeiro, 5, n. 10, 1992. 200-212. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática S. A., 1993.

RIBEIRO, T. R. M. **Das missões à Comissão: Ideologia e Projetos Desenvolvimentistas nos Trabalhos da "Missão Abbink" (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953)**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, p. 240. 2012.

ROSA, L. P. **O apagão - Por que veio? Como sai dele?** Rio de Janeiro: Revan, 2001. 128 p.

SANTOS, R. J. Fontes energéticas no âmbito da América do Sul: uma breve análise do potencial regional e sua capacidade de integração. **C@LEA - Revista Cadernos de Aula do LEA**, Ilhéus, n. 2, p. 32-45, Nov 2013.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepção de Território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. 192 p.

SEVÁ FILHO, A. O. Desfiguração do licenciamento ambiental de grandes investimentos. Comunicação apresentada ao GT História, Sociedade e Meio Ambiente no Brasil, do 2º

Encontro nacional da ANPPAS. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, Indaiatuba, Maio 2004.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos de projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. [S.l.]: [s.n.].

SILVA, M. B. D. **A dinâmica do comércio de autosserviço do varejo alimentar e a expansão das lojas vizinhas na cidade de Uberaba (MG)**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 140. 2011.

SILVA, V. P. **Efeitos sócio-espaciais de Grandes Projetos em Nova Ponte - MG: Reorganização do Espaço Urbano e Reconstrução da Vida Cotidiana**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 220. 2004.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA. **PCH MACACOS**. SUPRAM TM/AP. UBERLÂNDIA, p. 1-13. 2011.

TAVARES, F. D. M. B. et al. Alterosa, perfil editorial e o mercado de revistas no Brasil (1939-1964). **Alcar 2015**, Porto Alegre, 3 Junho 2015. 15.

TERRA, F. H. B.; FILHO, F. F. AS POLÍTICAS ECONÔMICAS EM KEYNES: REFLEXÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1995-2011, 2012. 1-19.

TSUKUMO, N. M. J. **Arquitetura na CESP**. São Paulo: Companhia Energética de São Paulo, 1994.

VAINER, C. B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, Jan./Abr. 2007. Disponível em:

<http://www.fem.unicamp.br/~seva/artVAINER_EstudAvan_abril07.pdf>.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 88 p.

VAL., M. C.; GODOY, M. N. Políticas industriais em Minas Gerais no período de 1933 a 1955: o desenvolvimento regional conduzido pelo Estado. **XVI Seminário sobre a Economia Mineira – 2014**, Diamantina, 2014. 15. Disponível em:

<<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/politicas-industriais-em-minas-gerais-no-periodo-de-1933-a-1955.pdf>>.

VELOSO, D. F. A. Efeitos sociais e espaciais da construção de barragens no rio Araguari: análise do trecho entre as Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar II e Itumbiara. **II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte**, Belém, dezembro 2010. Disponível em:

<<http://www.neperge.ig.ufu.br/biblioteca/artigos%20eventos/VELOSO,%20Dayana%20Ferreira%20Alves.%202010.pdf>>. Acesso em: 3 junho 2017.

VIANA, H. C.; GODOY, M. M. O Setor Energético e o Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, 1930-1970. 1-26. Disponível em: <<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/o-setor-energetico-e-o-desenvolvimento-economico-de-minas-gerais.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

VIANNA, M. P. **Núcleos Residenciais da CESP: o processo de desmonte**. São Carlos. 2006.

WAGNER., R. A. V. **Papel das Elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) - 1910-1960**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 171. 2006.

WEBER, M. Sociologia da Imprensa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. II, p. 13-21. Acesso em: 1 mar. 2018.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Conflitos Ambientais. Texto inspirado na Introdução do livro **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. Desenvolvimento e conflitos ambientais.**, Belo Horizonte, 2010. 11-34.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 2, p. 119-135, julho-dezembro 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2018.